

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA / UFJF

REVISTA LATINO AMERICANA DE TURISMOLOGIA

RLAT

ISSN 2448-198X

RLAT	Juiz de Fora	v.2	n.1	p. 1-87	Jan./Jun.	2016
------	--------------	-----	-----	---------	-----------	------

Universidade Federal de Juiz de Fora /UFJF



Reitor

Prof. Dr. Marcus Vinicius David

Editor Chefe

Thiago Duarte Pimentel

Vice-Reitora

Profª. Drª. Girlene Alves da Silva

Editor de Política Editorial

Thiago Duarte Pimentel

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Profª. Drª. Mônica Ribeiro de Oliveira

Editor Científico

Thiago Duarte Pimentel

Pró-Reitora de Graduação

Profª. Drª. Maria Carmem Simões Cardoso de Melo

Projeto Gráfico

Gilberto Maurício Frade da Mata

Thiago Duarte Pimentel

Diretor do Instituto de Ciências Humanas/ICH

Prof. Dr. Altemir José Gonçalves Barbosa

Editoração

Bianca Ayrizono

Thiago Duarte Pimentel

Vice-Diretor do Instituto de Ciências Humanas/ICH

Prof. Dr. Ricardo Tavares Zaidan

Capa

Nivea Maria Ferreira

Revista Latino Americana de Turismologia – RLAT /
Universidade Federal de Juiz de Fora. – v. 2, n. 1 (Jan. /Jun. 2016). –
Juiz de Fora : Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016 – . [on-line]
Semestral
Disponível em: <<http://rlaturismologia.ufjf.emnuvens.com.br/>>
ISSN 2448-198X
1. Turismo. 2. Pesquisa. 3. Conhecimento – Teoria.

Editor

Thiago Duarte Pimentel, Prof. Dr. – Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF (Brasil)

Conselho Editorial

Alfredo César Dachary, Prof. Dr. – Universidad de Guadalajara (México)

Alonso Rodriguez Chaves, Prof. Me. - Universidad Estatal a Distancia / UNED (Costa Rica)

Arturo Gomez Santamaria, Prof. Dr. – Universidad Autónoma de Sinaloa / UAS (México)

Daniel Arthur Jacques Ghislain Hiernaux Nicolas, Prof. Dr. – Universidad de Queretáro (México)

Eduardo Yáziqi, Prof. Dr. – Universidade de São Paulo / USP (Brasil)

Eloy Mendes Sainz, Prof. Dr. – Colégio de Sonora (México)

Jéssica Faustini Aquino, Prof^a. Dr^a. – Arizona State University / ASU (Estados Unidos)

José Lazaro Quintero dos Santos, Prof. Dr. – Univerdad Tecnologica Equinoccial / UTE (Ecuador)

Magnus Luiz Emmendorfer, Prof. Dr. – Universidade Federal de Viçosa / UFV (Brasil)

Maria Elena Monet Despaigne, Prof^a. M^a. - Universidad La Hanava (Cuba)

Robertico Croes, Prof. Dr. – Rosen College of Hospitality Management / UCF (Estados Unidos)

Rossana Campodónico, Prof^a. Lic. – Universidad de la República (Uruguay)

Stella Maris Arnaiz Burne, Prof^a. Dr^a. – Universidad de Guadalajara (México)

Subhash Kizhakanveatil Bhaskaran Pillai, Prof. Dr. – Goa University / Taleigao Plateau, Goa (Índia)

SUMÁRIO

ENSAIO TEÓRICO / THEORETICAL ESSAY / ENSAYO TEÓRICO

Gimnasia, Deporte y Turismo: algo más que ocio regulado	7
--	----------

Gymnastics, Sports and Tourism: more than leisure regulated

Alfredo César Dachary
Fernanda César Arnaiz

PONTO DE VISTA / POINT OF VIEW / PUNTO DE VISTA

Vulnerabilidad de la Economía Española en los Marcos de la Crisis Económica Actual.....	19
--	-----------

Vulnerability of the Spanish Economy in Frames of the Contemporary Economic Crisis

José Lázaro Quintero Santos

ARTIGO ORIGINAL DE PESQUISA / ORIGINAL ARTICLE RESEARCH / ARTÍCULO ORIGINAL DE INVESTIGACIÓN

A Cooperação Técnica Internacional em Enoturismo na Região Uva e Vinho, Serra Gaúcha, Brasil	31
---	-----------

The International Technical Cooperation in Wine Tourism at the Grape and Wine Region, Serra Gaúcha, Brazil

Edegar Luis Tomazzoni
Vander Valduga
Mary Sandra Guerra Ashton

The Socio, Economic, and Environmental Impacts of Casino Tourism In Goa.....	44
---	-----------

Os Impactos Sócio-Econômicos e Ambientais do Turismo de Casino em Goa

Kaustubh Kamat
Miriam Scaglione
Subhash Kizhakanveatil Bhaskaran Pillai
Ruey Feng Chen

Grupos de Residentes de Punta del Este (Uruguay) según su Actitud hacia el Turismo.....	55
--	-----------

Groups of Residents from Punta del Este (Uruguay) According to Their Attitude Towards Tourism

María Dolores Sánchez-Fernández
Daniel Álvarez Bassi
José Ramón Cardona

ESTUDO DE CASO / CASE STUDY / ESTUDIO DE CASO

Ciudades Amuralladas del Siglo XXI: producción del espacio y colonialidad en el turismo de playa intramuros en Guanacaste, Costa Rica	71
--	-----------

Walled Cities Of The XXI Century: space production and coloniality in the beach tourism in Guanacaste, Costa Rica

Esteban Barboza Núñez

Normas para autores	84
----------------------------------	-----------

Guidelines for authors

Prezados leitores da Revista Latino Americana de Turismologia, temos a satisfação de apresentar a primeira edição do ano de 2016. Esta edição converge contribuições para os estudos de turismos de pesquisadores do México, dos EUA, do Brasil, da Índia, do Uruguai, e de Costa Rica, o que mostra amplitude que a revista vem alcançando, chegando a ser demandada por pesquisadores do outro lado do mundo.

Na seção inicial *ensaios teóricos*, o primeiro trabalho que abre esta edição é o ensaio teórico *Gimnasia, Deporte y Turismo: algo más que ocio regulado*, assinado pelos professores e investigadores Prof. Dr. Alfredo César Dachary e Prof^a Dr^a. Fernanda César Arnaiz, da Universidad de Guadalajara (Campus de la Costa) e Universidad Anahuac (Campus Puebla), ambas no México. De início os autores evidenciam a ambientação de completar um projeto mais amplo, sobre a origem do turismo, do qual este artigo é uma parte. A principal suposição é que a importância e as funções do turismo, da ginástica e do esporte são incorporadas à e modificadas pela dinâmica do sistema capitalista. A transição de uma sociedade de produção para consumo, do trabalho para o ócio tem impactos diretos na resignificação e prática da ginástica, esporte e turismo no espaço e no tempo. Baseando-se numa perspectiva sistêmica, em nível macrossocial, os autores fundamentam sua posição a partir da coerência de fatos empíricos dos objetos de estudo com a modificação do sistema hegemônico.

Já na seção *ponto de vista*, trazemos o texto do Prof. Dr. José Lázaro Quintero Santos, South Florida University (EUA), que aborda, em seu artigo *Vulnerabilidad de la Economía Española en los Marcos de la Crisis Económica*, o impacto da crise econômica financeira mundial na União Europeia, particularmente, na zona do euro e as implicações que tem a repercussão da crise na economia espanhola para o turismo. A crise desvelou os problemas estruturais da economia espanhola e sua grande vulnerabilidade às conjunturas econômicas internacionais pela sua dependência financeira e energética. Um dos importantes impactos identificados pelo autor é a perda de competitividade da Espanha frente a países emergentes como China, Brasil, Rússia, Índia e Sul da África. Estes países detêm recursos e crescimento econômico que os tornam atrativos como destino de investimentos e para o turismo internacional.

O terceiro artigo desta edição, já na seção resultados de *artigos originais de pesquisa*, é intitulado

Cooperación Técnica Internacional em Enoturismo na Região Uva e Vinho, Serra Gaúcha, Brasil, de autoria dos professores e investigadores Prof. Dr. Edegar Luis Tomazzoni (Universidade de São Paulo – USP), Prof. Dr. Vander Valduga (Universidade Federal do Paraná – UFPR) e Prof^a Dr^a. Mary Sandra Guerra Ashton (Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS, Brasil), respectivamente. O objetivo desse artigo é analisar as ações de cooperação técnica internacional em enoturismo das organizações da Região Uva e Vinho (RS, Brasil). Entre os exemplos de ações de cooperação técnica recebida, ressaltam-se as frequentes viagens a destinos de enoturismo sulamericanos, europeus e norteamericanos, para participações em congressos, cursos de capacitações e eventos para a transferência de conhecimentos. A conclusão é que a Região Uva e Vinho tem potencialidades de maior desenvolvimento do enoturismo, com base na economia criativa, por meio da atuação em cooperação técnica internacional.

Na sequência, vindo do outro lado do mundo, o quarto artigo deste número *The Socio, Economic, and Environmental Impacts of Casino Tourism in Goa* é apresentado por um grupo de professores e pesquisadores da Índia: Prof. Dr. Kaustubh Kamat (Asst. Professor and Head, Business Administration Department at Goa Multi - Faculty College, Dharbandora Goa), Prof^a. Dr^a. Miriam Scaglione (University of Applied Sciences and Arts Western Switzerland Valais/HES-SO Valais), Prof. Dr. Subhash Kizhakanveetil Bhaskaran Pillai (Dean of the Faculty of Commerce and Management and Professor at the Department of Commerce, Goa University) e Prof. Dr. Ruy Feng Chen (Assistant Professor, Travel Management Department at Hsing Wu University, New Taipei City, Taiwan). O presente estudo investiga a percepção em relação residente Turismo Casino que pode ser útil para a formulação de possíveis políticas estratégicas do turismo. Idade, sexo, renda, educação, tempo de residência foi encontrado para ter um impacto significativo sobre as percepções sobre turismo casino. Uma das principais contribuições do estudo é a capacidade de previsão do aumento ou diminuição na probabilidade de pertencer aos grupos analisados pela variação nos perfis demográficos e sua consequente maior ou menor propensão para apoiar ou rechaçar o turismo de casino.

També se debruçando sobre a temática da percepção dos residentes sobre o turismo, o quinto artigo deste número é assinado em coautoria por Prof^a Dr^a. Maria Dolores Sánchez-Fernández (Universidade da

Coruña, Prof. Dr. Daniel Álvarez Bassi (Universidad Católica del Uruguay, Punta del Este, Uruguay) e Prof. Dr. José Ramón Cardona (Universitat de les Illes Balears - Espanha). Em *Grupos de Residentes de Punta del Este (Uruguay) según su Actitud hacia el Turismo* os investigadores identificam, primeiramente segundo a literatura internacional especializada sobre o tema e, em seguida, aplicando essas mesmas categorias em seu estudo empírico, os seguintes grupos de residentes, segundo sua inclinação e grau de favorabilidade para o turismo: entusiastas apoiantes, protecionistas e adeptos com vista matizada. Segundo os autores, o resultado mais notável deste estudo é que, embora existam diferentes posições entre os residentes, não há nenhum grupo com uma atitude de clara oposição ao turismo.

Esta edição é finalizada com o estudo de caso apresentado do Prof. Me. e doutorando Esteban Barboza Núñez (Universidade Nacional de Costa Rica). Em seu estudo de caso, traz à baila uma reflexão histórica e atual sobre o papel do turismo como nova fora de reprodução

de desigualdades sociais, em geral, e de colonização, em particular, cuja face mais manifesta se encontra na produção e apropriação do espaço físico e social por parte dos estrangeiros nas cidades coloniais da Guanacaste (Costa Rica) – o que de certo modo é uma metonímia, que representa um processo mais geral, reproduzido e verificado em todas as partes do mundo. *Ciudades Amuralladas del Siglo XXI: producción del espacio y colonialidad en el turismo de playa intramuros en Guanacaste, Costa Rica*, contém uma proposta da relação entre o discurso colonial, sua matriz colonial de poder e a concepção que a produção do espaço turístico. O autor fundamenta sua argumentação com fatos sobre a representação e utilização do espaço de Guanacaste e sua coerência com as leis, literatura que carregam influências coloniais. Esta situação impõe desafios ao desenvolvimento da atividade turística de forma harmoniosa e inclusiva, devido a fatos históricos que podem impactar fortemente nas representações de transformações de um determinado espaço.

GIMNASIA, DEPORTE Y TURISMO: ALGO MÁS QUE OCIO REGULADO

Alfredo César Dachary*

Fernanda César Arnaiz**

Resumen: Este artículo es un avance de un proyecto amplio que venimos desarrollando sobre el origen del turismo y a los que sumamos la gimnasia y el deporte, también de gran incidencia en el mundo, todos poco estudiados y menos reconocidos en sus principales funciones dentro del capitalismo global. Nuestra hipótesis central es que el turismo y las versiones modernas de la gimnasia como el deporte se originan en el capitalismo, y éstos crecen, se transforman y así se logran adecuar y ubicarse en la base ideológica del sistema, por lo que su papel dentro del mismo va cambiando y cada vez tienen más presencia en la medida que el modelo va pasando de la sociedad del trabajo a la del ocio, de la producción al consumo. Los tres objetos de estudio: la gimnasia, el deporte y el turismo tienen varias características en común, lo que permite ver las integraciones y complementaciones que se dan en el desarrollo de ellos en la sociedad, y como han ido cambiando de importancia y funciones dentro de la misma, acorde a la dinámica general del sistema hegemónico. Estas actividades pueden analizarse de manera independiente, como hechos aislados, pero para entender su verdadera dimensión e impactos deben ser estudiadas dentro de un modelo, o sea, referenciados a la totalidad, debido a que el sistema hegemónico está en permanente transformación a consecuencia de los grandes cambios que se van dando y las consecuencias socio-políticas y culturales, que son lo que transforman a la sociedad y sus imaginarios.

Palabras clave: Turismo. Gimnasia. Deporte. Consumo.

GYMNASTICS, SPORTS AND TOURISM: MORE THAN LEISURE REGULATED

Abstract: This article is an advance of a larger project that we are developing on the origin of tourism and those who join gymnastics and sports, also of great impact on the world, all understudied and less recognized in its main functions within global capitalism. Our central hypothesis is that tourism, gymnastics and sport originating in the capitalism, and they grow, transform and thus manage to adapt and settle in the ideological base of the system. In doing so, their role is changing and increasingly have more presence as the model of society is passing from work to leisure, from production to consumption. The three objects of study: gymnastics, sports and tourism have several features in common, allowing you to see the integration and complementation that occur in developing them in society, and how they have been changing importance and functions within of the same, according to the general dynamics of the hegemonic system. These activities can be analyzed independently, as isolated events, but to understand its true dimension and impacts must be studied within a model, that is, referenced to the whole, because the hegemonic system is constantly changing as a result of great changes that are taking place and the socio-political and cultural consequences, which are what transform society and its imaginary.

Keywords: Tourism. Gymnastics. Sport. Consumption.

GINÁSTICA, ESPORTES E TURISMO: MAIS DO QUE APENAS LAZER REGULADO

Resumo: Este artigo é uma reflexão preliminar de um projeto em curso sobre a origem do turismo e ao que se lhe agregamos a ginástica e os esportes, também de grande impacto no mundo, todos understudied e menos reconhecido em suas principais funções dentro do capitalismo global. Argumentamos que o turismo e as versões modernas de ginástica como um esporte originário no capitalismo, e eles crescem, transformar e, assim, conseguem se adaptar e se instalar na base ideológica do sistema, de modo que o seu papel no ele está mudando e cada vez têm mais presença, como o modelo de sociedade está passando do trabalho ao lazer, da produção ao consumo. Os três objetos de estudo: ginástica, esportes e turismo têm várias características em comum, o que permite ver a integração e complementação ocorridas no seu desenvolvimento na sociedade, e como eles foram mudando sua importância e funções dentro do mesmo, de acordo com a dinâmica do sistema gerais hegemônica. Tais atividades podem ser analisadas de forma independente, como eventos isolados, mas para compreender a sua verdadeira dimensão e impactos, elas devem ser estudadas dentro de um modelo, i.e., com referência ao todo, pois o sistema hegemônico está constantemente mudando como resultado de grandes mudanças que estão ocorrendo e as consequências sócio-políticas e culturais, que são o que transformar a sociedade e seu imaginário.

Palavras-chave: Turismo. Ginástica. Desporto. Consumo.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional.

* Dr. en Ciencias Sociales por la Universidad Leiden, Holanda. Master en Sociología en FLACSO, Chile. Profesor investigador Titular C., Centro Universitario de la Costa, Universidad de Guadalajara (México). Investigador Nacional Nivel II en el SNI, México. Director del Centro de Estudios para el Desarrollo Turístico Sostenible (CEDESTUR). Autor de numerosos libros y artículos en revistas científicas de Argentina, España, Colombia, Brasil y México. [alfredocesar7@yahoo.com.mx]

**Fernanda César Arnaiz. Dr.ª en Turismo. Universidad Antonio de Nebrija, España. Maestra en Desarrollo Sustentable y Turismo. Universidad de Guadalajara, México. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores. Nivel Candidato. Profesora Investigadora de la Escuela de Turismo y Gastronomía. Universidad Anahuac - Puebla, México. Autora del libro: Ciudades Turísticas: Desarrollo e Imaginarios. El caso de Careyes y Nuevo Vallarta. [fernandacesarnaiz@yahoo.com.mx]

Artigo convidado / Invited paper – Editor científico / Scientific editor: PhD Thiago D. Pimentel
 Recebido em, 09 de Julho de 2016; aceito em 01 de Agosto de 2016; publicado online em 26 de Setembro de 2016.
 Received on July 09, 2016; accepted on August 01, 2016; published online on September 26, 2016.

1 ANTECEDENTES

Vivimos en una nueva era, donde la mayoría de las figuras, instituciones y criterios que regían nuestra sociedad hoy son obsoletos, una verdadera revolución, que comienza en la década de los 80' del siglo pasado y que es definida como la era post-industrial (BELL, 2006).

Los tres objetos de estudio: la gimnasia, el deporte y el turismo tienen varias características en común, lo que permite ver las integraciones y complementaciones que se dan en el desarrollo de ellos en la sociedad, y como han ido cambiando de importancia y funciones dentro de la misma, acorde a la dinámica general del sistema hegemónico.

La primera es que emergen en el largo proceso de la modernidad y el nacimiento del capitalismo, o sea, que las transformaciones de estos siglos fueron la base para la reformulación y adecuación en el desarrollo de éstos. La segunda es que las tres se ubican temporalmente en el denominado tiempo "no laboral", tiempo libre o de ocio, lo cual lleva a su subvaloración de la perspectiva económica-social.

La tercera es que cada una de estas actividades tiene una dicotomía propia, así en el deporte los contrarios son los equipos o deportistas en competición, en el turismo el turista y el otro, el diferente que va a ver y conocer, y en la gimnasia en la mayoría de los casos es el sujeto frente a su imaginario, o en competición por equipos.

La cuarta es que los tres representan una opción de oxigenación del sistema, ya que por un lado generan ocio regulado y control de grandes masas y, por el otro, le sirve de escapismo al hombre moderno de la presión de una sociedad muy competitiva, donde el valor se mide en el éxito - consumo.

Habría una quinta, que deriva de que en el turismo como en el deporte moderno que los primeros escritos se dan en las primeras décadas del siglo XX y en Alemania. En 1910, Steinitzer, publica *Sport und Kultur* y en 1921 Heiz Reisse, escribe y publica *Sociologie des Sport*, antecedentes de los estudios de la sociología del turismo (THOMAS, 1988).

Para el turismo, en la década del 20' surge en Alemania la ciencia del movimiento de forasteros, como una disciplina próxima a la economía de empresas y la economía política, destacando el trabajo pionero de Artur Bormann (1931) y Robert Glücksmann (1935), teniendo ambos como

antecedente a George Simmel (1923) y su *Tratado de Sociología* (KNEBEL, 1974).

Estas actividades pueden analizarse de manera independiente, como hechos aislados, pero para entender su verdadera dimensión e impactos deben ser estudiadas dentro de un modelo, o sea, referenciados a la totalidad, debido a que el sistema hegemónico está en permanente transformación a consecuencia de los grandes cambios que se van dando y las consecuencias socio-políticas y culturales, que son lo que transforman a la sociedad y sus imaginarios; estamos hablando así de una totalidad abierta y cambiante (LEFEBRE, 2011).

En el caso del turismo puede considerarse, según Yamashita (2003), un marco ideológico de la historia, la naturaleza y la tradición; un marco que tiene el poder de dar nueva forma a la cultura y a la naturaleza según sus propias necesidades, lo que significa que éste está enraizado en las relaciones de poder (SALAZAR, 2006).

En la búsqueda de los orígenes del deporte, el turismo y la gimnasia debemos retroceder dos siglos hacia atrás, para encontrar la coyuntura y transformaciones que están en el origen del mismo, momento en que coincide con el desarrollo y consolidación del capitalismo industrial camino al colonialismo moderno, luego al capitalismo global post-industrial.

Este artículo es un avance de un proyecto amplio que venimos desarrollando sobre el origen del turismo y a los que sumamos la gimnasia y el deporte, también de gran incidencia en el mundo, todos poco estudiados y menos reconocidos en sus principales funciones dentro del capitalismo global. Nuestra hipótesis central es que el turismo y las versiones modernas de la gimnasia como el deporte se originan en el capitalismo, y éstos crecen, se transforman y así se logran adecuar y ubicarse en la base ideológica del sistema, por lo que su papel dentro del mismo va cambiando y cada vez tienen más presencia en la medida que el modelo va pasando de la sociedad del trabajo a la del ocio, de la producción al consumo.

2 CUERPO Y DEPORTE

No podríamos hablar de los viajes, la cultura física y deporte, sino referenciamos a lo que es común a todas: el cuerpo humano. Históricamente la civilización occidental ha tenido un problema persistente a la hora de honrar la dignidad del cuerpo y la diversidad de los

cuerpos humanos. Esto ha llevado a una primera respuesta en la que el cuerpo ha encontrado expresión en la arquitectura, en la planificación y práctica de la misma (SENNETT, 2015).

Las relaciones espaciales de los cuerpos humanos determinan las formas en que las personas reaccionan unas frente a otras, la forma en que se ven o escuchan, si se tocan o están distantes. El crecimiento urbano ha llevado a una reformulación de los espacios y de las formas de relacionarse de la gente, en una nueva geografía determinada por la velocidad.

Tomando como un punto de referencia, la antigua Grecia, 500 años AC, veremos que el enfrentamiento entre atenienses – espartanos muestra una sociedad dominada por el arte de la guerra, el manejo del cuerpo en las luchas, ya que era su verdadera ventaja en las luchas, mayoritariamente cuerpo a cuerpo.

Era tal el valor del cuerpo, que para el griego ciudadano (libre) éste había convertido su cuerpo descubierto en un objeto de admiración, y es que para el ateniense la exhibición del cuerpo afirmaba su dignidad como ciudadano, al extremo que el descubrimiento de su cuerpo estrechaba los lazos entre los ciudadanos, libres como él (SENNETT, 2015).

Para dominar este manejo del cuerpo a los jóvenes se los mandaba a los Gymnoi o gimnasio que significaba desnudo, y esta tarea en Atenas se daba en los tres gimnasios de la ciudad, siendo el más importante la Academia, que luego terminó siendo la escuela de Platón. El gimnasio pretendía formar el cuerpo del joven, durante la época ya avanzada de la adolescencia hasta el final, cuando los músculos comienzan a tensar la superficie de la piel, el gimnasio ateniense formaba el cuerpo, la voz y desarrollaba la conciencia de discusión y la política; el espartano no, educaba solo el cuerpo.

Es así como la gimnasia se transformaba en una manera de educar el ser humano, de eliminar lo impuro por medio del movimiento y dejar lo más puro del sujeto para lograr la unidad y encontrar la paideia. “La paideia griega... es el ideal global de formación del individuo, el sistema por el que se puede llegar a alcanzar un equilibrio estable entre la formación intelectual y la física y orgánica” (PÉREZ, 1993, p. 24).

Para los griegos, la virtud era la perfección, la excelencia no solo moral, sino física y espiritual, por tanto para alcanzarla debía estar la gimnasia presente, y esto sólo podía ser alcanzado por medio de los

ejercicios físicos, que bien tenían como meta ciertos rendimientos, no veían en éstos su único fin.

En esa época, el viaje era una aventura para lograr riquezas en la conquista o conocer nuevos pueblos para el comercio, y por tal era una actividad desarrollada por los poderosos que podían contar con todos los recaudos que este tipo de aventura exigía.

La relación entre la lucha de los pueblos y la falta de mecanismos para frenarla duró muchos siglos y fue necesario llegar a la modernidad, luego de la larga noche del mundo feudal dominado por la fe en occidente, fuente de dominación en la sociedad, la cultura y la represión al uso libre del cuerpo, limitado por los nuevos preceptos del cristianismo transformado en la religión oficial en la Europa occidental.

3 LA MODERNIDAD Y LA EMERGENCIA DEL DEPORTE, GIMNASIA Y TURISMO

La modernidad que emerge en el siglo XVI es el parteaguas del mundo entre dos realidades opuestas, que lucharán hasta hoy: el mundo encantado regido por la fe y su aplicación extrema y el mundo moderno donde comienza a correrse el velo de la oscuridad del medioevo y la ciencia emergente empieza a mostrarnos el mundo en sus verdaderas dimensiones.

Las transformaciones son en todas las áreas, desde la lengua en el caso imperio español con la gramática de Nebrija a Linneo que realizó la gran clasificación de la naturaleza, comenzando por el mundo vegetal y luego realiza la del mundo animal, para concluir con una clasificación de base racista, idea dominante en la época sobre los hombres.

Los médicos higienistas redescubren el valor del mar y su influencia en el cuerpo, algo que se venía venir desde el termalismo, y allí está una de las bases en la que se asentó el turismo, y que tiene como antecedente la pintura holandesa sobre el mar (CORBIN, 1993).

Las montañas tan temidas como el mar son redescubiertas por De Guibert que recorre los Alpes en el último tercio del siglo XVIII y el Barón de Humboldt, que escala montañas en América, Las Canarias y Europa, y que van a dar lugar a un deporte primero y una forma de turismo después, creando el modelo Alpino (FROLOVA, 2002).

Los bosques también eran temidos ya que se pensaba que alojaban en sus aguas pantanosas las “miasmas”, de donde se derivaban las enfermedades, también serán dominados y asimilados como lugares deseados por el hombre. Así se va cayendo la visión bíblica y comienza salir a la luz el mundo real. Los descubrimientos de nuevos continentes, islas y tierras lejanas incluidos “el paraíso”, amplían la visión de los europeos y los enfrentan al otro, al diferente, al extranjero.

En lo político hay grandes cambios que se sintetizaron en la revolución francesa y en lo económico en la revolución industrial, y ambas revoluciones inciden en una tercera: la social, la formación de una sociedad más abierta, nuevas estratificaciones y nuevos valores.

En este tiempo de grandes transformaciones van emergiendo, junto a los nuevos Estados naciones y las grandes industrias, primero el deporte luego la gimnasia y en tercer lugar el turismo, tres fenómenos inicialmente subestimados aunque su presencia generó grandes cambios en la nueva sociedad fruto del capitalismo naciente.

De allí que para poder abordar los estudios de estos tres importantes fenómenos, partimos de la idea de totalidad que es fundamental ya que vivimos en sociedad y, por ello, es que nuestros problemas, avances y transformaciones más importantes se explican a partir de ésta como una realidad integrada y no por casos individuales, que pueden ser la excepción más que la regla, así es necesario poder entender los grandes imaginarios que dominan las relaciones sociales y que han sido impuestos por los medios en todas sus dimensiones, como una nueva visión de la vida (BLANCO, 2001).

La sociedad no es la suma de individuos, como nos pretenden hacer creer, es el conjunto de personas unidas en relaciones sociales, económicas y culturales; éstos conforman un edificio social, unidos bajo un contrato social, por lo que su análisis no se puede limitar a ellos sino también a sus instituciones, creencias, mitos e imaginarios.

Por ello, el deporte, los sistemas de gimnasia y el turismo, como procesos integrales del modelo dominante, tienen varias dimensiones, las cuales se articulan entre sí para conformar una unidad dentro del sistema, que abarca prácticamente todo su universo.

Tenemos primero la dimensión territorial, donde la función del deporte y el turismo es heredada del colonialismo, integrar a pueblos y culturas, reciclar lugares en crisis, revalorizar zonas con potencial de negocio, crear nuevos territorios para ampliar la geografía del turismo y del deporte, ésta se aplicó a nivel educativo y llevó a la gimnasia como modelo a instalarse en escuelas y ejércitos, y con ello un imaginario propio del hombre y la mujer en cada generación.

La segunda es la dimensión económica que integra estos fenómenos al sistema, y éste comienza lentamente a generar ganancias, así estas tres actividades pasan a transformar el tiempo de ocio al negocio, el tiempo no laboral es un tiempo de consumo, así el productor pasa ser a consumidor y se amplía la base de la sociedad del consumo.

La tercera es la dimensión ideológica que responde a una función central del sistema y es el aportar un tiempo de felicidad y esparcimiento a la población alienada, que para los europeos ésta se ampliaba con la función de comparación y revalorización propia frente a los pueblos recientemente integrados y que están bajo la anestesia social en el proceso de transición. Países vencedores y fuertes, países débiles, lugares bellos y feos, paisajes pobres y ricos, seguros e inseguros, la dicotomía es la base al cuerpo, la belleza física y el consumo (SOSSA, 2011).

La cuarta es la dimensión social, estos fenómenos afectan a toda la sociedad ya que el deporte es transversal a todos los grupos sociales al igual que el turismo y la gimnasia en el práctico como el espectáculo. Estos tres fenómenos sociales alimentan de imaginarios sociales globales que han sido impuestos por los medios y se los considera como mecanismos de descompresión de estas sociedades, especialmente el deporte y el turismo.

En el caso de la gimnasia, el estereotipo de cuerpo moldeado por los imaginarios dominantes se transforma en el modelo a seguir principalmente por los jóvenes, ya que la gestión del cuerpo se valora según la inserción social de las personas. Como sostiene Pierre Bourdieu (1988) “El habitus” se inscribe también en el cuerpo y se rebela no solo en la talla, sino también en la postura corporal, en la forma de caminar, en el tono de voz” (KORNBLIT, 2007: 16).

La quinta es la dimensión política y geopolítica, ya que deporte y turismo permiten recolonizar y

controlar pueblos, transformar culturas adecuarlas a la sociedad del consumo. Ambos son dos elementos fundamentales en el proceso de globalización ya que unifican desde criterios estéticos a modas, unidos a una nueva forma de ocio colectivo, desde los viajes cortos a los grandes partidos del campeonato mundial o la liga premier.

Hay muchas interpretaciones y análisis para tratar de definir el origen del deporte, que en general se anticipa en menos de un siglo a la emergencia del turismo, pero lo interesante es que en occidente la gran mayoría coincide en el tiempo en que éste se define como tal y el territorio donde emerge, es el mismo donde estalla la revolución industrial y, por ende, el origen del capitalismo y también del turismo, y por ello la sociedad más avanzada es la inglesa.

Entre los principales autores, destacan los trabajos de Carl Diem (1966), que entre las causas principales que se dan para que emerja el deporte en Gran Bretaña se debe a las características peculiares de los ingleses, tanto de la sociedad como el nivel de desarrollo económico. Richard T. Mandell (1986) se aleja de la idea de que el motivo fuera la idiosincrasia del pueblo inglés, por lo que la explicación de tales hechos debe situarse, sobre todo, en torno a las características geo-políticas de Inglaterra, las cuales determinaron unas condiciones sociales y económicas especiales respecto al resto de los pueblos de Europa.

A medida que la sociedad inglesa iba asumiendo e integrando en su cultura y en su vida cotidiana conceptos y prácticas, tales como la racionalización, la estandarización y la precisión de las mediciones surgidas a lo largo del proceso de industrialización, tales atributos iban impregnando la práctica deportiva, orientándola hacia la consecución de una eficacia que pudiera demostrarse estadísticamente y con éxitos, como sucedía con la manufactura y el comercio (VELÁZQUEZ, 2001).

La invención del deporte se produjo en el seno de una clase social que preparó el terreno para los primeros desarrollos del capitalismo naciente, cuando desplazó del centro del poder a los antiguos representantes del absolutismo monárquico, por los emergentes burgueses. Durante el siglo XVIII, una élite de grandes propietarios rurales que no provenían, en su gran mayoría de la nobleza, pero contaban con los resortes del poder económico y político de Inglaterra, elaboró con relación al cuerpo y no solamente en el campo del deporte, el nuevo símbolo de distinción de una clase que se convertía en hegemónica, allí

coinciden la caza del zorro y los orígenes del turismo rural, en medio de la sociedad terrateniente que pasaba largos periodos en el campo para huir de la ciudad contaminada y violenta que había generado la revolución industrial.

Meynaud (1972) respecto al deporte señala el deseo higiénico de mejorar la condición física de la población como otro de los móviles que llevaron a los poderes públicos a intervenir en el terreno deportivo con una triple finalidad, de equilibrio personal, de preparación militar y de rendimiento laboral.

Brohm (1993) y Laguillaumie (1978) sólo consideran estas dos últimas finalidades como importantes para el Estado al contribuir a asegurar, por un lado, la buena condición física de sus ejércitos y una predisposición favorable de la población hacia los códigos de conducta y simbología militar, y, por otro, la buena salud de la fuerza productiva y su mentalización como trabajador hacia los principios de rendimiento y productividad (VELÁZQUEZ, 2001).

Para Elías y Duning, la necesidad ética y social de parar los excesos en el comportamiento en el siglo XVIII y el deporte moderno constituye una instancia para la realización mimética del conflicto y esa mimesis se sustenta en el rechazo a los impulsos de violencia física destinados a la degradación duradera de las capacidades de sus actores o su aniquilación, pero se despliega también como una modalidad del espectáculo, destino a la contemplación escénica para el disfrute del conflicto (ELIAS; DUNNING, 2014).

Elias impone una inflexión a la visión Freudiana, señala que el deporte consagra y acota el lugar cardinal de la excitación, de la emotividad, de las afecciones; define su límite, define la satisfacción de sus impulsos en los confines de lo intolerable sin transitar al territorio de riesgo y consagra la posibilidad del autocontrol. El juego alienta la excitación creciente pero restringida: convierte en placentera la tensión de la incertidumbre. Por ello, el análisis a nuestro entender más completo sobre esta transición es el que realiza Norbert Elias, al afirmar que el surgimiento del deporte como forma de lucha física relativamente no violenta tuvo que ver con un desarrollo relativamente extraño dentro de la sociedad en general: se apaciguaron los ciclos de violencia y se puso fin a las luchas de interés y de credo religioso de una manera que permitía que los dos principales contendientes por el poder gubernamental resolvieran completamente sus diferencias por medios no violentos y de acuerdo con reglas convertidas y observadas por ambas partes (ELIAS, 2011).

Hay cierto grado de afinidad entre el régimen parlamentario y los juegos deportivos, esa afinidad no es accidental, la caza, el boxeo y las carreras y algunos juegos de pelota se transformaron en deporte, en Inglaterra durante el siglo XVIII, cuando las antiguas asambleas nacionales, Cámaras de los Lores y de los Comunes representaban a secciones pequeñas y privilegiadas de la sociedad, se convierten en el principal campo de batalla en el que se decidía quien debería formar el gobierno. Por ello "...La parlamentación de las clases hacendadas en Inglaterra tuvo su equivalente en la deportivización de sus pasatiempos..." (ELIAS; DUNNING, 2014, p. 76).

Las clases altas en Inglaterra en el siglo XVIII viven un tiempo en la ciudad y otro en el campo y eso sirvió para ruralizar prácticas sociales, transformar juegos en actividades al aire libre como el críquet y transformar otros de las clases bajas a las altas como el boxeo y esta tradición pasó de los terratenientes a los nuevos capitales de la industria.

El desarrollo político afectó el desarrollo del deporte, como es el caso de Francia y otras sociedades aristocráticas, ya que estaba restringido el derecho a asociarse, a diferencia de Inglaterra en donde estaba permitido el asociativismo y ello generó los clubes, una institución de caballeros, que sirvió para exportar su cultura deportiva y social por todo el mundo en un modelo similar. La formación de los clubes fue fundamental en el desarrollo del deporte, ya que integraba a espectadores y participantes.

Antes de esto, los pasatiempos como la caza o juegos de pelotas se regulaban de acuerdo a las tradiciones locales, muy distintas según la localidad o región, pero la nueva característica de los deportes es que éstos se regulaban a nivel supralocal, por los clubes. Así, la misma clase de gente que participó en la pacificación y en el aumento de la regularización sobre las luchas de fracciones parlamentarias contribuyó a la pacificación y regularización de los pasatiempos.

El hecho de que en el transcurso del siglo XX, los ejercicios corporales competitivos en forma altamente regulada que llamamos "deportes" se hayan convertido en representación simbólica de competencia, no violenta, no militar, entre estados, no debe hacernos olvidar que el deporte ha sido en primer lugar y continua siendo un ejercicio de competencia que excluye hasta donde es posible las acciones violentas que pueden lastimar seriamente a los competidores.

En la búsqueda de los orígenes del turismo debemos retroceder dos siglos hacia atrás, para encontrar la coyuntura y transformaciones que están en el origen del mismo, momento en que coincide con el desarrollo y consolidación del capitalismo industrial camino al colonialismo moderno.

De allí que nuestra hipótesis central es que el turismo moderno y no los viajeros de antes, se origina en el capitalismo, donde crece, se transforma y se logra adecuar en base a los requerimientos por épocas del sistema, por lo que su papel dentro del mismo va cambiando y cada vez tiene más presencia en la medida que el modelo va pasando de la sociedad del trabajo a la del ocio, de la producción al consumo.

Con el auge de las revoluciones sociales y tecnológicas que se dan en la segunda parte del siglo XX que sientan las bases de la futura sociedad del consumo, el turismo comienza a sufrir una verdadera metamorfosis como el resto de las mercancías, todas se volvieron indispensables, todas se hicieron imprescindibles, todas debían consumirse a fin de poder dar a los consumidores un estatus diferente; consumir era reposicionarse socialmente, vivir.

Y es que en el camino de una sociedad de productores a una sociedad de consumidores, las tareas de transformación y re-transformación del capital y el trabajo en mercancía sufrieron simultáneamente un proceso de profunda, sostenida y en apariencia irreversible, aunque aún incompleta desregulación y privatización (BAUMAN, 2007).

El turismo deja de vender descanso para el tiempo libre y se transforma en un consumo de un tiempo indefinido en el que se unen nuevos consumos de ocio ya definido y el trabajo a distancia, son una ecuación que se consolida con el final de la sociedad del trabajo y el auge de la sociedad del ocio y el consumo.

Allí el deporte cumple la función de mover multitudes y canalizar los conflictos sociales en los Estados, el turismo crear islas de corto tiempo de felicidad y la gimnasia ya inscrita en nuestro imaginarios son el modelo a seguir en la búsqueda de la eterna juventud.

3.1 La gimnasia y los deportes, hijos de un mismo tiempo

La educación física moderna occidental se ubica a comienzos del XIX en Europa, basada en una nueva visión sobre los cuerpos y su funcionamiento, a partir

de una nueva concepción que comienza a dominar la naciente sociedad industrial.

En los gimnasios europeos, los cuerpos tenían un tratamiento particular cuyo objeto central fue la medición, el cálculo, la precisión, la eficiencia, la cuantificación, las posiciones, los movimientos, desplazamientos, alineaciones, pasos, marchas y contramarchas, flexiones, balanceos, giros y otros más.

Emergieron en esa época tres sistemas gimnásticos: francés, sueco y alemán, esquemas que generaron una lucha por imponer sobre los cuerpos sentidos y significados morales y políticos más que físicos y somáticos y las diferentes propuestas encontraron su justificación en los cambios políticos, sociales, económicos y demográficos que se dan en el siglo XIX.

Entre los temas detonantes estaban la expansión de la vida en las ciudades europeas, los nuevos códigos de moralidad y civilidad, los nuevos procesos de industrialización y la obsesión por controlar científicamente el proceso de reproducción de la fuerza de trabajo, y a éstos se les sumaba la emergencia de los ejércitos modernos, de los estados nacionales y de ciertos nacionalismos, todo ello integrado en el surgimiento del Estado educador.

Otros temas no menos importantes era el temor ante la ambigüedad de ciertos comportamientos corporales masculino y femenino y la aversión hacia los cuerpos abyectos y el rechazo a ciertas formas de vivir y experimentar la sexualidad, el deseo y el placer y la necesidad de regenerar cuerpos y poblaciones.

Otros temas que derivarán en extremismos políticos eran el interés por el cuidado y el mejoramiento de la raza y el perseguir un equilibrio entre lo intelectual, lo moral y lo físico, el resurgimiento por el interés de un regreso a la naturaleza y la lucha contra ciertas enfermedades y o de la promoción de un determinado estilo de vida higiénico.

En este profundo marco de dudas y miedos se instaló y legitimó la gimnasia, la educación física escolar y las demás propuestas de educación corporal ligadas a ellas con lo cual entraron rápidamente, a la escuela, las Fuerzas Armadas y los colegios., allí a partir de varios discursos sobresaliendo el médico emergió el "Homo Gymnasticus" el cual se caracterizará por ser esforzado, eficiente, dócil y obediente, aplicado, activo y seguro, diestro patriota y sano entre las principales características. (SCHARAGRODSKY, 2011).

Así el Homo Gymnasticus dominó la escena corporal y se erigió como uno de los efectos modernos mejor pensados de una forma cada vez más compleja de administrar el cuerpo, una invención que a la vez exudó fuertes dosis de modernidad creando a partir de la autoafirmación de su supuesta "normalidad" la existencia de la otredad, representada por los cuerpos indeseables e imperfectos, tanto en forma, apariencia, deseo y comportamiento.

Hay que recordar que en esta época había zoológicos humanos, y en las grandes Exposiciones Universales se presentaban como atracción "rara", pueblos de África, la India e incluso de América, una práctica que se inició en Francia y permeó toda Europa, sin tener condena social hasta fines del siglo XIX.

Así mismo, quedaron prohibidas ciertas diversiones populares, como las prácticas circenses, algunos bailes y danzas populares, ciertos juegos considerados indecorosos y los ejercicios inadecuados para niños y niñas.

Así el Homo Gymnasticus sentó su imagen ideal a partir de criterios patriarcales y androcéntricos, por lo que las mujeres y las niñas al final del XIX se incorporan como algo complementario al Homo Gymnasticus, debido a la fragilidad y maternidad, pero esa integración se dio a partir de la jerarquía y la desigualdad.

Este modelo permea y domina importantes discursos, como el higiénico, el militar y el pedagógico. Estos nuevos discursos traen aparejadas nuevas categorías teóricas y equipos como la de tiempo perdido, los conceptos fisiológicos sobre fatiga y agotamiento físico, los nuevos espacios arquitectónicos: gimnasios, vestimentas especiales y los aparatos de medición y ejercicios.

Así mismo, la legitimización médica llevó a la trilogía higiénica a su cúspide, sol, aire y agua integrados en caminatas, paseos, juegos o deportes específicos. Por ello este nuevo modelo fue, más que una metáfora social, la materialización de nuevos cuerpos y nuevas sensibilidades corporales, producto de complejas relaciones poder - saber que no solo produjeron sino que hicieron invisible u omitieron y excluyeron otras formas de ejercitarse, moverse, desplazarse, gesticular sentir o experimentar la corporalidad (Vigarello, 2011).

La gimnasia estaba reservada para los hombres, pero como en Grecia para los libres, no para los que morían junto a las máquinas industriales, tras más de catorce horas de trabajo, como los viajes eran para la

emergente burguesía y clase media de la nueva sociedad y su función era mostrar el mundo conquistado a los hijos del imperio. El deporte también era inicialmente una actividad elitista, y se fue transformando en la medida que se expandió, una vez más los deportistas eran una manera de llegar a socializar con los conquistados, al igual que el turismo y la propia gimnasia.

3.2 El ocio y su falsa dicotomía

Éste es el conjunto de prácticas culturales realizadas en el tiempo de ocio resultante tras realizar la jornada laboral, satisfacer las necesidades fisiológicas, personales (comer, dormir, salud y aspectos individuales) y cumplir con un conjunto de obligaciones rituales comunitarias (religiosas, familiares, sociales o cívicas). Ocio es diferente al tiempo libre, ya que este último no equivale a libertad individual, sino que es tiempo no laboral. El ocio está constituido por una serie de prácticas o actividades de carácter estrictamente personal que el individuo elige voluntaria y libremente, o sea, no está sometido a codificación o ritualización (GÓMEZ, 2003).

En las sociedades industriales avanzadas, las actividades recreativas constituyen un reducto en el que con la aprobación social puede expresarse en público un moderado nivel de emoción, pero este nivel se eleva en una sociedad con mayor desarrollo.

Los desarrollos sociales generan un movimiento en sentido contrario tendiente a equilibrar la balanza mediante el debilitamiento de las restricciones sociales y personales. En estos nuevos movimientos tenemos algunos campos como el ocio, que genera nuevas formas de música, teatro, baile y una mayor participación de los espectadores en los espectáculos deportivos.

Estos “contra movimientos” son verdaderos desgarros en el fuerte tejido de las restricciones entre los jóvenes que necesitan un agrandamiento de los márgenes para la emoción abierta. La búsqueda de la emoción del entusiasmo aristotélico en nuestras actividades recreativas es la otra cara de la moneda del control y de las restricciones que coartan nuestra expresión emocional en la vida corriente.

Hoy se maneja la idea de las actividades recreativas son un complemento del trabajo, ya que éste está considerado un deber moral y un fin en sí

mismo, por ser la antítesis del placer y la herencia de la maldición de Adán, cuando fue expulsado del paraíso.

Así el ocio cuando se inicia el capitalismo renace degradado como una forma de haraganería y complacencia, y se lo identifica con el placer, algo que en las sociedades altamente desarrolladas, es visto diferente ya que la satisfacción del ocio es importante y necesaria, para la salud física y mental del ciudadano.

El término trabajo se refiere al que la gente hace para ganarse la vida, pero en las sociedades desarrolladas la gente hace otros trabajos en sus tiempos libres, que no es asalariado como son el trabajos del hogar, las compras y abastecimientos, cuidar los hijos y trámites diversos, entre otros.

Pero junto a éste hay otros tipos más de tiempo no remunerado pero importante como es el descanso, la satisfacción de necesidades biológicas, la sociabilidad y las actividades miméticas o de juego.

En las complejas sociedades industrializadas con una elevada diferenciación de funciones, la interdependencia correspondientemente alta de todas las actividades, públicas como privadas, ocupacionales tanto como no ocupacionales, exige y produce un manto de restricciones que lo cubre todo.

En las sociedades muy desarrolladas la rutinización de todas las esferas de la vida incluida las de mayor intimidad, obliga a que se creen emociones. En tanto que complemento del mundo de actividades no recreativas, que cumplen con tareas altamente impersonales como teatro, concierto y partido de cricket son representaciones del mundo irreal (fantasía) y lo otro es la esfera mimética que constituye una parte específica e integral de la “realidad” social.

El aspecto imitativo que es la característica común de todos los acontecimientos recreativos clasificados bajo ese membrete y que puede ser más alto o más bajo según las evaluaciones actuales desde las tragedias a las sinfonías, al póker y la ruleta, no consiste en que sean representaciones de acontecimientos de la “vida real”, sino que las emociones y los afectos que provocan guardan relación con los que se experimentan en la “vida real”, solo que en una especie distinta, mezclado con una especie de deleite.

La emoción mimética no entraña social ni personalmente peligro alguno y puede tener un efecto catártico, George Thomas White Patrick alegaba que todos los juegos son pasatiempos, pero no todos los

pasatiempos son juegos, algunos solo parecen satisfacer el ansia de excitación.

Toda la vida moderna es tan emocionante comparada con las anteriores, ¿Por qué seguimos buscando pasatiempos que nos estimulen? No es emoción lo que buscamos sino un modo de liberarnos de todas las formas de actividad mental que nos agotan en las largas rutinas cotidianas (URÍA, 2003).

En las sociedades desarrolladas en los 60' había más tiempo libre que ocio en sentido estricto. Dumazadier (1964) sostiene que en las sociedades pre-capitalistas, el ocio era mínimo, porque las fiestas eran parte del ritual del trabajo y la religión y los tiempos muertos para el campesino eran mínimos, dado su trabajo de supervivencia, mientras que en la sociedad industrial, el tiempo libre y el de ocio estaban claros.

El ocio es el conjunto de actividades realizadas en un tiempo social específico, el tiempo de ocio, y supone siempre un cierto grado de libertad de elección e implicaba también el ocio, a su vez, la asociación a un estado subjetivo de satisfacción personal, que servía de base al atractivo que ejercía sobre la libre voluntad del individuo, y que se daba en un hipotético contexto de débil coacción normativa del poder sociopolítico sobre el ocio (DUMAZEDIER, 1975).

El primer análisis detenido sobre el ocio fue de 1883, escrito por Lafarge, "El derecho a la pereza" y en 1899 aparece la "Teoría de la clase ociosa", donde se analiza el ocio burgués como una serie de prácticas improductivas y superfluas, y cuyo único fin es aumentar el prestigio del que la realiza (VEBLEN, 2000).

El paradigma británico de la industria del ocio aparece con el trabajo de Robert W. Malcolmson (1973) "Las recreaciones populares en la sociedad inglesa 1700-1850", donde muestra las críticas desde la religión a las tabernas y los deportes violentos como el box, bajo la influencia del calvinismo, que consideraba a los tiempos de ocio como tiempos perdidos y, por ello, malos (URÍA, 2003).

En la segunda mitad del siglo XIX, auge de los viajes en ferrocarril y en cruceros y las carreras de caballos en los balnearios y sus grandes apuestas, aumentan el atractivo del ocio mercantilizado, el turismo, que entre 1880 y 1914, fue muy elevada, apoyada por la reducción de la jornada laboral y el aumento de los salarios.

Éstos son parte de los antecedentes de lo que será el siglo XX donde el deporte es entronizado, la gimnasia absorbida por el consumo del cuerpo y el

turismo como gran opción de entretenimiento de la gente. En la actualidad, el ocio es ante todo "una gran área de oportunidad económica", en esta sociedad del consumo.

3.3 Masivos y universales pero ignorados

En la literatura de los tiempos originarios, en sus rituales más sagrados, los juegos constituyen una temática poco frecuentada, desvalorizada, la cual reaparece ahora como un síntoma fallido e interpela a la teoría. ¿Por qué se olvida al deporte mientras el arte, los mitos, las religiones han sido estudiados por Freud (1973), Adorno (1984), Deleuze (1983, 1987) bajo la promesa de articular el inconsciente y la cultura? (De la VEGA, 2010).

Desde el marxismo crítico, no obstante, encontramos algunos intentos de revisar aquel descuido y el psicoanálisis fue convocado por los fundadores de la teoría crítica para analizar el deseo inconsciente de las masas, sus anudamientos con la economía y la política como también su impacto en el ámbito de la cultura. El deporte junto al cine y la música (con mayor peso y elaboración) estuvo presente en el programa de Frankfurt, que interrogaba la experiencia del fascismo, la eficacia de los medios y la nueva gramática cultural.

Lo mismo ocurre con el turismo, primera actividad económica del planeta, la que cubre toda su geografía y es hoy un desconocido, al igual que el deporte no ha encontrado un constructor de un paradigma marco para estas actividades que hoy dominan el globo. ¿Será que porque se realizan en los tiempos de ocio y aún mantenemos vigente la concepción feudal de este tiempo, o porque el deporte, el turismo y la gimnasia son elementos centrales en la sociedad del control, en el proceso de alienación de la sociedad capitalista global?

Ya no es un capitalismo para la producción, sino para el producto, es decir, para la venta y para el mercado y es esencialmente dispersivo donde la fábrica ha cedido su lugar a la empresa. La familia, la escuela, el ejército y la fábrica ya no son lugares analógicos distintos que convergen hacia un propietario, Estado o potencia privada, sino las figuras cifradas, deformables y transformables, de una misma empresa que sólo tiene administradores. Incluso el arte ha abandonado los lugares cerrados para entrar en los circuitos abiertos de la banca (DELEUZE, 1991).

Esta gran transformación requería del espectáculo, nuevas formas de control ya no encerradas sino abiertas, los estadios, los parques y los grandes centros comerciales, en todos la sociedad se concentra en busca de un espacio para desplegar las energías concentradas y allí se dan las grandes catarsis colectivas.

El seudo-marxismo buscaba articular la represión sexual con el control social y presentaba al conjunto de las prácticas deportivas como un poderoso instrumento de dominación social, central en el ordenamiento y el disciplinamiento de las mayorías.

Hoy estamos frente al retorno del cuerpo, reflejados en el deporte, la política y la propia sociedad de consumo, la forma en que se produce allí, junto al poder, el deseo y la subjetividad. El cuerpo del placer, cuerpo encendido, iluminado por los dispositivos modernos del deporte, de la medicina, de los medios y de la sexualidad reclama una mayor consideración y, especialmente, una nueva mirada que muestre las formas en que, en el deporte, se anudan el cuerpo y el deseo, junto a las coordenadas de su politicidad (FOUCAULT, 1986).

Malraux (1977) ha definido a nuestro tiempo como el extraño siglo de los deportes y Huizinga (2000) caracterizará al ser humano como Homo Ludens, pero no son muchos los autores que consideran al deporte digno de incluirlo en sus programas, ni merecedor de un tratamiento sistemático y elaborado, sufre el mismo olvido que el turismo, ¿será porque no requiere de más atención para poder operar en forma eficiente en su función?

Ha sido Norbert Elias (1992) quien advirtió aquella ausencia y elaboró el mapa que traza muchas de las coordenadas para su localización y Michel Foucault (1991) colaboró también en aquel trazado aunque casi no hable de los juegos a través de sus formulaciones sobre el cuerpo.

Por su parte, Pierre Bourdieu diseñó un programa para una sociología del deporte, el cual incluye indicaciones valiosas sobre temáticas relevantes de dicho ámbito, a pesar de que nunca desarrolló aquellas primeras instituciones (BOURDIEU, 1988).

Las identidades coloniales y neocoloniales fueron construidas como el reverso del ideal moderno cuando la voluntad de Occidente pudo proyectar sus deseos y fantasmas más oscuros sobre las diversas figuras del sujeto colonizado. De aquella empresa colonizadora, participó también el deporte luego de su difusión

posterior en una escala mundial, y en paralelo el turismo que también se encargaba de hacer conocer a la sociedad colonizadora, el territorio conquistado, bajo un discurso de paz, amor y confraternidad.

En América, los deportes introducidos hacia fines del siglo XIX, experimentaron una extraordinaria y novedosa reelaboración que permite interrogar muchos de los rasgos centrales que definen el lazo post-colonial. La relación entre el sujeto imperial y el subordinado no ha sido un vínculo unidireccional ni limitado sólo a la dominación, sino una relación compleja que articula efectos de hibridación y reciprocidad (de la VEGA, 2010).

Coincidentemente con el turismo ocurrió algo similar, y con la misma gimnasia que se integró a los programas educativos desde colegios a cuarteles. El fútbol colonizó a los colonizados del mundo donde Inglaterra tenía influencia, como hoy el turismo recoloniza a islas descolonizadas para integrarlas a la "periferia del placer", un modelo que las ancla como lugares de ensueño para los visitantes y un verdadero infierno para los habitantes.

Así deporte y el turismo son realidades que tienen una función profunda en el control de la sociedad, por ello sus estudios son en la superficie, para evitar entender la lógica que los mantiene y los ha transformado de ser actividades de ocio en verdaderos negocios (RUL-LAN, 1997).

Los deportes son un entretenimiento tanto para quien lo realiza como para quien lo ve y aunque frecuentemente se confunden los términos deporte y actividad física, en realidad no significan exactamente lo mismo, ya que la diferencia radica en el carácter competitivo del primero, en contra del mero hecho de la práctica del segundo.

En la actualidad el deporte y la gimnasia en menor medida están promovidos y movilizado por las grandes cadenas internacionales deportivas (Nike, Adidas, Puma, Kempa) sumando los medios de comunicaciones que son los que terminan de darle el toque de la mundialización del deporte (ALONSO, 2009).

El turismo está siendo promovido en todo el mundo por las grandes corporaciones de negocios turísticos, las empresa aéreas y de cruceros, que han logrado fabricar un mundo paralelo a la realidad, un mundo mágico, donde todo el tiempo es placer aunque su duración es muy limitada, por ello ha creado un archipiélago de islas de felicidad.

La gimnasia ha sido empoderada por los jóvenes, promovida por los medios e instaurada como el imaginario a seguir. En síntesis, los fenómenos se suman y actúan en un nuevo espacio propio de esta era, el tiempo de ocio, un territorio flexible donde difícilmente se lo puede separar para volver a la vieja dicotomía trabajo - ocio, ya que ésta fue desde el comienzo una falsa contradicción heredada de las antiguas definiciones del trabajo y el descanso, que eran solo dominical y religioso.

4 CONCLUSIONES

En los 60's la sociedad del consumo se expande globalmente y con ella sus ideas ya que idolatra el dinero para el consumo, a la juventud como modelo de vida e imagen, y como esta última se ha asociado con sexualidad exacerbada, disfrutar la vida plenamente y buscar un mayor reconocimiento social.

Allí se unen en intereses y metas, tomando como eje central al cuerpo, el deporte, la gimnasia y el turismo, que pasan a formar parte del consumo masivo, de la sociedad del espectáculo y llenar los espacios y metas para una generación que se queda sin utopías.

La juventud absoluta vende y mientras los fotógrafos quieren mostrar la inocencia de la juventud sin velos, los diseñadores quieren colocar sus vestidos en cuerpos adolescentes para eternizar la juventud. Paul Yonnet, sociólogo francés, cree que lo que importa no es el sexo sino la juventud y la forma en que ésta se pueda prolongar, para que no se ciñera de forma exclusiva a un período determinado de tiempo sino que fuera una forma de vida (Yonnet, 2009).

Éstos son los grupos juveniles, la nuevas tribus y masas urbanas influenciadas por el Rock y sus engendros, Pop, Punk, Rap, Grunge, Hip Hop, Latin Jazz, Rock Alternativo, Latin Rock, Metal, Hard Core, Acid Jazz, Reggae, Funk, Dance, Trip Hop, Tecno, Industrial, Death Metal, entre otros, quienes determinan las tendencias en el vestir, en quienes se inspiran los diseñadores para crear sus colecciones.

La mundialización económica y cultural aunque es incapaz de acabar con los patrones culturales tradicionales arraigados en cada pueblo de la faz de la tierra, se superpone a éstos con sus propios patrones y crea una dicotomía entre los valores convertidos en "homogéneos y universales" a fuerza de masificación, de publicidad estratégicamente creada, de

imposiciones del mercado, de utilización de elementos comunes en muchas culturas, entre otros y lo tradicional, reinterpretado por muchas personas que tienen como ambiente el primer paradigma cultural como "viejo, arcaico, fuera de onda".

Así estos fenómenos globales, que logran introducirse en todos los países pasan de la periferia del sistema al centro del mismo, ya que han dejado de ser un complemento para llegar a ser una de las esencias del propio sistema, al cual oxigenen con los paraísos de corta duración, que sirven como refuerzo de una sociedad abrumada por un viejo ejercicio que cambia con los tiempos pero de forma, la supervivencia.

Los tres están asociados a los imaginarios dominantes, al control de la sociedad a través de nuevos mecanismos, más flexibles, menos represivos pero al final persuasivos, ya que logran mantener el equilibrio en una sociedad cada día más asimétrica, donde el ciudadano ya no requiere de la explotación porque se auto explota motivado por el consumo, que se ha transformado en el eje ideológico y el instrumento de valorización de las personas.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Luis Enrique. *Sociología del Deporte*. 22 de enero, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida de consumo*. Argentina. Fondo de Cultura Económica, 2007.
- BELL, Daniel. *El advenimiento de la sociedad postindustrial*. España. Alianza editorial, 2006.
- BLANCO MARTÍN, Carlos J. La totalidad social: ¿Hacia un materialismo marxista? *Nómade Revista crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas*. N°4, 2001. Disponible en: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/nomadas/4/cjblancomartin.pdf>>. Acceso: 14 julio 2016.
- BOURDIEU, Pierre. Programa para una sociología del deporte. En *Cosas dichas*, 1988.
- CORBIN, Alain. *El territorio del vacío: occidente y la invención de la playa (1750-1840)*. España. Mondadori, 1993.
- De la VEGA, Eduardo. El retorno del cuerpo. Deporte, política y postcolonialidad. *Ágora para la Educación Física y el deporte*, Universidad Nacional de Rosario, Argentina, N°12 (1), pp. 29 – 48, 2010.
- DELEUZE, Gilles. Posdata sobre las sociedades de control. En: *El lenguaje literario*. Tº 2. Montevideo. Nordan, 1991.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Sociología empírica del Ocio*. Madrid. Editorial Nacional, 1975.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Hacia una civilización del Ocio*. España. Estela, 1964.

- ELIAS, Norbert. *El proceso de la civilización*. Investigaciones sociogénicas y psicogénicas. México. Fondo de Cultura Económica, 2011.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *Deporte y ocio en el proceso de la civilización*. México. Fondo de Cultura Económica, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Historia de la Sexualidad*. El Uso de los Placeres. México. Siglo XXI, 1986.
- FROLOVA, Marina. *El descubrimiento de las montañas europeas: del modelo Alpino a los modelos geográficos específicos de la montaña*. (en línea) N°32. Granada. España, 2002. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=17103201>
- GÓMEZ FERRER MORANT, Guadalupe. La vida privada en la España de la restauración. ¿Es posible el ocio de las mujeres? En: *Fiesta, juegos y ocio en la historia*. España. Ediciones Universidad de Salamanca, 2003. pp. 321 – 346.
- KNEBEL, Hans-Joachim. *Sociología del turismo*. Cambios estructurales en el turismo moderno. Barcelona. Hispano Europea, 1974.
- KORNBLIT, Ana Lía. *Los jóvenes y el cuerpo*. En Juventud y vida cotidiana. Buenos Aires. Biblos, 2007.
- LEFEBVRE, Henri. La noción de totalidad en las ciencias sociales. *Revista de estudios interdisciplinarios en Ciencias Sociales*. Universidad Rafael Belloso Chacín. Vol. 13 N°1. Venezuela, enero-abril. pp. 105 124, 2011.
- MEYNAUD, J. *El deporte y la política*. Barcelona. Editorial Hispano Europea, 1972.
- MIER G., Raymundo. El deporte, las figuras colectivas y el proceso de civilización. La reinención de la conciencia de sí y el placer de la efusión controlada. En: *Deporte y ocio en el proceso de la civilización*. México. Fondo de Cultura Económica, 2014.
- PÉREZ RAMÍREZ, María del Carmen. Evolución histórica de la Educación Física. *Apunts. Educación Física y Deporte*. N°33. España. pp. 24 39, 1993. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=305013>>. Acceso: 14 julio 2016.
- ROMERO, Marines. *Sociología del deporte*. Disponible en: <http://sociodeporte-marinesromero.blogspot.mx/>>. Acceso: 14 julio 2016.
- RUL – LAN BUADES, Gaspar. *Del ocio al neg. – ocio... y otra vez al ocio*. Papers. No. 53. España, 1997. Disponible en: <https://ddd.uab.cat/pub/papers/02102862n53/02102862n53p171.pdf>>. Acceso: 14 julio 2016.
- SALAZAR, Noel B. Antropología del turismo en países en desarrollo: análisis crítico de las culturas, poderes e identidades generado por el turismo. *Tabla Rasa* N°5. Bogotá. julio – diciembre. pp. 99 128, 2006.
- SCHARAGRODSKY, Pablo. *La invención del "homo gymnasticus" fragmentos históricos sobre la educación de los cuerpos en movimiento en occidente*. Buenos Aires. Prometeo, 2011.
- SENNETT, Richard. *Carne y piedra*. El cuerpo y la ciudad en la civilización occidental. Madrid. Alianza, 2015.
- SOSSA ROJAS, Alexis. Análisis desde Michel Foucault, referentes al cuerpo, la belleza física y el consumo. *Polis Revista Latinoamericana*. N° 28, 2011. Disponible en: <https://polis.revues.org/1417>>. Acceso: 14 julio 2016.
- THOMAS, R. Nacimiento, evolución y situación actual de la sociología del deporte. En: *Sociología del deporte*. Barcelona. Ediciones Bellatierra, 1988.
- URÍA, Jorge. Nacimiento del ocio contemporáneo. Algunas reflexiones sobre el caso español. En: *Fiesta, juegos y ocio en la historia*. España. Ediciones Universidad de Salamanca, 2003. pp. 347 – 382.
- VELÁZQUEZ BUENDÍA, Roberto. El deporte moderno. Consideraciones acerca de su génesis y de la evolución de su significado y funciones sociales. *Efdeportes, revista digital*. Año 7. N°36. Buenos Aires, 2001. Disponible en: <http://www.efdeportes.com/>>. Acceso: 14 julio 2016.
- VEBLEN, Thorstein. *Teoría de la clase ociosa*. España. Alianza, 2008.
- VIGARELLO, Georges. La invención de la gimnasia en el siglo XIX: nuevos movimientos y nuevos cuerpos. En: *La invención del "homo gymnasticus" fragmentos históricos sobre la educación de los cuerpos en movimiento en occidente*. Buenos Aires. Prometeo, 2011.
- YONNET, Paul. *Juego, modas y masas*. España. Gedisa, 2009.

VULNERABILIDAD DE LA ECONOMÍA ESPAÑOLA EN LOS MARCOS DE LA CRISIS ECONÓMICA ACTUAL

José Lázaro Quintero Santos*

Resumen: El artículo estudia el impacto de la crisis económica financiera mundial en la Unión Europea, particularmente, en la eurozona y las implicaciones que tiene la repercusión de la crisis en la economía española. En este sentido, se analiza el proceso de formación a la Unión Europea y la Eurozona, así como, las consecuencias que ha tenido en este bloque económico y en España la globalización de la crisis. Para realizar el estudio la metodología de la investigación se ha basado en el método inductivo–deductivo que ha permitido hacer un análisis que va de lo general a lo particular. La crisis desveló los problemas estructurales de la economía española y su gran vulnerabilidad a las coyunturas económicas internacionales por su dependencia financiera y energética. La tasa de desempleo crónico en España es el hándicap de una incierta recuperación económica dependiente de la evolución macroeconómica de la eurozona. Por otra parte, el sector del turismo, uno de los más dinámicos de la economía española, aunque en menor proporción, también ha sufrido los efectos de la crisis.

Palabras clave: Crisis económica. Ciclos económicos. Unión Europea. Eurozona. España.

VULNERABILITY OF THE SPANISH ECONOMY IN FRAMES OF THE CONTEMPORARY ECONOMIC CRISIS

Abstract: The paper describes the impact of the global financial economic crisis in the European Union, particularly, in the Eurozone and the implications of the impact of the crisis in Spanish economy. It is analyzed the formation of the European Union, the Eurozone and the consequences of crisis in this economic bloc and in Spain by economic globalization process. Research methodology was based on inductive-deductive method has allowed an analysis that goes from the general to the particular. The crisis revealed the structural problems of the Spanish economy and its high vulnerability to international economic trends due to financial and energy dependence. Furthermore, the rate of chronic unemployment in Spain is the handicap of an uncertain economic recovery dependent on macroeconomic developments in the Eurozone.

Keywords: Economic crisis. Economic cycles. European Union. Eurozone. Spain.

VULNERABILIDADE DA ECONOMIA ESPANHOLA NOS QUADROS DA CRISE ECONÔMICA ATUAL

Resumo: O artigo estuda o impacto da crise econômica financeira mundial na União Europeia, particularmente, na zona do euro e as implicações que tem a repercussão da crise na economia espanhola. Neste sentido, se analisa o processo de formação na União Europeia e a Zona do Euro, assim como, as consequências que tem havido neste bloco econômico e na Espanha a globalização da crise. Para realizar o estudo a metodologia de investigação se baseou no método indutivo-dedutivo que permitiu fazer uma análise que vai do geral ao particular. A crise desvelou os problemas estruturais da economia espanhola e sua grande vulnerabilidade às conjunturas econômicas internacionais pela sua dependência financeira e energética. A taxa de desemprego crônico na Espanha é o obstáculo de uma incerta recuperação econômica dependente da evolução macroeconômica da Zona do Euro.

Palavras-chave: Crise econômica. Ciclos Econômicos. União Europeia. Zona do Euro. Espanha.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional.

* PhD. en Economía Internacional y Desarrollo por la Universidad Complutense de Madrid, España. Master en Ciencias Económicas del Proyecto Conjunto Universidad de la Habana, Cuba, y University of Carleton, Canadá y Licenciado en Economía del Comercio Exterior por la Universidad de la Habana homologado al título español de Licenciado en Economía, Universidad Complutense de Madrid, España. Graduado en Tourism Management por el Institute of Tourism and Hotel Management Klessheim, Salzburgo, Austria. Visiting scholar at Patel College of Global Sustainability University of South Florida, Tampa, Florida, USA. [jlquintero@yahoo.es]

Avaliação cega por pares / Double blind review process – Editor científico / Scientific editor: PhD Thiago D. Pimentel
 Recebido em, 27 de Novembro de 2015; aceito em 15 de Março de 2016; publicado online em 26 de Setembro de 2016.
 Received on November 27, 2015; accepted on March 15, 2016; published online on September 26, 2016.

I INTRODUCCIÓN

Un tema crucial, polémico y con visiones muy contrapuestas es el relacionado con el crecimiento, el desarrollo económico y sus vínculos con los ciclos económicos. La diversidad de criterios va más allá de las posiciones políticas e ideológicas. La evolución económica es una temática recurrente que afecta a los individuos de la sociedad actual. De una u otra forma, todos estamos sometidos a las fluctuaciones de los mercados, los precios, la oferta y la demanda. Esas fluctuaciones están originadas por comportamientos macroeconómicos que pueden llevar a crisis económicas, recesiones y períodos de expansión de la producción y el empleo.

Desde finales del año 2007 la economía mundial está sufriendo una de sus peores crisis. Una situación de inestabilidad que ha afectado en mayor proporción a los países desarrollados, fundamentalmente, a Estados Unidos (donde se originó la crisis) y a los países de la Unión Europea. En este sentido, las repercusiones han sido mayores en los países de la Unión que conforman la llamada eurozona, en alusión, a aquellos países que comparten una moneda única: euro.

La crisis ha demostrado que los ciclos económicos del capitalismo: crisis, recesión, reanimación y auge, aún siguen vigentes y son inherentes al desarrollo capitalista a pesar de los avances socioeconómicos, políticos, sociales, científico técnicos, y la apuesta, por la investigación, el desarrollo y la innovación en estos países (Estados Unidos y Unión Europea), que marcan las pautas del desarrollo del capitalismo mundial. Precisamente, ese desarrollo ha llevado a un proceso de globalización que interconecta al mundo en todas las esferas de acción, y por ende, la crisis se ha extendido con fuerza y ha perjudicado en mayor proporción, a aquellos países que son los eslabones más débiles dentro de la Unión Europea.

La apuesta por una Europa fuerte económicamente, unida, competitiva y con gran influencia sociopolítica a nivel internacional en torno a la Unión Europea no ha sido capaz, aún, de sortear la crisis. Las sombras de un macro proyecto sumamente ambicioso como es la unión económica y monetaria tiene ante sí innumerables retos y muchas grietas que

ha desvelado la crisis. Uno de sus mayores handicap es su gran dependencia de los mercados internacionales fruto del proceso de globalización económica financiera. El euro, prácticamente desde su nacimiento, ha sido una moneda sobrevalorada con respecto al dólar lo que ha afectado en mayor proporción a países de la Unión con menor desarrollo socioeconómico relativo como España, Portugal, Grecia e Italia. Por otra, como resultado de la unión económica, la divergencia en la evolución de los ciclos económicos de los países de la unión europea crea pérdida de competitividad exterior por los desajustes macroeconómicos.

En relación a España la crisis económico financiera ha puesto en entredicho el estado de bienestar. Si bien es cierto, que dentro del proceso de globalización la economía española, en los últimos decenios, ha tenido un crecimiento importante, la otra cara de la moneda la desvela los grandes problemas estructurales de ese crecimiento. En este sentido, la debilidad de los fundamentos en los que se sostiene la economía española, debido a la necesidad de corrección de los desequilibrios acumulados en las últimas décadas la hacen muy vulnerable al proceso de globalización, y por ende, al comportamiento de los mercados internacionales. Por lo tanto, el estudio de la situación socioeconómica actual de España y sus perspectivas pasa por entender las interrelaciones y el posicionamiento de este país en el contexto de la economía mundial, y sobre todo, sus vínculos con los países que conforman la Unión Europea, en particular, con los del bloque de la eurozona.

En tanto, el estudio es una investigación empírica dirigida a investigar un fenómeno contemporáneo (crisis económica) dentro de su contexto global y sus implicaciones en un contexto particular. En este sentido, se han estudiado las relaciones que se establecen entre el contexto global, economía mundial e Unión Europea y la situación particular de España. Las relaciones causa efecto que se establecen entre estos dos ambientes permite identificar el grado de interacción, interdependencia e influencia que tienen el comportamiento y la relación biunívoca entre el entorno global y el particular¹.

¹ La metodología de la investigación se ha basado en el método inductivo-deductivo que ha permitido hacer un estudio de lo general a lo particular, es decir, se ha hecho una revisión teórica de las crisis económicas que permite identificar el punto de vista de los diferentes autores en relación a los ciclos económicos del desarrollo del capitalismo. Esto ha permitido estudiar cómo ha afectado la crisis

a la Unión Europea como proceso de integración económica y a España, en particular, como un país que está enmarcado dentro de la llamada eurozona. Metodológicamente, el estudio aporta una comprensión más completa y objetiva de la realidad. En este sentido, el método empleado ha permitido realizar una descripción contextualizada del objeto de estudio: crisis económica mundial.

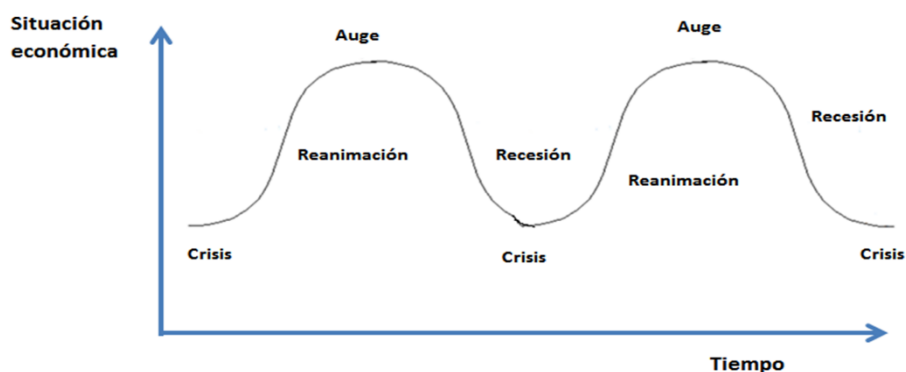
2. CRISIS DEL SISTEMA CAPITALISTA

El análisis de las crisis económicas es uno de los temas más polémicos en el estudio del sistema capitalista mundial y está sujeto a las visiones contrapuestas de diferentes autores. Uno de los argumentos más presentes en la literatura es la visión marxista de que las crisis del capitalismo tienen su origen en la superproducción. Desde esta perspectiva, la especulación generalizada de la gran capacidad de producción de las empresas capitalistas impulsa a que se produzca más de lo que puede asumir el mercado, esto a su vez, entra en contradicción con el

abaratamiento de la fuerza de trabajo que origina una sensible caída en la demanda (CACHANOSKY, 2002 ; KATZ, 2009; BRUNET Y BOCKER 2013).

Conforme a esta línea de pensamiento el desarrollo del sistema capitalista es cíclico (figura I), es decir, el movimiento de la producción capitalista se realiza a través de fases que guardan entre sí una relación de sucesión: crisis, depresión, reanimación y auge (MARX, 2003; SCHUMPETER 1939 Y 1978) y cada una de estas fases van creando las premisas de la subsiguiente.

Figura I. Fases del ciclo de desarrollo capitalista²



Fuente: Elaboración a partir de Marx, Carlos (2003).

En la fase de crisis estallan las contradicciones que se han ido acumulando durante el precedente ciclo de la producción capitalista, es decir, es el período que lleva a pérdidas y quiebras de muchas empresas lo que origina abaratamiento de la mano de obra (reducción de salarios, alargamiento de la jornada laboral y despidos masivos) ante la necesidad de recomponer la cuota de ganancia por parte de las empresas capitalistas.

Según, Cachanosky (2002) las explicaciones más modernas de las causas de la crisis se pueden dividir en tres grupos: (1) la explicación keynesiana, (2) la explicación monetarista y (3) la explicación de la escuela austriaca de economía. La visión keynesiana hace énfasis en la caída de la demanda global por el ahorro no invertido lo que trae consigo acumulación de stocks, se reduce la producción para liquidar los

mismos y por lo tanto se despiden trabajadores; la perspectiva monetarista plantea que el motivo de las crisis es una insuficiente demanda agregada que se debe a un aumento de la preferencia por la liquidez, que es un incremento en la demanda de dinero y los bancos centrales no incrementan la oferta monetaria a la misma velocidad en que crece la demanda de dinero; para la escuela austriaca la causa de la crisis está en una mala inversión que produce una mala asignación de los recursos productivos.

Vallejo (2010, p. 5) cita a Stiglitz (2010) que considera que es difícil encontrar las causas de las crisis económicas. Desde la visión de Stiglitz "encontrar las causas profundas es como pelar una cebolla: cada explicación suscita ulteriores preguntas a un nivel más profundo". No obstante, sostiene que la

² En el análisis del ciclo económico de desarrollo del capitalismo de acuerdo con Schumpeter (1939) y Padilla-Aragón (2003), el ciclo consta de cuatro fases: recuperación, auge, recesión y depresión.

responsabilidad básica de la actual crisis debe atribuirse a los mercados y a las instituciones financieras.

En relación al ciclo económico, para muchos autores, las oscilaciones de la reproducción del sistema capitalista que conlleva las fluctuaciones del producto nacional no obedecen a las mismas causas, es decir, hay causales exógenas como los desastres climatológicos y las guerras (GONZÁLEZ-ESTRADA; ALMENDRA-ARAO, 2007). No obstante, el comportamiento del sistema económico y las desavenencias entre oferta y demanda son causales esenciales para explicar el origen y las causas del ciclo de desarrollo capitalista.

Desde la perspectiva de Kugman y Well (2011, p. 144) “el ciclo económico es la sucesión, a corto plazo, de caídas y auges en la economía”. Las caídas las identifican con períodos de menor actividad económica en los que la producción y el empleo descienden denominadas recesiones y los auges (expansiones o recuperaciones) se asocian a períodos de mayor actividad económica en los que sube la producción y el empleo. La disminución de la actividad económica muy aguda y prolongada la denominan depresión.

Márquez (2009, p. 193) refiriéndose a la crisis financiera que comenzó en 2007 la define como “una crisis general del sistema capitalista neoliberal que se expresa como una severa depresión económica mundial”. Para este autor, se trata de una compleja crisis civilizatoria con rostro multidimensional que expone los límites de la valorización mundial de capital por cuanto atenta en contra de los fundamentos de la riqueza: el ser humano y la naturaleza, y porque pone en predicamento el sistema de vida en la Tierra, es decir, el metabolismo social.

En esta misma línea Machinea (2009) asegura que nunca ha habido un sistema financiero más complejo y más interconectado que el desarrollado en la etapa de la globalización financiera. En este sentido, según este autor, “hay dos elementos que han caracterizado a todas las crisis financieras: la existencia de un sistema, lo que implica que existe una red mediante la cual los problemas se interconectan y afectan a muchos actores, y la opacidad de la información, que provoca que los diferentes actores tengan distintos niveles de información sobre la calidad”.

Desde nuestra perspectiva, a pesar de las múltiples interpretaciones acerca del ciclo económico, queda claro, que el capitalismo está en una crisis estructural que abarca a todos los ámbitos de la vida económica, política, social, cultural y ambiental; es decir, una crisis sistémica que pone en entredicho los resortes que antaño hacían que el capitalismo saliera fortalecido de sus períodos relativamente cortos de recesión económica e iniciara nuevos ciclos de recuperación y expansión económica. Desde esta visión multidimensional las estructuras económicas, financieras y sociales del sistema capitalista han entrado en crisis, lo que se manifiesta, en graves problemas que se agudizan, y que la sociedad actual es incapaz de darles una respuesta definitiva, como son la crisis energética, la crisis alimentaria, la crisis medioambiental y la crisis de la cultura política.

3. CREACIÓN DE LA UNIÓN EUROPEA: EFECTOS DE LA CRISIS ECONÓMICA

La construcción de la Unión Europea (UE) ha sido un largo proceso (cuadro I) que tiene sus albores en la década de los años 50. Precisamente, el 18 de abril de 1961 se firma el tratado de la Comunidad Europea del Carbón y del Acero entre Alemania, Bélgica, Francia, Italia, Luxemburgo y los Países Bajos cuyos miembros fundadores son el embrión de lo que hoy es la Unión Europea. Este proceso también ha llevado a que 19 de los 28 países que conforman esta unión de países comparta una moneda única: euro.

Cuadro I. Proceso de Integración Económica y Monetaria de la Unión Europea.

25 de Marzo de 1957	Firma del Tratado de Roma a través del cual se crea la Comunidad Económica Europea (CEE) o “Mercado Común”. El objetivo era crear un mercado común frente a terceros (aranceles únicos): integración económica.
18 de Noviembre de 1993	Entra en vigor el Tratado de Maastricht (firmado en febrero de 1992). Con este tratado se crea la Unión Europea: libre movimiento de fuerza de trabajo, bienes y capital que incluye una política exterior común frente a terceros.

15 de Diciembre de 1995	Los estados de la Unión Europea acuerdan la denominación del “Euro” ³ como moneda única en virtud del Tratado de Maastricht.
1ro. Enero de 2002	Los billetes y monedas de la moneda única “Euro” entran en circulación en aquellos países que se adhieren al Euro como moneda nacional (Alemania, Austria, Bélgica, España, Finlandia, Francia, Grecia, Irlanda, Italia, Luxemburgo, Países Bajos y Portugal. Además también adoptaron el euro los microestados europeos de Ciudad del Vaticano, Mónaco y San Marino, que tenían acuerdos con países de la UE).
Febrero 2015	El euro (€) es la moneda oficial de 19 de los 28 países de la UE. Estos países, que conforman la denominada zona del euro o eurozona, son los siguientes: Alemania, Austria, Bélgica, Chipre, Eslovaquia, Eslovenia, España, Estonia, Finlandia, Francia, Grecia, Irlanda, Italia, Letonia, Lituania, Luxemburgo, Malta, Países Bajos y Portugal.

Fuente: Elaboración propia.

A partir de la entrada en circulación del euro como moneda única comienza un proceso de integración económica que exige una mayor

coordinación de las políticas económicas de los Estados miembros; una mayor coordinación de las políticas fiscales, especialmente imponiendo límites máximos a la deuda y el déficit públicos y una política monetaria aplicada por el Banco Central Europeo que es quien determina los tipos de cambio y la política de estabilización de los precios para todos los países de la zona euro. Actualmente, el euro es la divisa más importante del mundo después del dólar estadounidense.

Para que un país de la Unión Europea entre en la eurozona debe cumplir con cuatro criterios o indicadores económicos llamados criterios de Convergencia o criterios de Maastricht tales como: normas sobre la inflación (no debe ser mayor del 1,5% de la inflación media de los tres países con el índice de inflación más bajo); límites de deuda (no debe superar el 3% del PIB) y déficit público (no puede superar el 60% del PIB); estabilidad para los tipos de cambio y convergencia de los tipos de interés (COMISIÓN EUROPEA, 2015, p. 7). Estos criterios son de obligatorio cumplimiento por todos los países. Por lo tanto, cuando un país entra en la zona euro debe adherirse al Pacto de Estabilidad y Crecimiento y a los criterios de convergencia. Aquellos países que incumplan los criterios de convergencia se les pueden imponer sanciones financieras por recomendación de la Comisión Europea⁴.

A pesar del Pacto de Estabilidad y Crecimiento, que la Unión Europea es una integración económica con un Producto Interno Bruto (PIB) valorado en “12 712 000 euros, equivalente a una media de 25 100 EPA⁵ per cápita” (EUROSTAT, 2011) y con claros objetivos a largo plazo de estabilidad, crecimiento y prosperidad para toda Europa, la crisis económica, originada en los Estados Unidos desde de finales de 2007, ha golpeado con fuerza a este bloque económico considerado una de las regiones de mayor desarrollo socioeconómico y tecnológico a nivel mundial.

³ Todos los Estados miembros de la UE deberán adoptar la moneda única (euro) una vez que cumplan las condiciones necesarias, a excepción de Dinamarca y el Reino Unido, que han negociado una cláusula de «exclusión voluntaria» que les permite mantenerse al margen de la zona del euro. La zona del euro se va ampliando a medida que los Estados miembros de la UE no participantes en la misma cumplen las condiciones de adhesión y adoptan el euro. Para una información más detallada consultar: http://ec.europa.eu/economy_finance/euro/adoption/index_es.htm

⁴ Para una información más detallada consultar: “Gobernanza económica en el marco de la Unión Económica y Monetaria” en: web oficial de la Unión Europea http://ec.europa.eu/economy_finance/euro/emu/index_es.htm

⁵ El PIB se calcula inicialmente en moneda nacional y luego se convierte a paridad de poder adquisitivo (PPA) para tener en cuenta los distintos niveles de precios en los Estados miembros de la UE, lo que permite realizar una comparación más significativa. Al utilizar la PPA (en vez de los tipos de cambio del mercado), estos indicadores se convierten en una moneda común artificial denominada Estándar de Poder Adquisitivo (EPA). El uso del EPA permite comparar el poder adquisitivo en las regiones de los Estados miembros de la UE que emplean distintas divisas y registran niveles de precios diferentes. Para información más detallada consultar: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/GDP_at_regional_level/es

Uno de los graves problemas que tiene la construcción del espacio común europeo (unión económica y monetaria) son las enormes divergencias económicas entre países en términos de empleo, productividad y salarios que se derivan de los diferentes niveles de desarrollo socio económico y tecnológico de los países miembros de la Unión Europea. Esto hace que las diferencias salariales, los niveles de bienestar económico y los índices de desarrollo humano entre el norte y el sur de Europa creen brechas y divergencias a la hora del cumplimiento de las políticas comunitarias. De hecho, para los países de menor desarrollo socioeconómico relativo, el cumplimiento de los plazos y las políticas de ajuste se han convertido en camisas de fuerzas, por las deformaciones estructurales de sus economías y la debilidad de sus instituciones.

Los problemas internos de la Unión Europea quedaron en evidencia cuando entre 2007 y 2008 algunos de los principales bancos de Estados Unidos entraron en crisis y se declararon en quiebra como consecuencia de los riesgos asumidos en el mercado hipotecario (explosión de la burbuja de las hipotecas subprime). El proceso de globalización económica que hace que exista una interconexión global fue el detonante: efecto dominó que produjo un contagio financiero por todo el mundo. “Para evitar el colapso total del sistema bancario de la Unión Europea (UE), entre 2008 y 2011 los países de dentro y fuera de la zona del euro inyectaron en sus entidades cerca de 1,6 billones de euros a través de garantías e inyecciones directas de capital (casi el 13 % del PIB de la UE), que pasaron a acrecentar el déficit y la deuda” (COMISIÓN EUROPEA, 2015a, p.10).

En este contexto, la austeridad fiscal, y por ende, los recortes en sectores como educación, salud y seguridad social pasaron a ser los componentes esenciales de la política económica de la Unión Europea. A esto se suma la ausencia de préstamos por parte de los bancos para conceder préstamos a las empresas y los particulares. El resultado, una gran recesión con un aumento progresivo del desempleo en todos los países que conforman la Unión Europea. La tasa de desempleo tuvo un incremento progresivo de 7.0% de la población económicamente activa en 2008, 10.8% en 2013 con una ligera disminución (10.2%) en 2014 (EUROSTAT, 2015).

Además, desde el año 2009, países como Irlanda, Grecia y Portugal tuvieron que ser rescatados por sus incapacidades para pagar sus crecientes

deudas públicas y la falta de financiamiento para el funcionamiento de sus respectivas economías. Países que han sido sometidos a duros programas de ajustes y recortes sociales por parte de la acción concertada de la Comisión Europea, el Banco Central Europeo y el Fondo Monetario Internacional (la Troika).

Una preocupación generalizada es que la crisis económica ha golpeado con fuerza a los más jóvenes. El desempleo juvenil en la Unión Europea se ha incrementado en más del doble en comparación con el desempleo de los que son mayores de 24 años. Como porcentaje total de la población económicamente activa el desempleo juvenil disminuyó entre 2005 y 2007 alcanzando un mínimo de 15.1% en el primer semestre de 2008. No obstante, a partir del segundo semestre de ese mismo año ha ido creciendo progresivamente hasta situarse en 23.6% en el primer semestre de 2013 según datos oficiales de la Comisión Europea (EUROSTAT, 2015).

Según un reciente informe de la Comisión Europea (2015b), por primera vez desde el año 2007, se espera un moderado crecimiento de 1.7% para el conjunto de las economías de los países que conforman la Unión Europea y un crecimiento de 1.3% para los países de la eurozona. De acuerdo a las perspectivas económicas de esta fuente para el 2016 el crecimiento será 2.1% y 1.9% respectivamente. Por otra parte, el pronóstico vaticina que el desempleo disminuye y alcanzará una tasa de 9.8% para los países de la Unión Europea y un 11.2% para la zona euro en 2015. Así mismo se prevén disminuciones importantes del déficit público. No obstante, el propio informe reconoce que hay muchas incertidumbres en relación a la recuperación económica. Internamente, una de las más acuciantes es que el proceso de reformas estructurales que está llevando a cabo la Unión Europea es lento y existen grandes divergencias entre los países miembros.

4. ESPAÑA EN EL CONTEXTO DE LA ECONOMÍA MUNDIAL

Desde la década de los años ochenta las tendencias neoliberales han predominado en el contexto de la economía mundial. El modelo neoliberal centrado, básicamente, en la desregulación, la apertura de los mercados, la privatización, la reducción del peso del sector público, la disciplina fiscal y la potenciación de la competencia

y la productividad (RODRÍK, 2012) ha sido la ideología que creó el caldo de cultivo para la consolidación de la globalización económica y financiera. El neoliberalismo ha inducido a un aumento del consumo y de la deflación global de los salarios bajos y medios, que desde las últimas décadas se ha contrarrestado con un aumento progresivo del endeudamiento a costa del crecimiento del crédito a gobiernos, empresas y particulares.

En este contexto los países cada vez más “se encuentran sometidos a la influencia del entorno internacional y con menos capacidad de adoptar políticas contrarias a las tendencias generales del mercado mundial o a los intereses de los grupos económicos más poderosos. Los Gobiernos que adoptan posturas divergentes a las liberales se pueden ver muy perjudicados por fenómenos como la fuga capitales, la deslocalización de empresas, el fraude fiscal y el encarecimiento del crédito internacional (FERNÁNDEZ; REYES, 2014, p. 34). Estas tendencias condicionan el papel de la soberanía de los gobiernos que no tienen margen de maniobra cuando por falta de financiamiento se ven sometidos a duras políticas de ajustes estructurales por intervenciones de organismo internaciones como el Fondo Monetario Internacional.

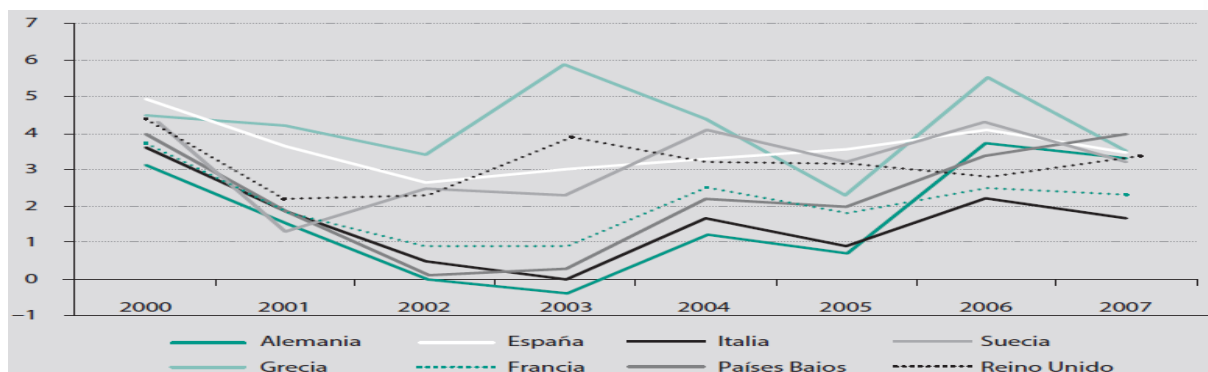
España, un país miembro de la Unión Europea tiene que alinearse a estas tendencias y seguir las reglas del juego que impone la globalización económica y financiera asumiendo los beneficios y costos que acarrearán estar en la eurozona (un euro sobre valorado con respecto al dólar es un freno a las

exportaciones españolas fuera de la zona euro). En este sentido, el país (desde el año 2008) se ha visto afectado por los daños colaterales de la crisis originada en Estados Unidos como la desaceleración del crecimiento en Europa, la contracción del crédito internacional y el encarecimiento de la financiación externa. A eso se suma, que según Fernández y Reyes (2014) para Alemania y otros países del centro de Europa los países de la periferia de la Unión Europea (Portugal, Grecia, España e Italia) son los más afectados por la crisis por una combinación de derroche de fondos públicos, exceso de endeudamiento y elevación desproporcionada de los salarios. Visión que corresponde a una óptica totalmente neoliberal.

4.1 Efectos de la Crisis en la Economía Española

España ha sido un país de grandes transformaciones en las últimas décadas. La España actual difiere, y mucho, de la España de hace cuarenta años. El proceso de cambio ha incluido las esferas económicas, políticas, sociales y demográficas. Económicamente, el país ha tenido un crecimiento, alcanzando un PIB per cápita de 32327 USD en el año 2007 (INE, 2014). Esto ha permitido crear un estado de bienestar de renta media dentro de la Unión Europea. De hecho dentro de la EU15⁶, desde inicios del siglo XXI, el crecimiento de España ha superado al de la media (gráfico I). Un crecimiento con grandes problemas estructurales.

Gráfico I. Tasas de crecimiento del PIB de algunas economías de la Unión Europea 2000-2007.



Fuente: Gómez Serrano (2014, p.12).

⁶ EU15 se refiere a los primeros 15 países que formaron la entonces Comunidad Económica Europea son: Alemania, Austria, Bélgica, Dinamarca,

España, Finlandia, Francia, Grecia, Irlanda, Italia, Luxemburgo, Países Bajos, Portugal, Reino Unido y Suecia.

La crisis desveló los problemas de la economía española, entre otros: debilidad de la estructura productiva, una capacidad redistributiva sensiblemente inferior a la de otros países de la UE15, limitada capacidad de creación de empleo estable, persistente déficit comercial durante el período 2000-2013 y crónica dependencia económica y tecnológica (GÓMEZ SERRANO, 2014). Esto se suma al hecho de que España pierde competitividad frente a países emergentes como China, Brasil, Rusia, India y Sudáfrica; los llamados BRICS; por el enorme potencial de estos países en recursos y crecimiento económico lo que los hace atractivos como destino de inversiones y para el turismo internacional.

El desempleo ha sido uno de los graves problemas que afecta a la economía española y es el desencadenante de los problemas sociales al que tiene que hacer frente una parte importante de la sociedad. La tasa de paro alcanzó un máximo histórico en el primer trimestre de 2013 de más de “6 200 000 parados (un 27,16 %) con un paro juvenil (desempleados menores de 25 años) del 57,2%, es decir, más de 960 000 jóvenes sin empleo” (INE, 2013), la gran mayoría con formación profesional y/o estudios universitarios.

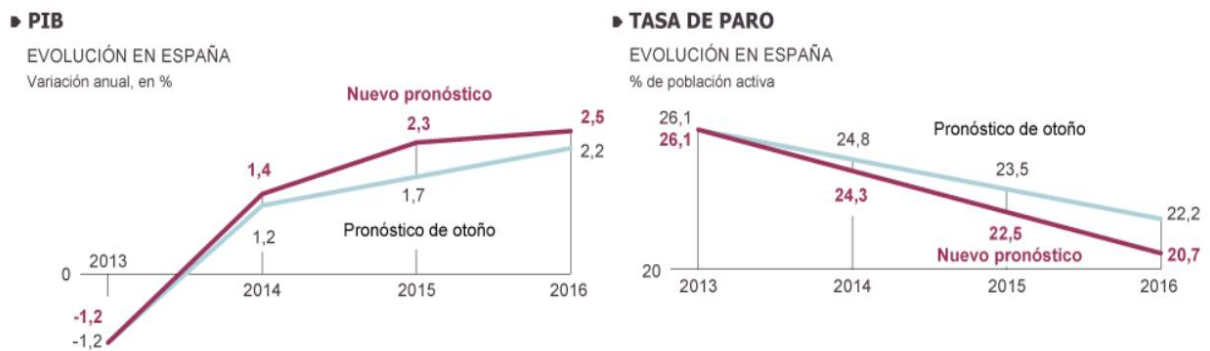
Por otra parte, el abaratamiento del precio de la vivienda unido al desempleo ha hecho que muchos

ciudadanos no puedan hacerse cargo de sus hipotecas, ni aun vendiendo sus inmuebles, como resultado: numerosos embargos de locales y segundas residencias, así como desahucios de primeras viviendas se están llevando a cabo durante este período de crisis. Entre 2007 y 2011 la crisis afectó a toda la población pero los más pobres perdieron mucho más que los más ricos: el 10% más pobre vio bajar sus ingresos anuales un 42,4% mientras que para el 10% más rico solo se redujeron un 5,6% (FOESSA, 2012).

Esto ha supuesto un aumento significativo de la exclusión y la desigualdad social. En 2013 un total de 11,7 millones de personas (3,8 millones de hogares) estaban afectadas en España por distintos procesos de exclusión social, lo que supone 4,4 millones más que en 2007 (LAPARRA NAVARRO, 2014, p. 156). La situación precaria de la población ha llevado a que más de millón y medio de familias en España no lleguen con ingresos suficientes a fin de mes.

Por lo tanto, se ven obligadas a recurrir a comedores públicos y a bancos de alimentos (EL MUNDO, 2014). Una realidad que puede empeorar si el proceso de recuperación económica (gráfico II) no revierte la tendencia de la precariedad laboral (contratos temporales, bajos salarios, inseguridad, incertidumbre y malas condiciones de trabajo).

Gráfico II. Pronósticos de la evolución del PIB y el Paro en España.



Fuente: European Commission (2015).

Como se observa en el gráfico II las previsiones de la Comisión Europea auguran un crecimiento del PIB para España en 2014, 2015 y 2016. Una nítida recuperación que en cifras macroeconómicas distan mucho de recuperar y dinamizar la microeconomía y la situación de millones de familias en exclusión social. En relación a los pronósticos del desempleo, si bien es cierto que del 26,1% de paro en 2013 la tasa será de 24,3% en 2014; 22,5% en 2015 y 20,7% en 2016; aún estará por encima del 20% de la población

económicamente activa, es decir, en cifras de recesión económica. Por otra parte, estos pronósticos están sujetos a la evolución de la economía mundial, en general, y al comportamiento macroeconómico de la zona euro, en particular, donde España como otros países de la periferia europea es muy vulnerable y depende de las políticas y la situación macroeconómica de los países que marcan la pauta en la Unión Europea: Alemania, Reino Unido, y Francia, fundamentalmente.

4.2 Incidencias de la Crisis Económica en el Sector Turístico Español

La crisis económica también ha afectado a uno de los sectores más importantes de la economía española: el turismo. Un sector que se caracteriza por su gran aportación a la formación del Producto Interno Bruto (PIB) español. Actualmente un aporte relativo del 11,5% (FIGUEROLA PALOMO, 2014). Según un estudio reciente (TORRES BERNIER, RAMÍREZ SÁNCHEZ; RODRÍGUEZ DÍAZ, 2014, p.16) en los años en que la crisis tuvo su mayor implicación en la economía española (2008-2010) los indicadores relacionados con el desarrollo turístico en la Costa del Sol disminuyeron sin representar una gran caída. El mismo estudio señala, que en esta misma zona geográfica en 2010, se produce un aumento del turismo interno y de salida al extranjero con respecto al año 2009, aunque se produce una disminución de las pernoctaciones y el gasto total. Por otra parte, estos autores señalan que en 2008 las llegadas de turistas internacionales disminuyen, no obstante, en 2009 es que produce una fuerte caída.

Como hemos analizado con anterioridad, el desempleo ha sido uno de los graves problemas que afecta a la economía española y es el desencadenante de los problemas sociales al que tiene que hacer frente una parte importante de la sociedad. En este sentido, el empleo en el turismo ha tenido grandes afectaciones (gráfico III). El sector turístico también ha seguido la tendencia de la precariedad laboral: contratos temporales, bajos salarios, inseguridad, incertidumbre y malas condiciones de trabajo.

Gráfico III. Evolución del empleo en turismo en relación al empleo total (%).



Fuente: Hosteltur (2016).

Como muestra el gráfico, el empleo en turismo ha tenido una disminución importante. Esto evidencia que la crisis económica, también, ha hecho mella en uno de los sectores más dinámicos y representativos de la evolución económica española de las últimas

décadas. No obstante, el turismo ha soportado la crisis mucho mejor que el resto de los sectores económicos. La disminución del empleo en turismo ha sido mucho menor que en otros sectores. Según, hosteltur (2016) uno de cada siete puestos de trabajo creados en España en 2015 correspondieron al sector turístico, lo que supuso 73.343 nuevas ocupaciones, un 5,5% más que el año anterior, hasta aproximarse a los 1,4 millones de afiliados a la Seguridad Social. La nítida recuperación económica (incierto aún) en buena medida se debe al aporte del turismo. Un sector muy volátil, y muy permeable a los acontecimientos económicos, políticos y sociales, tanto al alza como a la baja. Buena parte del crecimiento del turismo español en los últimos años, es consecuencia, de la disminución del turismo en Egipto, Túnez y Turquía, por sus problemas internos. Eso hizo que muchos turistas se decantaran por España. Moralejas del desarrollo de la actividad turística que debemos tener en cuenta.

5. DISCUSIÓN Y CONCLUSIONES

El comportamiento de la economía mundial en los últimos 7 años confirma que los ciclos económicos siguen marcando la tendencia del capitalismo a nivel global. La crisis económico financiera que vive el mundo desde finales de 2007 es una de las más grandes en la historia del capitalismo (solo superada por la crisis de 1929 a 1933), a pesar de que el desarrollo económico, científico y tecnológico del mundo actual no tiene precedentes. Parecería como si el capitalismo, a medida que se hace más global e interconectado en todas las esferas de la vida económica financiera, política y social estuviera más expuesto e incapacitado para resolver los graves problemas estructurales que le aquejan. Desde la década de los años ochenta el neoliberalismo se ha posicionado como la doctrina económica dominante y ha llevado a una desregularización de los mercados financieros, apertura a la inversión extranjera, privatizaciones masivas y un papel cada vez más marginal del estado en la economía.

Como consecuencia de las tendencias neoliberales, entre otras causas no menos importantes, la magnitud de la crisis ha calado en el seno del núcleo del capitalismo mundial: Estados Unidos y la Unión Europea. Una crisis profunda donde se conjugan tres factores claves: "la magnitud del mercado financiero definido en un sentido amplio, que supera varias veces el producto de los países

desarrollados; la profunda interconexión de las entidades financieras a nivel global y el grado de opacidad del sistema financiero, que no reconoce parangones en la historia” (MACHINEA, 2009, p. 34).

Para evitar una debacle del sistema financiero mundial, y por ende, mayores consecuencias imprevisibles de recesión económica, han sido los gobiernos los que han salido al rescate de la banca. Paradojas del capitalismo actual que aboga por una intervención cada vez menor del Estado en la vida económico.

Los fuerte vínculos de la Unión Europea con la economía mundial fruto del proceso de globalización económica financiera han hecho que este bloque económico este inmerso en una crisis de impredecibles consecuencias. Aunque los pronósticos más recientes de la Comisión Europa avocan una ligera recuperación para los próximos años, en el crecimiento económico de los países miembros, las incertidumbres de la recuperación de la economía mundial pesan sobre la Unión.

Según el Informe Perspectivas de la Economía Mundial “el debilitamiento de las perspectivas de inversión está empañando el panorama de crecimiento de la zona del euro, que ha sido revisado a la baja (1,2%); a pesar del respaldo que brindan la caída de los precios del petróleo, la mayor distensión de la política monetaria, la orientación más neutral de la política fiscal y la reciente depreciación del euro (FMI, 2015). Estos factores pueden ser un hándicap para afrontar los costos de la recuperación económica en un mundo global.

La Unión Europea, presumiblemente uno de los bloques económicos más sólidos a nivel internacional, con un peso importante en la economía mundial, con políticas comunes de Estabilidad y Crecimiento y con el 67% de los países que conforman la integración económica en torno a una moneda única: euro ha sufrido la crisis en profundidad.

La asimetría de los países que conforma la Unión, reformas estructurales incompletas, una moneda única sobre valorada con respecto al dólar, divergencias de los países miembros en relación a los presupuestos comunitarios, desacuerdos en asumir los costosos rescates económicos, entre otros factores, han puesto en jaque a la integración económica. Muchos análisis dan por hecho que existen grandes peligros de descomposición de la Unión Europea, máxime si tenemos en cuenta que el Reino Unido (no

pertenece a la eurozona) en un reciente referendo ha decidido abandonar la Unión Europea. Esta salida puede provocar un efecto dominó en los países de la Unión con fuertes partidos euroescépticos que ven con recelo los costos de los rescates económicos y la ampliación comunitaria, y se cuestionan la permanencia en un bloque económico que les da más costos que beneficios, según ellos.

En el contexto de la economía mundial, desde la década de los años ochenta, España ha sido uno de los pocos países que ha realizado un proceso de transformaciones que le ha permitido construir un estado de bienestar medio (alto si lo comparamos con América Latina, Asia excepto Japón y África) similar a los países del sur de Europa: Italia, Grecia y Portugal. En este proceso destacan dos componentes claves para el desarrollo español: “el tránsito hacia un Estado democrático estable, en el ámbito político, y, en lo económico, un proceso de apertura y desregularización económica” (GARCÍA DE LA CRUZ; RUESGA BENITO, 2014, p.34).

El componente económico ha permitido crecer pero con gran vulnerabilidad a las coyunturas económicas internacionales por su dependencia financiera, energética y tecnológica. Estos factores, entre otros, han hecho que la crisis económica financiera mundial iniciada a finales de 2007 en Estados Unidos haya golpeado con fuerza a España por la vulnerabilidad de su estructura económica y su gran dependencia de los mercados internacionales producto del proceso de globalización económica financiera.

España ha sido uno de los países más castigados por la crisis dentro de la eurozona. La camisa de fuerza que supone tener como moneda el euro (a pesar que de España no tiene ninguna otra alternativa) le impide tener una política monetaria propia y estar sujeta a las decisiones financieras del Banco Central Europeo y las políticas de ajuste de la Unión Europea.

La crisis ha afectado, básicamente, al empleo. La tasa de paro (27,16% de la población económicamente activa) alcanzó su máximo histórico en el primer trimestre de 2013 y aún continuará por encima del 20% al menos hasta 2017. Esto ha supuesto que millones de familias estén viviendo del subsidio de desempleo, recurriendo además, a comedores públicos y bancos de alimentos. La precaria situación del empleo ha provocado una fractura social con un aumento significativo de la exclusión y la desigualdad.

A esto se agrega que la recuperación económica es incierta y está sujeta al comportamiento macroeconómico de la eurozona. Además, la recuperación exige grandes cambios estructurales, es decir, un cambio de la matriz productiva como el eje central de las reformas que incluya un aumento significativo de la inversión en investigación, desarrollo e innovación (I+D+I), así como, innovación en energías renovables, biotecnología, el sector farmacéutico, transporte y pequeñas y medianas industrias tecnológicas.

REFERENCIAS

- BRUNET, IGNASI Y BOCKER, R. “*Capitalismo global: aspectos sociológicos*”. Editorial Grupo 5. Madrid.
- CACHANOSKY, Juan C. “Crisis económicas: causas y consecuencias”. *Revista Libertas* 36. Instituto Universitario ESEADE. Argentina, 2002. Recuperado el 17 de septiembre de 2014 de http://www.eseade.edu.ar/files/Libertas/9_7_Cachanosky.pdf
- COMISIÓN EUROPEA. “*Comprender las políticas de la Unión Europea*”. Luxemburgo: Oficina de Publicaciones de la Unión Europea, 2015a. Consultado el 11 de febrero de 2015. Web oficial de la Unión Europea: http://europa.eu/pol/pdf/flipbook/es/economic_and_monetary_union_and_the_euro_es.pdf
- COMISIÓN EUROPEA. “*Winter Economic Forecast: outlook improved but risks remain*”. European Commission - Press release, 2015b. Consultado el 18 de febrero de 2015: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-15-4085_en.htm
- EL MUNDO. “*El Banco de Alimentos supera su objetivo de 20 millones de kilos de comida recogida*”. Nota de prensa. Periódico El Mundo. España 30 de noviembre de 2014, 2014. Consultado el 20 de febrero de 2015 <http://www.elmundo.es/solidaridad/2014/11/30/547b78f6e2704e92408b4586.html>
- EUROPEAN COMMISSION. “*Winter Economic Forecast: outlook improved but risks remain*”. En: El País “Previsiones económicas de la Comisión Europea”. 5 de febrero. España, 2015. Consultado el 23 de febrero de 2015: http://elpais.com/elpais/2015/02/05/media/1423168029_771146.html
- EUROSTAT, “*Estadísticas Oficiales de la Unión Europea*”, 2014. Consultado el 9 de febrero de 2015. Sistema Europeo de Cuentas Nacionales y Regionales (SEC): http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/GDP_at_regional_level/es
- EUROSTAT. “*Estadísticas Oficiales de la Unión Europea*”. 2015. Consultado el 18 de febrero de 2015. Sistema Europeo de Cuentas Nacionales y Regionales (SEC): http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Unemployment_statistics
- FERNÁNDEZ MAÍLLO, Guillermo; RENES AYALA, Víctor: (Coordinadores). “Hacia un nuevo modelo social: ¿la privatización del vivir social? En: *VII Informe sobre exclusión y desarrollo social en España*. Fundación FOESSA, España, 2014.
- FMI (Fondo Monetario Internacional). “Perspectivas de la economía mundial”. *Boletín del FMI: Novedades*, 2015. Consultado el 22 de febrero de 2015: <http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/survey/so/2015/new012015as.htm>
- FOESSA (Fomento de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada). “Exclusión y desarrollo social”. *Caritas española*, 2012. Consultado el 5 de febrero de 2015: <http://www.caritas.es/imagesrepository/CapituloPublicaciones/4314/EXCLUSION%20Y%20DESARROLLO%20SOCIAL.%20Versi%C3%B3n%20digital.pdf>
- GARCÍA DE LA CRUZ, José Manuel y Ruesga Benito, Santos M. (Coord.). “*Economía Española. Estructura y regulación*. Ediciones Paraninfo, S.A. 2da. Edición. Madrid. España, 2014.
- GÓMEZ SERRANO, Pedro José (Coord.). “España en el entorno internacional”. En: *VII Informe sobre exclusión y desarrollo social en España*. Fundación FOESSA, España, 2014.
- GONZÁLEZ-ESTRADA, Adrian y Almendra-Arao, G. “*Nuevo método para la identificación de los ciclos económicos de México*”. Investigación Económica, vol. LXVI, núm. 261, julio-septiembre, Facultad de Economía. UNAM, pp. 13-33, 2007.
- INE (Instituto Nacional de Estadísticas de España). “Producto Interior Bruto (PIB) per cápita a precios corrientes por país y periodo”. *Cuentas Económicas y Comercio Exterior*, 2014. Consultado el 23 de febrero de 2015: <http://www.ine.es/jaxi/tabla.do?path=/t42/p05/l0/&file=05001.px&type=pcaxis#nogo>
- INE (Instituto Nacional de Estadísticas). “*Encuesta de Población Activa (EPA)*”, España, 2013. Consultado el 20 de febrero de 2015: <http://www.ine.es/daco/daco42/daco4211/epa0113.pdf>
- KATZ, C. “*Codicia, regulación o capitalismo*”. Herramienta, núm. 41, Buenos Aires, 2009.
- KUGMAN Paul y Wells R. “*Introducción a la macroeconomía*”. Versión española. Editorial Reverté, S.A. España, 2011.
- LAPARRA NAVARRO, Miguel (Coord.). “La fractura social se ensancha: intensificación de los procesos de exclusión en España durante 7 años”. En: *VII*

- Informe sobre exclusión y desarrollo social en España*. Fundación FOESSA, España, 2014.
- MACHINEA, José Luis. "La crisis financiera internacional: su naturaleza y los desafíos de política económica". *Revista CEPAL No. 97*. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Naciones Unidas. Santiago de Chile, 2009.
- MÁRQUEZ COVARRUBIAS, H. "Diez rostros de la crisis civilizatoria del sistema capitalista mundial". *Problemas del Desarrollo. Revista Latinoamericana de Economía*, vol. 40, núm. 159. pp. 191-210, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), 2009.
- MARX, C. *"El Capital, Tomo III"*. Fondo de Cultura Económica (FCE). México, 2003.
- PADILLA-ARAGÓN, E. *"Ciclos económicos y políticas de estabilización"*. Siglo XXI Editores. México, 2003.
- RODRIG, D. *"La paradoja de la globalización. Democracia y futuro de la economía global"*. En Antoni Bosch (ed.), Barcelona, 2012.
- SCHUMPETER, J. *"Teoría del desenvolvimiento económico"* Fondo de Cultura Económica (FCE). México, 1978.
- SCHUMPETER, J. *"Business Cycles"* McGraw-Hill Nueva York, 1939.
- UNIÓN EUROPEA, *"Cooperación monetaria en la Unión Europea"*, 2015. Consultado el 17 de febrero de 2015. Web oficial de la Unión Europea: http://europa.eu/index_es.htm
- VALLEJO ZAMUDIO, Luis E. *"La crisis financiera: génesis y repercusiones"*. Apuntes del CENES ISSN 0120-3053 Vol. XXIX - No. 49 Págs. 9 – 30, 2010.

A COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL EM ENOTURISMO NA REGIÃO UVA E VINHO, SERRA GAÚCHA, BRASIL¹

Edegar Luis Tomazzoni*

Vander Valduga**

Mary Sandra Guerra Ashton***

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar as ações de cooperação técnica internacional em enoturismo das organizações da Região Uva e Vinho (RS, Brasil). O método de pesquisa consiste em análise documental, entrevistas com os gestores das organizações envolvidas e análise de conteúdo das respostas dos entrevistados. A Região Uva e Vinho compreende 47 municípios e conquistou seu desenvolvimento em razão da produção vitivinícola e do enoturismo nas suas 600 indústrias que produziram, em 2013, 48 milhões de litros de vinhos finos, com 74 milhões de quilos de uvas viníferas. Entre os exemplos de ações de cooperação técnica recebida, ressaltam-se as frequentes viagens a destinos de enoturismo sulamericanos, europeus e norteamericanos, para participações em congressos, cursos de capacitações e eventos para a transferência de conhecimentos. Conclui-se que a Região Uva e Vinho tem potencialidades de maior desenvolvimento do enoturismo, com base na economia criativa, por meio da atuação em cooperação técnica internacional.

Palavras-chave: Cooperação Técnica. Enoturismo. Economia Criativa. Região Uva e Vinho (Brasil).

THE INTERNATIONAL TECHNICAL COOPERATION IN WINE TOURISM AT THE GRAPE AND WINE REGION, SERRA GAÚCHA, BRAZIL

Abstract: The purpose of this paper is to analyze the international technical cooperation activities of the wine tourism organizations of the Grape and Wine Region (RS, Brazil). The research method consists of document analysis, interviews with managers of the organizations involved and content analysis of the respondents' answers. The Grape and Wine Region comprises 47 municipalities and won its development because of the wine production and wine tourism at its 600 industries which produced, in 2013, 48 million liters of fine wines with 74 million kilograms of wine grapes. Among the examples of actions of technical cooperation received are the frequent trips to South Americans, Europeans and Americans wine tourism destinations, for participation in conferences, training courses and events for knowledge transfer. The conclusion is that the Grape and Wine Region has potential for further development of wine tourism, based on the creative economy, through international technical cooperation.

Keywords: Technical Cooperation. Wine tourism. Creative Economy. Grape and Wine Region (Brazil).

COOPERACIÓN TÉCNICA EN TURISMO INTERNACIONAL EN LA REGIÓN DE LA UVA Y VINO, SERRA GAUCHA, BRAZIL

Resumen: El propósito de este trabajo es analizar las actividades de cooperación técnica internacional en las organizaciones empresariales y la uva de vino Denominación de Origen (RS, Brasil). El método de investigación consiste en el análisis de documentos, entrevistas con los gerentes de las organizaciones involucradas y análisis del contenido de las respuestas de los encuestados. La Región Uva y el Vino comprende 47 municipios y ganó su desarrollo debido a la producción de vino y el turismo del vino en sus 600 industrias que produjeron en 2013, 48 millones de litros de vinos finos, con 74 millones de kilos de uvas de vino. Ejemplos de actividades de cooperación técnica recibidas, que hacen hincapié en los frecuentes viajes a destinos enoturísticos de sudamericanos, europeos y americanos, para la participación en congresos, cursos y eventos para la transferencia de conocimiento. Se concluye que la Región Uva y el Vino tiene potencial para un mayor desarrollo del turismo del vino, sobre la base de la economía creativa, a través de operaciones de cooperación técnica internacional.

Palabras clave: Cooperación técnica. Enoturismo. Economía Creativa. La uva y el vino Región (Brasil).



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional.

** Doutor em Ciências da Comunicação, Linha de Pesquisa em Turismo – ECA/USP. Mestre em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul. Graduado em Engenharia Química pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pesquisador e Docente no Mestrado em Turismo, no Mestrado em Mudança Social e Participação Política e no Curso de Lazer e Turismo, na Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil. [eltomazzoni@usp.br]

** Doutor em Geografia – UFRGS. Mestre e Graduado em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul. Pesquisador e Docente no Mestrado em Turismo e no Curso de Turismo, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil. [vandervalduga@gmail.com]

*** Doutora e Mestre em Comunicação Social, Especialista em Produção e Gestão do Turismo e Bacharel em Turismo, todos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Pesquisadora e Docente no Mestrado em Indústria Criativa e no Curso de Turismo, na Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS, Brasil. [marysga@feevale.br]

Avaliação cega por pares / Double blind review process – Editor científico / Scientific editor: PhD Thiago D. Pimentel
Recebido em, 17 de setembro, 2015; aceito em 16 de agosto, 2016; publicado online em 26 de setembro, 2016.
Received on September 17, 2015; accepted on August 16, 2016; published online on September 26, 2016.

I INTRODUÇÃO

O turismo é atividade interdisciplinar e multidimensional, em razão da sua diversidade de segmentos, nos campos acadêmico-científico e socioeconômico. No âmbito científico, em que ainda se questiona a consolidação epistemológica da teoria turística, os estudos vão desde os sistemas, até a segmentação mercadológica do setor, bem como as conceituações propostas por pesquisadores e estudiosos.

Jafari, Krippendorf, Cuervo, Molina, Fuster, Tribe, Urry, Beni e Foster estão entre os autores que propuseram modelos sistêmicos de representação analítica da complexidade do turismo. Para Schuch (2001), o modelo de Foster é didático e objetivo em que as atividades centrais do turismo são o alojamento, transporte, atrativos e serviços de apoio.

Essas atividades desdobram-se em segmentos, cuja importância depende das características inexoráveis do destino turístico, além da capacidade de gestão dos atores, tanto isoladamente, com base nas mentalidades empreendedoras quanto por meio de estratégias de articulação em redes de cooperação, por meio de parcerias. Cadeias produtivas, aglomerados econômicos, clusters e arranjos produtivos locais, ainda que recentes, são teorias tradicionais que fundamentam métodos de análise em administração e em economia, aplicados ao turismo.

São esses métodos sistêmicos, representativos da realidade produtiva, que articulam os segmentos do turismo. O enoturismo tem se desenvolvido como um dos principais segmentos de mercado do turismo, além de área de estudos em expansão no meio acadêmico no Brasil e no mundo.

O destino turístico pode atrair públicos com interesses diversificados, e seus gestores devem ter competências para administrar todos os aspectos do segmento enoturístico, na dimensão sistêmica, tanto regional quanto em cenário de globalização, cuja delimitação geográfica define-se por fronteiras de bloco de países, até por continentes, ou mesmo pela transcontinentalidade planetária.

O enoturismo contextualiza-se no turismo gastronômico. A gastronomia é componente representativo da cultura da comunidade receptora dos turistas e constitui os atrativos e os serviços do sistema turístico. Os alimentos locais têm implícita a

possibilidade de consumir simbolicamente (SCHLÜTER, 2003). A uva e o vinho estão entre os elementos da gastronomia mais representativos da cultura local. Saborear vinhos é uma forma de apreciar simbolicamente a cultura local do destino.

O principal destino enoturístico do Brasil é a Região Uva e Vinho, na Serra Gaúcha, no estado do Rio Grande do Sul. Entre as organizações representativas do turismo regional destaca-se a Associação de Turismo da Região Uva e Vinho (ATUASSERRA), a Associação dos Produtores do Vale dos Vinhedos (APROVALE), com sede em Bento Gonçalves é a organização que reúne os atores do principal roteiro enoturístico da região e do Brasil, e o Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN),

De acordo com a ATUASSERRA (2014), em 1950 a Região Uva e Vinho assumiu relativa independência sobre seu desenvolvimento e sobre seu ordenamento geográfico, ingressando no modo de produção do capitalista moderno, por meio da organização solidária e do estabelecimento de redes locais.

Conforme o IBRAVIN (2014), 600 indústrias produzem vinhos finos, e uma em quatro vinícolas (cerca de 150) atuam no segmento do enoturismo, com uma produção anual que varia em torno de 74 milhões de quilos de uvas e 48 milhões de litros de vinhos finos. Os municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi são os maiores produtores de uvas de castas nobres e de vinhos finos.

Observam-se os investimentos realizados na região em atualização com pesquisas específicas, visando à adequada identificação, configuração e inovação das identidades temáticas dos atrativos locais e também a formatação de roteiros integrados e de estratégias de marketing para o desenvolvimento enoturístico da Região Uva e Vinho (Serra Gaúcha).

O objetivo desse artigo é analisar as ações de cooperação técnica internacional em enoturismo das organizações representativas da Região Uva e Vinho, para o desenvolvimento desse segmento regional, na Serra Gaúcha (RS, Brasil).

Na estrutura do artigo, apresentam-se fundamentações conceituais para análise do contexto destacado. Economia criativa e turismo de experiência, cooperação técnica e enoturismo, embasaram o método e a análise das ações na Região Uva e Vinho (Serra Gaúcha).

2 ECONOMIA CRIATIVA E TURISMO DE EXPERIÊNCIA

A essência da economia criativa é a agregação de valor econômico ao longo da história de um produto e de um serviço. O desenvolvimento de cidades e de territórios encontra na economia criativa os elementos fundamentais para a produção de bens e serviços: a criatividade da população (VERHAGEN, 2011).

Para Howkins (2001), nem a criatividade e nem a economia são novas, mas a natureza e a extensão da relação entre elas e a forma como combinam para criar um extraordinário valor e riquezas são a grande novidade. Segundo a UNCTAD (2010), a economia criativa surgiu como um meio de focar a atenção no papel da criatividade enquanto uma força na vida econômica contemporânea, materializando a proposta de que o desenvolvimento econômico e cultural não caracteriza um fenômeno separado ou não relacionado, mas fazem parte de um processo maior de desenvolvimento sustentável, no qual tanto o crescimento econômico quanto o cultural podem ocorrer simultaneamente.

Assim, os setores dos produtos culturais, mídias, design, arquitetura e turismo têm contribuído significativamente para a geração de riquezas, por meio da cultura da criatividade, razão pela qual despertam cada vez mais interesse dos governos, das empresas e das organizações não governamentais. Como sinônimo de economia cultural, a economia criativa fundamenta-se no capital intelectual, gerando oportunidades profissionais e proporcionando desenvolvimento socioeconômico (DALLA COSTA; SANTOS, 2011).

A Austrália e a Grã-Bretanha foram pioneiras em conceituar a economia criativa como maneira de transformar ideias em dinheiro, ou seja, agregar valor econômico à produção que envolve a cultura da população (HOWKINS, 2001).

A economia criativa tem como vantagem possibilitar que cada país, região ou localidade explore habilidades, conhecimentos tradicionais e heranças culturais para fomentar o setor criativo e, ao mesmo tempo, promova a identidade cultural como auxiliar na inserção de atividades criativas nos setores de maior crescimento da sociedade contemporânea (UNCTAD, 2011).

A economia criativa pode ser vista como um desdobramento da economia do conhecimento. À presença fundamental do saber, da tecnologia e da rede, a economia criativa agrega outro valor fundamental: a cultura (REIS; URANI, 2011). Na ótica de John Howkins (2001), a criatividade não é monopólio dos artistas, mas está presente nos cientistas, empresários, economistas, entre outros, pois eles têm a capacidade de criar algo novo, original, pessoal, significativo e real, a partir dos saberes e dos fazeres tradicionais locais com a adição do ingrediente da criatividade.

Para Florida (2010); Ashton (2013); Reis e Urani (2011), a economia criativa abarca toda a indústria criativa e com impactos nos demais setores econômicos. Tem sua essência na criatividade, fator de competitividade econômica de uma região ou país. A economia criativa também se fundamenta nas fontes da economia da experiência. Há mais na criatividade do que produção intelectual – uma aura emocional, experiencial, vivencial, que constitui ambiente no qual ideias e respostas para novos e antigos desafios e oportunidades se manifesta de formas imprevistas.

A economia criativa baseia-se mais em redes do que em estruturas hierárquicas, possibilitando convergência de interesses públicos e privados, bem como de objetivos sociais, culturais e econômicos; e no qual as singularidades locais podem sim ser engolfadas pela massificação global ou, ao contrário, valorizados por sua unicidade (REIS, 2011, p.44).

Na economia contemporânea, a criatividade é generalizada e contínua. Os produtos são inovados e aprimorados, os processos e as atividades imagináveis se integram de novas maneiras, promovendo ambientes diferenciados, mais dinâmicos, interativos, colaborativos e atraentes, além de buscar a valorização das vocações da população local (FLORIDA, 2011; RICHARDS, 2011; ASHTON, 2015).

A criatividade e a inovação baseadas no conhecimento humano, como fator gerador de economia e de qualidade de vida nos centros urbanos, são a nova fórmula da economia criativa (REIS, 2011; LANDRY E BIANCHINI, 1995; LANDRY, 2013; ASHTON, 2015).

Desse modo, valorizando a produção e o consumo fundados na cultura da criatividade, ou

seja, aquilo que não pode ser copiado – o substrato cultural – componente inerente da sociedade criativa. Observa-se a utilização do capital cultural criativo da população, promovendo novos arranjos, criando novos produtos e gerando novos consumos, transformando as preferências pessoais (MIRANDA, 2009).

A economia criativa promove a produção e o consumo de bens e serviços baseados na cultura local e das pessoas residentes, portanto, valorizando o capital cultural e o patrimônio na busca da competitividade econômica e da qualidade de vida urbana. A criatividade surge na indústria criativa como diferencial competitivo, gerando produtos e serviços com propostas novas e valorizando as vocações locais.

Soma-se a isso o surgimento do turismo de experiência com a proposta de consumir a vivência cultural local, envolvendo uma mudança de valores na produção e no consumo turístico (Richards, 2013; Ashton, 2015). Assim, criando uma atmosfera composta pela diversidade cultural, atraindo grandes fluxos turísticos, em razão da geração de produtos e de serviços diferenciados. A presença de turistas gera desenvolvimento, pois promove o aumento nas oportunidades de emprego e renda, portanto, de benefícios para a comunidade receptora (ANDERSSON, 2005; REIS; KAGEYAMA, 2011).

Para Florida (2011) a importância do turismo está entre os fatores geradores de desenvolvimento, porque os turistas buscam experiências por meio do consumo de produtos no local da produção, gerando ambiente determinante do desenvolvimento regional.

Nesse sentido, é importante contextualizar o enoturismo no turismo de experiência, cujo conceito surgiu do arcabouço da economia da experiência. Sua proposta é a participação ativa do consumidor, motivado pela oferta de produtos com nova formatação, visando a transcender o estímulo dos cinco sentidos e proporcionar envolvimento emocional (PANOSSO NETTO, 2010).

Vale destacar que no turismo de experiência, o turista não pode ser reduzido a um espectador ou a um consumidor convencional e passivo. O turista atual descobriu que viver a experiência local proporcionada pela atividade turística é mais gratificante, gera emoções e uma vivência completa

e participativa no destino. Para Richards (2013) o consumidor turístico é mais exigente e busca viver experiências mais autênticas, representando uma ruptura com as formas tradicionais de turismo. Para a compreensão do turismo de experiência são necessários enfoques interdisciplinares nos campos psicológico, geográfico, social e econômico (DALONSO et al, 2015).

A maior fonte de diferenciação continua sendo a contribuição específica dos aspectos naturais, físicos e humanos de uma localidade. Algumas características centrais da comunidade local são exatamente o que o visitante quer ver, experimentar, compartilhar e talvez levar consigo. O visitante gosta de entrar em um mundo diferente do seu e de experimentar produtos desconhecidos (GOODNEY, 2002, p. 50).

Além da singularidade da oferta turística no destino, o turismo de experiência coloca o consumidor-turista em contato com o cotidiano do lugar, dando oportunidades para interagir, viver emoções e experimentar sensações inesquecíveis, pois proporciona sentimentos especiais, quando em interação com a cultura do local onde a experiência acontece.

Nesse contexto, o turismo de experiência se manifesta em três níveis fundamentais: 1. De absorção do conteúdo cultural local; 2. Da vivência na produção e no consumo como geradores de experiência turística; 3. da participação em ambiente criativo e colaborativo (ASHTON, 2015).

Além da beleza dos cenários e dos conteúdos das informações turísticas nos destinos que proporcionam o turismo de experiência, há a interação com aspectos da cultura local como geradores de uma vivência mais autêntica, que envolve a participação efetiva com os fazeres locais. Os destinos turísticos que valorizam a cultura da criatividade são constituídos de cenários naturais e de ambientes criados que possam gerar emoções sensoriais memoráveis.

Desse modo, a economia criativa e o turismo de experiência encontram complementaridades, pois ambos atuam no campo da criatividade, da valorização cultural advinda dos saberes e fazeres do cotidiano da população residente, da transformação das vocações locais em valor econômico e benefícios para a comunidade local, bem como da geração de melhorias na qualidade de vida.

3 COOPERAÇÃO TÉCNICA E ENOTURISMO

O conceito e a metodologia da cooperação técnica foram instituídos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1959, com objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico. Seu escopo é o fortalecimento das instituições pela transferência de conhecimentos, de tecnologia e de capacitação pelos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento.

Para a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o objetivo da cooperação técnica internacional (CTI) consiste “na transferência de conhecimentos entre um organismo internacional e um país, ou entre países, em bases não comerciais, com vistas a alcançarem-se objetivos previamente definidos e acordados entre as partes (consubstanciados em documento de projeto), em tema específico”.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) destaca que a missão da cooperação técnica para o desenvolvimento (CTPD) é contribuir para: adensamento das relações entre os países; ampliação de intercâmbios; geração e utilização de conhecimentos técnicos; capacitação de recursos humanos e fortalecimento das instituições.

De acordo com a OCDE (1992, p. 61), “a cooperação técnica abrange toda a gama de atividades de ajuda destinadas a desenvolver os recursos humanos, através de uma melhoria dos níveis de qualificação, conhecimentos, know-how técnico e aptidões produtivas de um país em vias de desenvolvimento”.

A cooperação técnica (CT) abrange: 1) doativos a nacionais dos países para formação ou estudo no país ou no exterior; 2) pagamentos a consultores, conselheiros, professores e administradores que estão nos países receptores.

Todas as atividades de CT incluem transferência de capacidades, habilidades ou conhecimentos para o país de destino da ajuda e envolvem estudos para melhorar a realidade, integrar um cooperante para reforçar os quadros técnicos de que o país dispõe; dar formação ou capacitação aos quadros locais, ou formação genérica para fortalecimento da capacidade institucional (OCDE, 2012).

O escopo da CT era a formação acadêmica em universidades dos países doadores e a formação local de profissionais das instituições. Desde os anos 1980, o foco é capacitações humanas e institucionais (*capacity building*) e fortalecimento de instituições frágeis. Nos anos 1990, enfatizou-se a reavaliação da CT, e a *capacity building* tornou-se fundamental para agências doadoras, como o PNUD e o Banco Central (PNUD, 2013).

A cooperação horizontal fortalece as relações e o estreitamento dos laços políticos e econômicos dos países. A cooperação recebida do exterior é a internalização de conhecimentos técnicos disponibilizados por organismos internacionais (cooperação multilateral) e por países mais desenvolvidos (cooperação bilateral), na ótica de aceleração do processo de desenvolvimento nacional.

Para Cervo (1994, 62), “a cooperação internacional será adequada ao desenvolvimento autossustentado se restringir-se à área científica e tecnológica, com responsabilidades e vantagens de ambos os lados; orientar-se para subáreas de maior impacto sobre as condições de vida da população; despir-se de todo caráter assistencial inerente à tradicional cooperação técnica e à cooperação caritativa”.

Em estudo sobre os casos da Brasil, da Índia e da China, no contexto da cooperação para o desenvolvimento Sul-Sul, Souza (2011, p. 85) constata diferenças relacionadas às distintas motivações na concessão.

Índia e China buscam primordialmente benefícios econômicos – e em particular o acesso a fontes de energia e matérias-primas – e estratégicos, enquanto o Brasil visa também ao *soft power* e à projeção de prestígio internacionalmente (SOUZA, 2011, p. 85).

Para Souza (2011), “há relativamente poucos estudos empíricos disponíveis sobre a cooperação para o desenvolvimento Sul-Sul. Não dispomos de dados confiáveis sobre as origens e os destinos dos recursos e de arcabouço conceitual, que nos permita estabelecer critérios para distinguir a cooperação (ou assistência) para o desenvolvimento de outros tipos de cooperação (SOUZA, 2012, p. 76).

De acordo com Afonso e Fernandes (2005, p. 74), “há vários fatores que sugerem que, se a CT foi importante no passado, maior relevância poderá ter no futuro: (i) as novas explicações da teoria do conhecimento – teoria do conhecimento endógeno; (ii) as condições que são necessárias, no país receptor, para que a ajuda seja eficaz”. As capacidades humanas são fundamentais, e a CT orienta-se nesse sentido.

Com as análises críticas dos resultados, na década de 1990, intensificaram-se as necessidades de fortalecimento institucional e de capacitação dos atores locais dos PED. Boa governança, apropriação local, parceria e sustentabilidade tornaram-se diretrizes fundamentais do novo conceito de cooperação técnica internacional.

Nesse sentido, ainda que com certo viés de verticalidade e assimetria, destacou-se a cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD) no contexto da horizontalidade das relações Sul-Sul (BERG, 1993; LOPES, 2005).

Vários são os problemas identificados no processo histórico da implementação da cooperação técnica. A verticalidade da relação e a assimetria entre os países doadores, desenvolvidos, e os países recipiendários ou em desenvolvimento (PED), e o interesse comercial implícito na estratégia não altruísta dificultaram a realização de seus objetivos e limitaram seus resultados.

No contexto de dominação pelos países desenvolvidos, não houve efetiva participação dos atores dos países recipiendários a fim de se adequarem as estratégias da CTI às realidades socioeconômicas e culturais dos países em desenvolvimento. O Consenso de Washington cooptou os PED à demanda pela cooperação técnica internacional.

A cooperação técnica em turismo contribui para o desenvolvimento do setor e para o próprio desenvolvimento socioeconômico e regional. É importante intensificar as ações e a aplicação das propostas conceituais da cooperação técnica em turismo, como setor estratégico para o intercâmbio de conhecimentos, a capacitação de pessoas e o desenvolvimento.

A cooperação técnica internacional é uma das modalidades da cooperação para o

desenvolvimento, juntamente com a cooperação financeira, a ajuda humanitária, a cooperação científica e tecnológica e a ajuda alimentar. A cooperação técnica horizontal contextualiza-se nas relações entre os países em desenvolvimento, e a cooperação técnica vertical contempla as relações entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Para Lopes (2008), “o tema da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento ainda causa estranhamento entre os acadêmicos das relações internacionais. De fato, o assunto ainda é pouco estudado e quase ausente das grades curriculares tanto dos cursos de graduação, como de pós-graduação da área”.

As iniciativas de cooperação técnica, cujo conceito é a transferência de conhecimentos e de capacitação para o desenvolvimento socioeconômico, são limitadas, priorizam o intercâmbio comercial entre os países e ainda não contemplam adequadamente as potencialidades e oportunidades do turismo. Estudos sobre projetos de cooperação técnica em turismo ainda são incipientes.

O Enoturismo, assim como os demais segmentos do turismo se fortalece com base os preceitos de cooperação e é definido como:

Um segmento do fenômeno turístico, que pressupõe deslocamento de pessoas, motivadas pelas propriedades organolépticas e por todo o contexto da degustação e elaboração de vinhos, bem como a apreciação das tradições, de cultura, gastronomia, das paisagens e tipicidades das regiões produtoras. É um fenômeno dotado de subjetividade, em que a principal substância é o encontro com quem produz uvas e vinhos. (VALDUGA 2012, p. 130).

Todas as modalidades de turismo organizam-se em redes. A mobilidade dos turistas é em razão da inexorável necessidade de deslocar-se entre diferentes lugares.

Infere-se que a atividade enoturística só pode ser compreendida e operacionalizada por meio da cooperação, mais ou menos orientada e coordenada. No turismo do vinho, algumas realizações importantes podem ser referidas, e o Quadro 1 sintetiza algumas dessas iniciativas.

Quadro 1 – Projetos de Cooperação Técnica em Enoturismo.

Organização	Local e objetivos	Fonte
AREV – Assembleia das Regiões Vinícolas Europeias.	Criada em 1988 na Europa, tem base na região francesa da Champagne. Envolve um amplo conjunto de objetivos em diversas frentes, desde atender a interesses comerciais junto a órgãos internacionais do comércio e da vitivinicultura, bem como o enoturismo e as rotas europeias de vinho. Tem 18 países membros com 61 regiões vinícolas envolvidas. No âmbito do enoturismo, prevê a valorização não somente da qualidade do vinho, mas também dos terroirs de produção, dos saberes fazeres, das tradições, do patrimônio e dos modos de vida específicos no contexto das regiões vinícolas. Trata-se da principal organização de cooperação do enoturismo europeu.	Disponível em http://www.arev.org/sites/default/files/arev_-_oenoturisme_-_fin_de_letude_outremer_conseil_-_dossier_final_31-03-2015.pdf . Acessado em 12 de junho de 2015. Livre tradução. Sítio oficial da AREV: http://www.arev.org/
RECEVIN – Rede Europeia de Cidades do Vinho	Criada no ano 2000 e com sede na Espanha, a rede envolve 10 países europeus e mais de 800 cidades que tem no vinho um importante componente social e econômico. Sua rede é identificada pela outorga a algumas cidades do título de Cidades do Vinho e tem atuação principal na escala municipal. Com atuação direta na cooperação do enoturismo, desenvolveu a Carta Europeia do Enoturismo, com diretrizes para a atividade naquele continente; a Vademecum do Enoturismo Europeu, documento que estabelece o Sistema de Gestão de Qualidade do Enoturismo ao nível europeu a partir do qual se normaliza a metodologia para colocar em marcha, desenvolver e reconhecer as Rotas de Vinho Europeias e, o Dia Europeu do Enoturismo, estabelecido no dia 8 de novembro e visa estimular atividades turísticas conjuntas.	RECEVIN – Rede Europeia de Cidades do Vinho. Disponível em: http://www.recevin.net/target.php . Acessado em 15 de junho de 2015.
MTV – Movimento Turismo del Vino	Criado em 1993 na Itália, engloba cerca de 1000 vinícolas no país e participa de eventos nacionais e internacionais. Tem como objetivos: <ul style="list-style-type: none"> • Promover a cultura do vinho através de visitas nos locais de produção; • Sustentar o incremento dos fluxos turísticos em todas as áreas italianas de vocação vitivinícola; • Qualificar os serviços turísticos nas vinícolas; • Incrementar a imagem e as perspectivas econômicas e de emprego nos territórios do vinho. 	MTV – Movimento Turismo del Vinho. http://www.movimentoturismovinoino.it/it/chi-siamo/ . Acessado em 15 de junho de 2015. Livre tradução.
ACEVIN – Associação Espanhola de Cidade do Vinho	Criada em 2002 na Espanha, envolve municípios produtores daquele país e tem 23 rotas enoturísticas associadas. Tem um amplo escopo e no que se refere ao enoturismo propõe o desenvolvimento econômico das comunidades e sócios e a promoção de todas as formas de intercâmbio cultural, científico, tecnológico e econômico entre as cidades sócias.	Disponível em http://www.acevin.es/e em http://www.wineroutesofspain.com/ver/2457/Rutas-del-vino.html . Acessado em 14 de junho de 2015.
Cátedra UNESCO Cultura e Tradições do Vinho	Cátedra com sede na Universidade da Borgonha, França com uma rede de pesquisadores que colaboram nos 5 continentes, inclusive no Brasil. Promove ações de pesquisa e eventos no âmbito da cultura e do patrimônio do Vinho, incluindo o enoturismo. Realizou no Brasil em 2013, em parceria com Universidades locais e associações, o 1º colóquio Internacional Vinho, Patrimônio, Turismo e desenvolvimento.	Disponível em http://chaireunesco-vinetculture.u-bourgogne.fr/ . Acessado em 15 de junho de 2015.

Fonte: Elaboração Própria (2015).

4 METODOLOGIA

Essa pesquisa é de natureza exploratória descritiva com análise qualitativa. Se utilizou de revisão de literatura atualizada para a compreensão das principais definições e conceitos dos termos vinculados a esse estudo. As pesquisas exploratórias proporcionam maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, procuram aprimorar ideias ou descobrir intuições.

De acordo com Dencker (2007), uma característica importante das pesquisas qualitativas é a

utilização de diferentes técnicas de coleta de dados em campo. A abordagem qualitativa possibilita a interpretação e a atribuição de significados aos fatos e elementos substanciais para a compreensão do fenômeno em pauta (SEVERINO, 2013).

A análise dos dados levantados foi aplicada, com base em conjunto de técnicas parciais, diferentes e complementares entre si, a fim de explicar e sistematizar informações documentais, atribuindo-lhe um ou mais significados, com bases dedutivas, respaldadas pela sua origem (autor), pelas suas consequências (efeitos) e pelo contexto onde foi produzida.

Segundo Bardin (2011), a operacionalização da análise de conteúdo deve seguir os procedimentos de pré-análise, codificação, categorização e inferência, com base nas respostas.

Trata-se de técnica para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. A análise de conteúdo orienta-se por critérios como: contexto, objeto ou corpus da análise, questões formuladas, objetivos da pesquisa, subjetividade e isenção científica do pesquisador (BARROS; LEHELD, 1991; MORAES, 1994).

Com base nessa fundamentação metodológica, os procedimentos são análise documental e entrevistas com os gestores de organizações representativas do enoturismo da Região Uva e Vinho (Serra Gaúcha), bem como análise do conteúdo das respostas dos entrevistados.

Destacaram-se categorias de análise, com base no conceito de Cooperação Técnica Internacional, que se fundamenta no conhecimento e na inovação, por meio de ações como: intercâmbios, convênios, para atualização, qualificação e capacitação em tecnologia, estratégias de mercado, realização e participação em cursos, seminários, workshops, congressos, acesso e produção de material didático, consultorias, viagens (missões técnicas) e outras modalidades. Reitera-se que a Cooperação Técnica Internacional pode ser recebida e transmitida.

Em razão disso, as categorias que constituíram o procedimento analítico, foram:

1. Modelo de organização internacional do setor, a orientação, ou apoio, de técnicos, consultores ou entidades internacionais, no sentido de orientações para a gestão da organização associativa (entidade), desde sua criação;
2. Ações de cooperação técnica internacional, com foco no setor vitivinícola e com foco no setor de enoturismo, para a entidade, para as empresas associadas e para o Vale dos Vinhedos;
3. Modalidades de transmissão de cooperação técnica internacional (conhecimentos), com foco no setor vitivinícola e com foco no setor de enoturismo;
4. Atuação da organização (entidade) nos principais eventos nacionais do setor, Fenavinho, Fenachamp, Fenavindima e Festa da Uva, no atendimento de gestores de entidades, empresários, ou executivos internacionais, com foco no setor vitivinícola e no

enoturismo e para contribuir com a realização dos próprios eventos;

5. Informações da organização de que vinícolas, ou empresas do setor vitivinícola, associadas e de organizações parceiras tenham realizado ações de cooperação, com foco no setor vitivinícola e com foco no setor de enoturismo.

A pesquisa de campo foi por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado, realizadas nos meses de julho a setembro de 2015, por telefone e por e-mail, com sete questões abertas. Os entrevistados foram os gestores das Associações vinculadas a essa temática de estudo, tais como: a Diretora-executiva da Associação de Turismo da Região Uva e Vinho – ATUASERRA; o Presidente da Associação de Produtores do Vale dos Vinhedos – APROVALE; o Secretário Municipal de Turismo de Bento Gonçalves; a Secretária Municipal de Cultura de Garibaldi e Ex-Secretária de Turismo do mesmo Município e do Município de Bento Gonçalves. Os dois municípios são os maiores produtores nacionais de vinhos finos e de uvas de castas nobres. Garibaldi é o maior produtor de espumantes do Brasil.

5 REGIÃO UVA E VINHO (SERRA GAÚCHA)

De acordo com a ATUASERRA (2015), em 1950, a Região Uva e Vinho assumiu relativa independência sobre seu desenvolvimento e sobre seu ordenamento geográfico, ingressando no modo de produção do capitalista moderno, por meio da organização solidária e do estabelecimento de redes locais. É a maior produtora de uvas e de vinhos do Brasil, concentrando 85% da produção nacional.

Em razão disso, a Região é sede dos maiores eventos brasileiros do setor: Festa Nacional da Uva, Festa Nacional do Vinho (FENAVINHO), Festa Nacional da Vindima (FENAVINDIMA) e Festa do Espumante Brasileiro (FENACHAMP), realizados, respectivamente, nos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Flores da Cunha e Garibaldi

A Região Uva e Vinho, na Serra Gaúcha, reúne 47 municípios: Antônio Prado, Barão, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Camargo, Carlos Barbosa, Casca, Caxias do Sul, Ciríaco, Cotiporã, David Canabarro, Flores da Cunha, Fagundes Varela, Farroupilha, Garibaldi, Guaporé, Ipê, Monte Belo do Sul, Muliterno, Nova Alvorada, Nova Araçá, Nova

Bassano, Nova Pádua, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Pinto Bandeira, Protásio Alves, Santa Tereza, Santo Antônio do Palma, São Domingos do Sul, São Marcos, Serafina Correa, Vanini, Veranópolis, Vila Flores, Vila Maria, Vista Alegre do Prata.

A videira é cultivada em 16 dos seus 24 municípios associados à Atuaserra: Antônio Prado, Barão, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Casca, Cotiporã, Flores da Cunha, Farroupilha, Garibaldi, Guaporé, Monte Belo do Sul, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Protásio Alves, Santa Tereza, Santo Antônio do Palma, São Marcos, Serafina Correa, Veranópolis e Vila Flores.

Uma das experiências oferecidas é acompanhar a elaboração dos vinhos e degustar o resultado desta elaboração nas cantinas. São 83 opções, das pequenas vinícolas familiares às empresas tradicionais da região. São diversos os motivos para visitar os roteiros e atrativos. O turista encontrará: a cultura no Meio Rural – que apresenta os Roteiros Caminhos da Imigração, Caminhos de Pedra, Caminhos de Faria Lemos, Caminhos do Salto Ventoso, Vale do Rio das Antas, Do passado ao futuro (novo roteiro de Carlos Barbosa), Caminhos da Colônia, Estrada do Imigrante e Estrada do Sabor e o mais recente Desvio Blauth, entre Farroupilha e Garibaldi. Os vinhos: a Alma da Região, Vale dos Vinhedos, Rota das Cantinas, Rota dos Espumantes, Vinhos de Pinto Bandeira, Vale Trentino, Vinhos e Longevidade, Vinhos dos Altos Montes e os Vinhos e Espumantes de Monte Belo do Sul. Conhecendo as cidades, em *city tours*, podem-se comprar jóias, semi-jóias, langeries e roupas esportivas em Guaporé. Farroupilha, Caxias do Sul e Bento Gonçalves destacam-se pelos seus centros comerciais. O Polo de Aventura Rio das Antas: Rafting, Rapel, Tirolesa, Eco Parque Nova Roma do Sul, Treking, Canionismo, Paraglider, Escalada, Passeio de Jeep e Pêndulo, passeios a cavalo em Cotiporã e Farroupilha (ATAUSERRA, 2015).

Vinhedos, Rota dos Trigais, Compras e cultura, Thermas e Longevidade e Vales da Serra também são atrativos diferenciados. A região foi contemplada pela certificação do Bem Receber e pela Economia da Experiência, em razão da sua infraestrutura turística adequada e da sua hospitalidade. O Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (SHRBS) reúne associados que oferecem mais de seis mil leitos. Ministério do Turismo, EMBRATUR, SETUR, SEBRAE, SENAR, EMATER, Instituições de Ensino Superior (UCS, FISUL, Faculdade Cenecista, IFRS, IBRAVIN) são organizações parceiras em vários projetos. Na área de ciência e tecnologia, convênios nacionais e internacionais proporcionam conhecimento aos empreendedores, visando a inovar a oferta turística regional.

6 PESQUISA DE CAMPO E RESULTADOS

A Associação de Turismo da Região Uva e Vinho (ATUASERRA) foi criada em 1968, integrando representantes do setor público (prefeituras municipais). Em 1985, a participação ampliou-se, com o ingresso de associados do setor privado. Em relação à cooperação técnica internacional, com foco no setor vitivinícola e com foco no setor de enoturismo, para a entidade, para as empresas associadas e para o Vale dos Vinhedos, a Diretora-executiva relata que, especificamente, para o Vale dos Vinhedos, foram implementadas ações da ATUASERRA desde a criação do roteiro. Técnicos provenientes da Itália orientaram a criação do consórcio, que foi o mote que originou a APROVALE (Associação de Produtores do Vale dos Vinhedos).

A ATUASERRA contribuiu significativamente para o desenvolvimento de pequenos e novos negócios, bem como para captar recursos por meio do SEBRAE Nacional e para viabilizar pesquisas da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Ninguém se refere a isso hoje, mas pagamos uma conta que passou de um milhão de reais. Temos a AENOTUR (Associação Internacional de Enoturismo), participamos da criação do Congresso Latino Americano de Enoturismo, explica a Diretora. A estrutura e a coordenação do Congresso estavam sob a coordenação da ATUASERRA, que, atualmente, é responsável por: captação de recursos, apoio financeiro, promoção e divulgação do evento.

A entidade participa em eventos nacionais e internacionais, como a ExpoVinis Brasil, o maior evento de Vinho da América Latina, que se realiza no Expo Center Norte, em São Paulo (SP), reunindo os principais produtores de diferentes continentes e dez mil visitantes profissionais.

O envio de jovens para Itália, por meio da ANEA Brasil, visando à preservação da tradição vitivinícola e da vitivinicultura. A ANEA Brasil é a Associação Nacional dos Migrados e Ex-emigrados das Américas e da Austrália para o Brasil. Seu objetivo é preservar e divulgar a cultura da imigração italiana.

Os objetivos da criação da Associação de Produtores do Vale dos Vinhedos (APROVALE) foram: melhorar a qualidade dos vinhos; produzir estudos sobre o meio ambiente e as influências do clima na produção vitivinícola; incentivar a preservação da cultura, por meio da participação da comunidade local; desenvolver o turismo e consolidar o conceito

de Indicação Geográfica. De acordo com o Presidente da APROVALE, “Este último item, motivo de diferenciação das demais regiões vinícolas brasileiras, teve por inspiração nas indicações geográficas europeias, tradicionais e reconhecidas mundialmente. A principal orientação foi de técnicos da EMBRAPA Uva e Vinho, da Universidade de Caxias do Sul e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul”.

No campo ambiental, a Associação de Produtores do Vale dos Vinhedos (APROVALE) tem atuado na coleta de informações climáticas na área demarcada do Vale dos Vinhedos, em cooperação com a EMBRAPA, que integra a Rede Internacional de Vinho e Cultura da UNESCO. A fundadora e presidente da Rede Internacional Vinho e Cultura da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), Jocélyne Pérard, uma das maiores autoridades em climatologia vitícola mundial, esteve na Serra Gaúcha, em 2007, para estabelecer as parcerias da EMBRAPA e da APROVALE com a Cátedra da UNESCO, que mantém uma de suas sedes na Universidade de Borgonha (França).

A APROVALE recebe pesquisadores internacionais, com objetivos diversos. O Presidente da entidade menciona, como exemplos, as recepções, em agosto de 2015 de um pesquisador de Veneza (Itália), para trabalho de intercâmbio, e de uma pesquisadora da FAO, em estudos sobre os impactos da indicação geográfica no Vale dos Vinhedos. Como de costume, nesses dois casos, os pesquisadores comprometeram-se a encaminhar os resultados de suas pesquisas à APROVALE. No evento ExpoVinis Brasil, a associação atende empresários estrangeiros interessados no mercado fornecedor vinícola nacional. O Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN) tem apoiado a APROVALE, com a realização de pesquisas sobre o mercado para os vinhos brasileiros na América do Sul.

O Secretário Municipal de Turismo de Bento Gonçalves destaca que a Secretaria tem realizado ações de cooperação técnica internacional, com foco no setor vitivinícola e no turismo, visando ao fortalecimento institucional das entidades e à melhoria da qualidade dos produtos turísticos e enoturísticos. Temos realizado uma série de ações que envolvem além dos temas mencionados, a área cultural, que está diretamente ligada ao turismo. Para

isso, a Secretaria tem a participação de consultorias especializadas, afirma o Secretário.

Na transmissão de cooperação técnica internacional (conhecimentos), com foco no setor vitivinícola e no turismo, além de diversas ações em 2014, a Secretaria de Turismo de Bento Gonçalves estabeleceu, recentemente, convênio com a Universidade de Veneza (Itália) e recebeu, para intercâmbio, um aluno que permaneceu 30 dias, na região, em agosto de 2015. Está em andamento projeto também de parceria com a Universidade de la Sapiência, de Roma, por meio do qual realizou-se o lançamento do livro da pesquisadora Flavia Cristaldi, sobre regiões vitivinícolas do mundo todo.

O Secretário de Turismo informa que, no evento Festa Nacional do Vinho (FENAVINHO), existem intercâmbios de delegações, principalmente do Mercosul e da Itália, para visitas técnicas, e que Bento Gonçalves mantém gemellagios, convênios com cidades italianas irmãs, acordo de cidade irmã com Cartaxo de Portugal e hermanamento com Luan de Cuyo, na Argentina. Outro acordo de cidades irmãs, em fase de formalização, é com o município canadense de Vittoria Ville, onde o turismo é um dos setores contemplados para intercâmbios.

A Secretaria de Turismo de Bento Gonçalves, o IBRAVIN o Sindicato de Hotéis, Restaurantes e Bares da Região Uva e Vinho (SHRBS) e a ATUASERRA integram a AENOTUR, a qual desenvolve ações com outros países, como Argentina, Uruguai, Itália, Portugal e Espanha, na atividade do enoturismo. Em contexto internacional, o IBRAVIN atua na promoção dos vinhos brasileiros e do enoturismo, em diversos países. De 7 a 10 de setembro de 2015, a Secretaria de Turismo de Bento Gonçalves (juntamente com a Vinícola Lídio Carraro e com o IBRAVIN) participou, na Expomilano (Itália), de encontro promovido pelo Ministério do Turismo e EMBRATUR, com rodada de negócios de empresários brasileiros e estrangeiros para ampliação de parcerias em enoturismo.

A Secretária de Cultura de Garibaldi destaca o gemellaggio do município com Conegliano (região do Vêneto, província de Treviso, Itália): Enviamos propostas para intercâmbios de profissionais da vitivinicultura e enoturismo, atuamos na constituição da Associação Internacional de Enoturismo (AENOTUR). Em visita a Portugal e Espanha, foi criada a entidade. Atualmente, a Secretária de Turismo de Garibaldi é a Vice-Presidente da AENOTUR para a América Latina.

A consolidação do enoturismo e o intercâmbio de informações sobre esse segmento são prioridades da gestão municipal de Garibaldi. Nesse sentido, outras iniciativas são: convênio de geminação com Anadia (Portugal); participação na criação do Congresso Latino Americano de Enoturismo e na sua internacionalização. As edições mais recentes do evento foram em Viana do Castelo (Portugal), em Cambados (Espanha) e em Montevideu (Uruguai), todas com participações de produtores da Região Uva e Vinho.

Garibaldi mantém relações com o Comitê do Champagne (França). Os gestores da entidade visitam anualmente o município e a região Uva e Vinho, visando a acompanhar (fiscalizar) as práticas, que envolvem a marca champagne, e com o sucesso das ações implementadas, estão em articulação parcerias para ampliar as visitas técnicas à região. Os gestores do turismo e da cultura de Garibaldi atendem convites para palestras internacionais, cujas temáticas são sobre o enoturismo regional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de Cooperação Técnica Internacional fundamenta-se no conhecimento e na inovação, por meio de ações como intercâmbios, convênios, para atualização, qualificação e capacitação em tecnologia, estratégias de mercado, realização e participação em cursos, seminários, workshops, congressos, acesso e produção de material didático, consultorias, viagens (missões técnicas) e outras modalidades. A Cooperação Técnica Internacional pode ser recebida e transmitida.

O objetivo deste artigo foi analisar a formulação e a implementação de ações de cooperação técnica internacional em enoturismo, de organizações representativas da Região Uva e Vinho, para o desenvolvimento desse segmento regional, na Serra Gaúcha. Para a produção da pesquisa, destacaram-se os conteúdos das entrevistas com atores representativos do setor turístico e do segmento enoturístico da Região Uva e Vinho (Serra Gaúcha).

Os gestores das organizações, Associação de Turismo da Região Uva e Vinho (ATUASERRA), Associação de Produtores do Vale dos Vinhedos (APROVALE), Secretaria Municipal de Turismo de Bento Gonçalves e Secretaria Municipal de Cultura de

Garibaldi confirmaram que as organizações regionais têm realizado ações de cooperação técnica internacional, com foco no setor vitivinícola e no turismo, para o fortalecimento institucional das entidades e para a melhoria da qualidade os produtos turísticos e enoturísticos, com base na economia criativa e no turismo de experiência.

Além disso, as organizações, cujos gestores responderam às entrevistas desta pesquisa, têm proporcionado cooperação técnica internacional (transmitido conhecimentos), com foco no setor vitivinícola e no turismo.

As entidades participam de eventos nacionais e internacionais, como a ExpoVitis Brasil, o maior evento de Vinho da América Latina, e do Congresso Latino Americano de Enoturismo, não somente na condição de expositoras, mas de realizadoras do evento.

A viabilização da atuação de técnicos provenientes da Itália para a criação do consórcio, que foi o mote que originou a APROVALE (Associação de Produtores do Vale dos Vinhedos) e o envio de jovens para a Itália, por meio da ANEA Brasil, pela ATUASERRA, visando à preservação da tradição vitivinícola e da vitivinicultura; a atuação da APROVALE, junto com a EMBRAPA, que integra a Rede de Internacional de Vinho e Cultura da UNESCO, para estudos das influências climáticas no cultivo das videiras e a recepção de pesquisadores da Itália para estudos dos impactos da indicação geográfica no Vale dos Vinhedos são iniciativas relevantes de cooperação técnica internacional em enoturismo, no contexto do turismo criativo.

No mesmo sentido, o convênio para intercâmbios com a Universidade de Veneza (Itália) e o projeto de parceria com a Universidade de la Sapiência, de Roma, as delegações, principalmente, do Mercosul e da Itália, para visitas técnicas por ocasião da FENAVINHO, os convênios com cidades italianas irmãs, o acordo de cidade irmã com Cartaxo de Portugal, o hermanamento com Luan de Cuyo, na Argentina o acordo com o município canadense de Vittoria Ville, são ações destacadas da gestão pública municipal de Bento Gonçalves (maior produtor de vinhos finos e de uvas nobres do país), que tem participado, também, da Expomilano (Itália).

O gemellaggio com Conegliano (região do Vêneto, província de Treviso, Itália), atuação da Secretaria de Turismo na vice-presidência da

AENOTUR, o convênio de geminação com Anadia (Portugal), o sucesso das relações com o Comitê do Champagne (França) são demonstrações evidentes do êxito das ações cooperação técnica internacional do município de Garibaldi, o maior produtor de espumantes do Brasil.

Conclui-se que a Região Uva e Vinho têm potencialidades de maior desenvolvimento do enoturismo, com base na economia criativa, por meio da atuação em cooperação técnica internacional pelas organizações analisadas e pelas demais organizações representativas do setor. Nessa região é considerável a prática do turismo de experiência, que conforme observado proporciona emoções e aproximação nas questões vinculadas a cultura e as vocações locais.

REFERÊNCIAS

- AENOTUR – *Associação Internacional de Enoturismo*, 2015. Disponível em: <http://www.aenotur.org/>. Acesso em: 01 de setembro de 2015.
- AFONSO, M. M.; FERNANDES, A. P. *AbCD: Introdução à cooperação para o desenvolvimento*. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr, 2005.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). Publicado em [www.abc.gov.br]. Disponibilidade: 30 de outubro de 2014. 2014.
- ANDERSSON, A. Criatividade e desenvolvimento regional. *Regional Science*, 56, pp.5-20, 2005
- ASHTON, M. S. G. Cidades Criativas: produção e consumo turístico. In Panosso Netto & Ansarah (orgs). *Produtos Turísticos e novos Segmentos de Mercado*. Barueri, SP: Manole. pp. 292-307, 2015.
- ASHTON, M. S. G. Cidades Criativas: análise reflexiva das relações com o Turismo. In: Dusan Schreiber. (Org.). *Inovação e Aprendizagem Organizacional*. Novo Hamburgo: Feevale, v. 1, pp.230-245, 2013.
- ASHTON, M. S. G.; TOMAZZONI, Edegar L.; EMMENDOERFER, M. Elementos para a validação de cidades criativas como destinos turísticos competitivos. *TURyDES (Málaga)*, v. 7, p. 1-16, 2014.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BERG, E. J. *Rethinking technical cooperation: reforms for capacity building in Africa*. New York: UNPD/DAI. 1993.
- CERVO, A. L. Socializando o desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional* 37 (1), pp. 38-63, 1994.
- DALLA COSTA, A; SOUZA-SANTOS, E. R. Economia criativa: novas oportunidades baseadas no capital intelectual. *Economia & Tecnologia*. Ano 07, v. 25, pp. 1-8, 2011.
- DALONSO, Y. S.; Lourenço, J. M.; REMOALDO, P.C.; PANOSSO NETTO, A. Políticas, eventos e turismo de experiência. In PANOSSO NETTO, A. & ANSARAH, M. *Produtos Turísticos e Novos Segmentos de Mercado*. Barueri, SP: Manole. pp.114-132, 2015;
- DENCKER, A. F. M. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 2007.
- EBRAPA *Uva e Vinho*. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/noticias/2007/2007-05-02.html>. Acesso em: 25 de agosto de 2015.
- EMMENDOERFER, M. L.; ASHTON, M. S. Territórios Criativos e suas Relações com o Turismo. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 7(4), 459-468, 2014.
- FLORIDA, R. A ascensão da classe criativa e seu papel na transformação do trabalho, lazer, comunidade e cotidiano. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- GOODEY, B. Interpretação e comunidade local. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (Orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.
- HOWKINS, J. *The creative economy: how people make money from ideas*. London: Penguin UK, 2001.
- JOFFE, A. Reflexões da África do Sul. In: REIS, A. C. F; KAGEYAMA, P. (Orgs.). *Cidades criativas: perspectivas* - São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011
- LANDRY, C.; BIANCHINI, F. *The creative city*. Leicester: Earthscan, 1995.
- LANDRY, C. *Origens e Futuros da Cidade Criativa*. São Paulo: SESI-SP, 2013.
- LOPES, C. *Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio*. São Paulo: UNESP, 2005.
- LOPES, L. L. A. *A cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE): o Brasil como doador*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas UNESP, UNICAMP, PUC-SP. São Paulo, 2008.
- MEDEIROS, M.; TEIXEIRA JR, A.; REIS, E. *O Mercosul na agenda de pesquisa contemporânea da política internacional*. BIB, São Paulo, nº 70, p. 7-29, 2010.
- MERCOSUL. Mercado Comum do Sul. Disponível em <www.mercosur.int> Acessado em 10 de Novembro de 2014, 2014.
- MIRANDA, R. [Rio] *Cidade Criativa: cultura como quarto pilar do desenvolvimento*. Fórum Internacional Rio Cidade Criativa, 2009. Disponível em: http://cidadecriativa.org/download/Rio_Cidade_Criativa_Cultura_como_Quarto_Pilar_do_Desenvolvimento.pdf. Acessado em 17/2015.
- MORAES, R. Análise de conteúdo: limites e possibilidades. In: ENGERS, M.E.A. (Org). *Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

- OECD. *Development co-operation report*, 2012 publicado em <http://www.oecd.org/dac/dcr2012.htm>.
Disponibilidade: 30 de outubro de 2014.
- PANOSSO NETTO, A. Experiência e turismo: uma união possível. In: PANOSSO NETTO, A. & GAETA, C. (Orgs.). *Turismo de experiência*. São Paulo: SENAC, pp. 43-55, 2010.
- PNUD. Capacity development, 2014. Publicado em [<http://www.undp.org/content/undp/en/home/ourwork/capacitybuilding/overview.html>].
Disponibilidade: 30 de setembro de 2014.
- REIS, A. C. F.; KAGEYAMA, P. (Orgs.) *Cidades criativas: perspectivas* - São Paulo: Garimpo de Soluções, 2014.
- REIS, A. C. F.; URANI, A. Cidades criativas: perspectivas brasileiras In: REIS, A. C. F.; KAGEYAMA, P. (Orgs.). *Cidades criativas: perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.
- RICHARDS, G. Creativity and tourism: the state of the art. *Annals of tourism research*, 38(4), 1225-1253, 2011.
- SCHUCH, Carlos H. Desempenho da cadeia produtiva da indústria do Turismo. In: Barretto Margarita e REJOWSKI, Mirian (Orgs.). *Turismo: interfaces, desafios e incertezas*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2013.
- SCHLÜTER, R. *Gastronomia e turismo*. São Paulo: Aleph, 2003.
- SOUZA, André de Mello. A Cooperação para o desenvolvimento Sul-Sul: os casos do Brasil, da Índia e da China. *Boletim de Economia e Política Internacional*, v. 09, pp. 89-99, 2011.
- STRICKLAND, B. Cidade criativa. In: REIS, A. C. F.; KAGEYAMA, P. (Orgs.). *Cidades criativas: perspectivas* - São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.
- UNITED Nations. Creative Economy: A Feasible Development Option. *Creative Economy Report* 2010. Geneva/New York: UNCTAD/UNDP, 2010.
- VALDUGA, V. O Desenvolvimento do Enoturismo no Vale dos Vinhedos (RS/Brasil). *Revista de Cultura e Turismo – CULTUR*, ano 6, n. 2, pp. 127-143, 2012.
- VERHAGEN, E. Qualidade líquida de cidade. In: REIS, A. C. F.; KAGEYAMA, P. (Orgs.). *Cidades criativas: perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

¹ Esse trabalho integra projetos de pesquisa parceiros: Cooperação Técnica em Turismo no Mercosul, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP) – CNPq, Processo 408452/2013-7; Grupo de pesquisa Enoturismo, Cultura Alimentar, Patrimônio do Vinho e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), CNPq, Processo 8956236961586413; Cidades e Criativas e Turismo: análise das dinâmicas de produção e consumo turístico e seu reflexo no desenvolvimento socioeconômico, da Universidade Feevale (RS), CNPq Processo 408841/2013-3.

THE SOCIO, ECONOMIC, AND ENVIRONMENTAL IMPACTS OF CASINO TOURISM IN GOAⁱ

Kaustubh Kamat*

Miriam Scaglione**

Subhash Kizhakanveetil Bhaskaran Pillai***

Ruey Feng Chen ****

Abstract: This study investigates resident perception towards Casino Tourism which may be helpful for the formulation of possible strategic tourism policies. Binary logit model was applied to reveal the heterogeneity of resident's perception towards casino tourism impacts. The result of this study reflects the overall opinions of the sample population, and further identifies relatively homogeneous opinion groups. Age, gender, income, education, length of residence was found to have a significant impact on perceptions about casino tourism. Binary logit model and marginal increase function were used to predict increase/decrease in probability to belong to analyzed group by variation in demographic profiles, thus contributing to the debate on casino tourism sustainability.

Keywords: Binary logit analysis. Resident perceptions. Tourism segmentation. Casino Tourism. Tourism industry.

OS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS E AMBIENTAIS DO TURISMO DE CASINO EM GOA

Resumo: Este estudo investiga a percepção dos residentes sobre o turismo de casino que pode ser útil para a formulação de possíveis políticas e estratégicas do turismo em Goa. O modelo logit binário foi aplicado para revelar a heterogeneidade da percepção dos residentes em relação aos impactos do turismo de casino. Os resultados desse estudo refletem as opiniões gerais da população da amostra e, além disso, identifica grupos de opinião relativamente homogêneos. Idade, sexo, renda, educação e tempo de residência foram encontradas como categorias de impacto significativo sobre as percepções relativas ao turismo de casino. O modelo de regressão binária e a função de incremento marginal foram utilizados para prever aumento e a diminuição na probabilidade de pertencer ao grupo analisado pela variação nos perfis demográficos, contribuindo assim para o debate sobre a sustentabilidade do turismo de casino.

Palavras-chave: Análise de regressão binária. Percepção dos residentes. Segmentação turística. Turismo de casino. Indústria turística.

LOS IMPACTOS SOCIOECONÓMICOS Y AMBIENTALES DEL TURISMO DE CASINO EN GOA

Resumen: Este estudio investiga la percepción de los residentes sobre el turismo de casino, lo que puede ser útil para la formulación de posibles políticas y estratégicas de turismo. Se aplicó el modelo logit binario para revelar la heterogeneidad de la percepción de los residentes sobre los impactos del turismo casino. Los resultados del estudio reflejan las opiniones generales de la muestra de la población y, además, identifica los grupos de opinión relativamente homogêneos. Edad, sexo, ingresos, educación y el tiempo de residencia fueron las categorías encontradas que tienen un impacto significativo en las percepciones sobre el turismo de casino. El modelo de regresión binaria y la función de incremento marginal fueron utilizados para predecir el aumento o la disminución de la probabilidad de pertenecer al grupo analizado por la variación en los perfiles demográficos, contribuyendo así al debate sobre la sostenibilidad del turismo de casino.

Palabras clave: Análisis de regresión binaria. Percepciones de los residentes. Segmentación turística. Turismo de casino. Industria turística.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional.

* Master in Marketing Management and B.E in Information Technology from Goa University. Asst. Professor and Head, Business Administration Department at Goa Multi - Faculty College, Dharbandora Goa. Currently pursuing his Ph.D at Goa University in the field of Tourism. His research interests include Tourism studies, Destination management, Destination Image, Casino Tourism to name a few. [kamatkau@gmail.com]

** Ph.D. in Computer Sciences and M.Sc. in Statistics (Université de Neuchâtel). Professor at the University of Applied Sciences and Arts Western Switzerland Valais (HES-SO Valais). Research interests include applied statistics and time series in tourism and she is leading a big data project which aims to monitor the frequentation of tourists using mobiles phone data in Switzerland. [miriam.scaglione@hevs.ch]

*** Ph.D in Commerce (University of Calicut) and Postdoctoral studies in the area of Venture Capital Financing. Dean of the Faculty of Commerce and Management and Professor at the Department of Commerce, Goa University. Research interests include applied statistics in venture capital financing, entrepreneurship development, as well as tourism and hospitality studies. Presently working on 'Multi-stakeholder evaluation of National AYUSH Mission'. [subhash@unigoa.ac.in]

**** Master in Tourism Business Management from Chinese Culture University. Assistant Professor, Travel Management Department at Hsing Wu University, New Taipei City, Taiwan. He is also the Secretary General of Chinese Tourism Management Association. Research interests include Tourism e-marketing, cruise tourism, tourism vocational education in Taiwan and China. [chenrayfong@gmail.com]

Avaliação cega por pares / Double blind review process – Editor científico / Scientific editor: PhD Thiago D. Pimentel

Recebido em, 16 de agosto, 2016; aceito em 10 de setembro, 2016; publicado online em 26 setembro de 2016.

Received on August 16, 2015; accepted on September 16, 2016; published online on September 26, 2016.

1 INTRODUCTION

Goa, the former Portuguese colony situated on the west coast of India, boasts an interesting and complex history in relation to tourism patterns and subsequent reactions to them. Although it is the smallest state in India, its history has created a unique cultural diversity that since the 1960's has attracted tourists from all over the world and became one of the most sought after tourism destinations in India as well as around the world.

Though Goa is not coming in the top tourism destination states in India, tourism industry in one of the most prominent one, which provides plenty of employment opportunity, both direct and indirect. Goa, being one of the most popular holiday destinations in India getting around 2.8 million visitors (2012), the gold and white sand beaches, coconut trees rising above your head, delicious seafood, a wonderful blend of Indians and foreigners, and the equally wonderful marketplaces make it the perfect vacation spot, mainly because of the low cost of living compared to other beach destinations around the world, which makes Goa's tourism industry as one of the unique tourist destinations not because of excellent infrastructure and related supporting services available in the tourism industry, but the very absence of it (WILSON, 1997).

Population-wise, the state of Goa ranks 26th in India with a population of only about 1.5 million. But the area spread of Goa is far less as compared to the population, thus making it a state of medium population density. Its population density is almost 400 according to Goa census 2011, in a small area of mere 3000 kilometer square. Tourism is the state's lifeblood, contributing approximately 30% of the state's GDP.

It is a widely accepted fact that any destination focusing on its tourism industry as one of the primary mainstay has to accept the fact that tourism development is double edged sword. Not only does it generate benefits, but it also imposes costs (JAFARI, 2001). By evaluating these benefits and costs, local residents develop their attitudes toward tourism (BUTLER, 1980; DOXEY, 1975; LONG et al., 1990; SMITH; KRANNICH, 1998; SHELDON; VAR, 1984; SHELDON; ABENOJA, 2001; JUROWSKI et al., 1997; WANG; PFISTER, 2008; HANAFIAH et al., 2013).

Previous research proves that apart from perceived benefits and costs residents perception is

modified by various moderating variables (LANKFORD et al. 1994). A lot of research been conducted to find those variables influencing residents' attitudes toward tourism (BROUGHAM; BUTLER 1981, PERDUE et al. 1987, AP 1992, LANKFORD 1994, CAVUS; TANRISEVDI 2002).

Tourism in Goa is mostly dominated by leisure tourism dating back from 1960's onwards. Goa's comparatively young Casino industry was started in the early 1990's by the grant of the Casino license, through an amendment of the Goa, Daman & Diu Public Gambling Act of 1976, in an attempt to boost tourism. It currently boasts of 5 off-shore Casinos and more than 12 on-shore Casinos situated in various Five Star hotels across the state. This thriving Casino Industry contributes Rs 135 crores (approximately US\$ 2.8 mn) revenue to the State government in the form of various taxes including entertainment, liquor charges, port charges, entry fees, VAT etc, that is essential to the State at a time when government revenues have all but dried up after the implementation of the Supreme Court ban on mining in the State (IBT, 2013)

Traditionally monsoons was considered to be off season for leisure tourism in Goa but because of Casinos, Five-star hotels are reporting at least 75 per cent occupancy rate and the tourists are flocking to Goa, or one should say, to the casinos of Goa. This has impacts on residents in both ways. Positive in terms of employment and with more tourist arrivals but residents are feeling the pain in congestion in traffic, crime increase and other social cost. To date, those who have suffered from the negative socio cultural and environmental impacts of mass tourism have not been those who have benefited from its positive economic benefit (BRAMMER; BEECH, 2004).

Present study was conducted to identify the resident's perceptions towards casino tourism in the state of Goa for the purpose of understanding how the residents consider casino tourism industry in Goa, whether it helps in improving the socio-economic conditions of the residents, and also whether they support, oppose, or being neutral towards the government policy towards promoting casino tourism.

Further the study tried to understand the underlying structures of residents' attitudes toward casino development in terms of social, economic, and environmental impacts and to examine causal

relationships between the impact variables and benefits and costs.

This study further identifies the effect of demographic variation on the analyzed cluster and on the resident's attitudes towards tourism, contributing to the debate on casino tourism development. Past research has shown the different impacts of tourism on the local community, and the perceptions and attitudes of residents towards tourism, however no research has shown how and how much these perceptions and attitudes change according to a change in the demographic profile of the local community.

Therefore, present study fills the gap by adding valuable knowledge, new perspectives, and presents possibilities for consideration. The paper offers valuable inputs for different stakeholders of casino tourism industry; especially the academic institutions, casinos operators, academicians, government, and also NGO's in the region under study.

2 LITERATURE REVIEW

2.1 Global Perspectives

Tourism planning and development in any region must involve various stake holders including local community (BRAYLEY, VAR; SHELDON, 1990; AP, 1990; 1992; AP; CROMPTON, 1998). Residents' attitude plays a crucial role in sustainability of any tourism, more over Destination Management Office (DMO) should identify what are the real drives behind residents' attitudes. Review of literature suggests commonly used theoretical frameworks explaining resident perceptions toward impacts of casino gaming; viz.; social exchange theory (SET).

SET has been advocated as the most appropriate framework for explaining residents' perceptions on the impact of gambling tourism (PIZAM; POKELA, 1985; GIACOPASSI; STITT, 1994; JUROWSKI, 1994 HARALAMBOPOULOUS; PRIZAM, 1996; JUROWSKI, et al., 1997; STITT, et al., 2003; LEE; BACK, 2003; JUROWSKI, GURSOY, 2004; HAM, et al., 2004; LEE; BACK, 2006). SET suggests that residents would evaluate benefits and cost associated with a tourism avenue and then decided whether they should support it or not.

Long (1996) examined residents' attitudes toward casino development in South Dakota and Colorado. They found that residents generally

perceived a positive impact on employment, but a negative impact in terms of traffic congestion, crowding, and crimes caused by gambling. Lee and Back (2003) investigated the impacts of casino development 6 months before and after casino was opened and reported positive impacts (employment opportunities, encouraging inbound tourism) and negative impacts (demoralizing family values, and motivating gambling).

Residents normally evaluate the benefits based on the three main types of perceived impacts of gaming tourism, viz., social, economic and environmental. Although the academic literature on resident attitudes towards tourism development is plentiful and growing, gaming is relatively less researched. Studies found residents perceived both benefits and costs associated with the gaming industries.

Carmichael, Peppard, and Boudreau (1996) stressed the importance of residents' positive and negative attitudes toward casino development. Residents do not form similar groups in terms of their perception of tourism impacts. In fact, those who gain more benefits than costs from tourism view its impacts positively, others view them negatively. A number of different variables influencing residents' perceptions of tourism impacts have been identified in the literature.

Most of the variables suggested in the literature are linked to the socio-demographic and economic profile of the residents, such as age, gender, level of income, as well as level of education. Gender is one of the most significant determinants of resident's perception of gaming tourism impact (PIZAM; POKELA, 1985; DOGAN 1989; PETRZELKA et al. 2005; HALEY et al. 2005; VONG, 2004; 2005; 2008; 2009; 2010; VONG, McCARTNEY, 2005; SHARMA; DYER, 2009; 2012).

In context of gambling tourism a negative perception of female respondents towards legalizing casino exceeded those of male respondents (PIZAM; POKELA, 1985). Vong's (2004) study on Macao resident attitudes towards gaming found that in terms of demographic characteristics female respondents were not in support for gambling tourism as compared to male counterparts.

Vong's (2010) subsequent study on Macao found women, educated persons and professionals still form the core of gaming opponents but married people

supported casino activity around Macao, and youngsters surprisingly opposed casino in Macao. With respect to age, older residents were more concerned with gaming tourism's impact on crime and safety levels and disturbance in the neighborhood than younger residents (TOML JENOVIC; FAULKNER, 2000a; 2000b).

Similarly Cavus and Tanrisevdi (2003) found older Turkish residents hold more negative perceptions towards tourism development than younger residents. Level of education of residents also plays a crucial role, respondents who had completed high school or university education felt more strongly than those with primary education that gambling had no use, and professionals did not agree that gambling was a way of getting rich, and this significantly differed from the view of those who were self-employed (VONG, 2010). Occupation was also found to be affecting resident's attitude the most (CHHABRA; ANDERECK, 2003; 2007; CHHABRA, 2009).

Employment status also influences development of gaming tourism in a region. In their study, Caneday and Zeiger (1991) identified that residents employed in tourism businesses were likely to express a more positive attitude toward the impact of tourism than those employed in non-tourism businesses. Roehl (1999) examined perceived quality of life for residents in Nevada. The quality of life was found to be positively correlated with employment in a casino and casino patronage. With regards to casino, direct employment in the industry also has been found to influence perceptions of gaming impacts (EADINGTON 1986; CARMICHAEL et al., 1996; CARMICHAEL, 2000; 2001).

Length of time living and/or having been born and/or grown up in the region also influences the perception of residents towards gaming tourism. Some researchers have found evidence that attachment is negatively related to tourism attitudes (LANKFORD; HOWARD 1994), but this relationship is not yet conclusive given that others have found the opposite or no definitive evidence (BACK; LEE, 2005; CHHABRA; ANDERELECK, 2009; CHHABRA; GURSOY, 2007; CHHABRA, 2009; DAVIS et al 1988; GURSOY et al, 2002; GURSOY; RUTHERFORD, 2004; JUROWSKI, 1994; JUROWSKI et al, 1997; JUROWSKI; GURSOY, 2004; KANG et al, 2008; LANKFORD; HOWARD, 1994; LANKFORD, 1994; McCOOL; MARTIN, 1994; McGHEE; ANDERECK, 2004). Weak correlations were found between support for gambling and length of residence (LEE; BACK, 2003; 2006).

2.2 Indian and Goan Perspective

Despite socially conservative India's ambivalence towards gambling, consultancy firm, KPMG estimated that US\$ 60 billion was wagered in the country in 2010 with expectations of an increase in the years to come. Attitudes are slowly changing as India and more Asian countries are embracing gaming as a revenue generator and a tourist draw (MUNROE, 2013). Goa too, seems to have undergone an image makeover from being known as the hippy capital of the world to the casino capital of India with the concerned authorities making concerted efforts to convert this state into a high end tourist destination designed to attract tourists with deep pockets (ZUBAIR, 2007).

This image diversification has the support, protection and blessings of politicians as well as casino industry stakeholders and is justified on the grounds that gambling is an integral part of ancient Indian culture and tradition, and that casinos with their live gambling is a major draw for over three million tourists who visit the state and bring in much needed revenue to the state (PRABHUDESAI, 2010) and serve as an added attraction for those who would otherwise have preferred other destinations where such facilities exist (TNT, 2013).

However, what is distasteful to note is that the very same politicians who vow to do away with this vice before they come to power, or who were clandestinely protesting it in the past, today support it and even openly defend it on grounds of tradition and economics (PRABHUDESAI, 2010). Many of them in an attempt to adopt a politically correct stance on this issue, go one step further and claim that they personally oppose it, but, acknowledging it to be a tourist draw, feel it should be allowed, in the larger interest of tourism in Goa with the imposition of more stringent rules and regulations (MUNROE, 2013).

The lack of consistency and unanimity in attitude and behaviour among the politicians only serves to further confuse the issue. While politicians and their political parties have constantly either vehemently supported or opposed the casino industry depending on whether they were in power or in the opposition, an undoubted truth that emerges is that each successive government in the state has used the revenues earned from this industry to justify its existence (NAGVENKAR, 2013).

Further, both domestic and foreign tourists visiting the casinos view casinos and gambling as a source of entertainment and neither immoral nor a

social evil. In an attempt to promote this view of casino tourism and boost traffic to casinos, casino managements are now providing kid zones and crèches with state of the art play and rest areas, complete with all the latest entertainment equipment as well as child care facilities, to enable families to visit casinos. Innovative promotion is helping to soft sell the image makeover for casinos from *dens of vice* to *all age appeal family entertainment - Las Vegas style*. (FISHER, 2013; REBELLO, 2014).

Local religious and social activists, NGOs and the like, claim that the casino industry fuels gambling addiction and other incidental woes like drug trade and abuse, flesh trade, moral and social destitution of families and society, money laundering etc, making the State a sin and sex tourist destination as an off shoot to it and fear that this will filter through to Goans and corrupt their culture (TH, 2014). They strongly criticize the government's dependence on gambling revenues, its concessions to casinos, its implicit approval of gambling by the continued illegal advertisements of casinos (TNN, 2012) and demand the scrapping of all casinos to prevent Goa going Las Vegas and Macau way, and want a return to the pre 1992 days before the entry of casinos into the state. (TNT, 2008).

Goa is quickly turning into the Las Vegas of the East, known, not for its time honored beauty and hospitality but as the land of casinos (TNN, 2014). The owners and managing authorities of the same, object to it being linked to the flesh trade and similar social evils on the grounds that the casino industry has been around for over twenty one years, without there being any concrete incident to substantiate such accusations (GN, 2014). Other tourism stakeholders including local tour operators feel that the tourism-casino overlap may harm rather than help tourism. In the absence of a proper, planned, cohesive tourism campaign, the only tourist activity that may actually be promoted is the casinos which are definitely not a good advertisement for Goa.

In an attempt to curb the ever increasing criticism about the negative socio-cultural impacts on locals and to appease the opposers of the casino industry, the state authorities have decided to ban the entry of local residents of Goa into casinos in Goa w.e.f. March 1st, 2014, by the introduction of a Bill to amend the State's Gambling Act (OHERALDO, 2011).

There is speculation that this new bill may negatively affect the casino industry at large and on shore casinos in particular as a majority (between 50-

80%) of clients to on-shore casinos are Goans, while around 70% of clients to off-shore casinos are tourists (PEREIRA, 2014). However, Delta Corporation, the largest gaming company in India and a major player in the Goan market, refuted these claims stating that the hike in license fee is offset by the reduction in entry fee and since most of their clients are tourists, the new rules will not make any significant impact on the industry (SATYA, 2012).

Whatever the argument, in favour of or against casinos, the industry is a major revenue earner for the state and claims to be an employment generator too. But concerned activists claim that such employment is at best, low level, low paid and goes greatly to migrant workers rather than local residents (TNT, 2013). However, in an attempt to placate the opposers of the industry, no fresh licenses will be issued to new off shore casinos and existing off-shore casinos are ordered to relocate from the Mandovi river to mid sea by the next two years, and will not be allowed to operate in any river (TNT, 2013).

3 METHODOLOGY

The data collection was performed through an online structured questionnaire delivered during the period January–February 2014 to a randomly selected sample of 200 individual respondents from various villages and cities in Goa, of which only 75 were received back and only 69 were complete resulting in only 37.5% response rate. Data was collected using a structured questionnaire consisting of 2 parts. Part 1 consisted of the demographic profile of the residents and Part 2 consisted of the residents attitudes towards casino tourism (oppose or supporter).

The questionnaire was composed by 56 statements; measuring perception about casino tourism and socio demographic profile of residents, statements 1 to 48, presented the same response pattern: a five-point Likert scale was applied to each claim, with 1 indicating strong disagreement or total opposition and 5 strong agreement or total support, in order to allow people to express different intensity degrees in their attitudes.

Based on the existing literature review on gaming tourism around the world and also Goa, the proposed study tried shed some light on the following research questions. RQ1: Identify the effect of demographic variables on perception about casino tourism in Goa and to describe the main characteristics of each of the

groups (supporters or opposers), and RQ2: To study the effect of variations of population characteristics on each of the groups. Based on the previous researches and literature reviews, the following hypothesis is developed to test RQ1.

H₀: There is no significant difference exists between Casino tourism supporters and opposers with respect to age, gender, income, marital status, education, length of residence, as well as employment status.

Chi-square test is applied to find the answer for RQ1 where as binary logit analysis is applied to study the effects of variations of population characteristics on the cluster membership to find answer for RQ2. Change in demographic variables seems to be relevant in defining the community opinion toward tourism aspects. Demographic resident tendency related with residents' attitude could be a useful tool for tourist developers. To achieve this, a binary logit model was run. If any demographic characteristic showed a significant difference between the clusters, logit analysis permits derive predictive parameters on the significant variables. In this binary logit analysis, the variable of two clusters (CL_{2i}; supporters or opposers)

was treated as the dependent variable and demographic characteristics as independent variables and binary logit regression is applied to determine the factor that explains the pertinence of a concrete type of cluster. In binary logit notation, the model was written as (cf. HAIR, BLACK, BABIN, ANDERSON; TATHAM, 2006, p. 360):

$$\text{Logit}_i = \ln \left(\frac{\text{prob}_{CL2i}}{1 - \text{prob}_{CL2i}} \right) = \alpha + \beta_1 X_1 + \dots + \beta_k X_k$$

$$\text{Odds}_i = \left(\frac{\text{prob}_{CL2i}}{1 - \text{prob}_{CL2i}} \right) = e^{\alpha + \beta_1 X_1 + \dots + \beta_k X_k}$$

Where α = the intercept parameter; β_k = the vector of slope parameter and X_k = the explanatory demographic variables (Employed in the tourism sector, gender, age, years of residence, income level, marital status, education). Before running the model, test to check essential assumption were carried out, a cross matrix correlation of explanatory variables was used in order to partially avoid possible multicollinearity effects, and, the independent variables of income level, employed in tourism and marital status were dropped (Exhibit 1).

Exhibit 1: Correlation Matrix.

	Final output	Gender	Age	Education	Income	Length of Residence	Marital Status	Employment status
Final output	1.0000							
Gender	-0.4308	1.0000						
Age	0.3122	-0.2808	1.0000					
Education	0.7342	-0.1890	0.1747	1.0000				
Income	-0.5714	0.3434	-0.0382	-0.4129	1.0000			
Length of Residence	-0.4296	0.2546	-0.0257	-0.2669	0.9034	1.0000		
Marital Status	-0.2087	0.0950	0.1942	-0.2750	0.3804	0.3042	1.0000	
Employment status	-0.8402	0.3045	-0.2426	-0.6716	0.5174	0.3993	0.2893	1.0000

Source: Compiled from primary data analysis final output, i.e., supporter or opposer.

4. RESULTS AND DISCUSSION

Exhibit 2 shows general demographic profiling of residents gives mean age of study subjects was 44.9 years old, it clearly shows that there was no significant age difference between supporters and opposers of casinos tourism with regards to age ($\chi^2 = 0.69, p > 0.05$),

with older people opposing Casinos. There was a roughly even distribution of male and female with 52.2 percent for male and 47.8 percent for female in responses but significant difference was found with gender ($\chi^2 = 11.04, p < 0.05$), females opposing more to casinos. Income levels were distributed as follows, less than 1000USD (58%), 1000USD–1500USD (29%), and above 1500USD

(13%). Significant difference was found with more higher income group supporting and lower income group opposing Casino based tourism ($\chi^2 = 23.9, p < 0.05$). There was no significant difference exists with respect to marital status among opposers and supporters.

Educational levels were distributed as follows, up to 12th (26%), graduation and post-graduation (74%). Significant difference was found between education groups ($\chi^2 = 24.438, p < 0.05$), as more educated people opposed Casinos and lower education group supported casinos. Respondents' length of residence ranged from less than 10 years (14.5%), 11 – 20 years (20.3%), and 21 years and above (65.2%). It was found to have significance difference ($\chi^2 = 23.936, p < 0.05$), with opposition coming from the resident who have stayed more than 21 years. Marital Status do not have any significance difference attitude towards casino tourism ($\chi^2 = 2.17, p > 0.05$), while employment in tourism industry was found to have a significant impact in being a supporter ($\chi^2 = 44.73, p < 0.05$).

Hence, based on the above, the formulated hypothesis that "there is no significant difference between Casino Tourism Supporter and opposers with

respect to age, gender, marital status, income, education, length of residence, as well as employment status" is rejected with an exception of **age** and **marital status**, which clearly corroborates with similar studies carried out earlier that gender, income, education, length of residence, as well as employment status influences residents perception towards casino tourism.

In order to explore the casual relationships between residents' socio-economic and demographic attributes and their attitudes toward casino tourism, binary logit regression was used. Respondents were asked their opinion about attitude towards gambling tourism and were classified into 2 clusters, i.e., opposers and supporters. The demographic profile of Cluster Opposers shows that majority is females living in the region in the range of 21 years and above, highly qualified with average income below INR 50,000 annually with no employment history in tourism sector. With respect to cluster B (supporters) have more male respondents, lived in the region around 11 – 40 years, mostly lower education but with income status between INR 50,000 – 75,000 annually and mostly employed in tourism industry.

Exhibit 2: Demographic Profiling of Residents [n=69].

Demographic Characteristics	Residents Attitude		Total	χ^2 (p)	
	Opposers	Supporters			
Age	20 – 29	12 (26.1 %)	9 (39.1 %)	30.4%	0.6931 (0.4051)
	30 and above	34 (73.9 %)	14 (60.9%)	69.6%	
Gender	Female	29 (63.0 %)	4 (17.4%)	47.8%	11.04 (0.009) *
	Male	17 (37.0%)	19 (82.6%)	52.2%	
Income	Less than 1000USD	36 (78.2%)	4 (17.4%)	58.0%	23.90 (0.000) *
	1000USD – 1500USD	6 (13.1%)	14 (60.9%)	29.0%	
	1500USD and above	4 (8.7%)	5 (21.7%)	13.0%	
Marital Status	Single	22 (47.8%)	6 (26.6%)	40.6%	2.1713 (0.1406)
	Married	24 (52.2%)	17 (73.9%)	59.4%	
Education	Up to 12 th	3 (6.5%)	15 (65.2%)	26.1%	24.438 (0.000) *
	Graduation and	43 (93.5%)	8 (34.8%)	73.9%	
	Post Graduation				
Length of Residence	Less than 10 years	2 (4.3%)	8 (34.8%)	14.5%	23.936 (0.000) *
	11 – 20 years	5 (10.9%)	9 (39.1%)	20.3%	
	21 years and above	39 (84.8%)	6 (25.8%)	65.2%	
Employment status	No	46 (100%)	5 (21%)	73.9%	44.732 (0.000) *
	Yes	0 (0.0%)	18 (78.3%)	26.1%	

Source: Compiled from primary data analysis.

** Significant at 0.05 *mean (age) = 44.9

Figures given in parenthesis are percentage values.

Table 3 highlights the coefficient values and p-values of the binary logit model. The results shows that for Cluster A (opposers) all four demographic variables, viz., age, gender, length of service, as well as education is significant at 0.05 level. Marginal effects were performed to further investigate the effects of the change in demographic variables over the dependent variable for each group. The marginal effect (**Table 4**) of demographic variables, viz., age, length of residence, and

education is significant at 0.05 for Cluster A (opposers) which indicates that a variation in the age of an individual and educational level increases the probability of being an opposer to Casino tourism by 4.55% and 46% respectively, whereas increase in length of residence decreases the probability of being an opposer by 6.45%. The marginal effect of variable gender is significant at 0.01 level and it implies that probability of males being oppose is 28% lower than female residents.

Table 3: Binary logit regression. Variable Coefficient (base category Supporter).

Clusters	Opposers	P value
Age	-6.13	0.013
Gender	0.137	0.024
Length of Residence	1.38	0.001
Education	-0.194	0.023

Source: Compiled from primary data analysis.

Table 4: Marginal effects after Binary logit regression (Variable Coefficients).

Clusters	Opposers	P value
Age	0.0455	0.026
Gender	- 0.281	0.074
Length of Residence	- 0.0645	0.025
Education	0.460	0.001

Source: Compiled from primary data analysis.

5 SUMMARY AND CONCLUSIONS

It has been observed that resident's perception is driven by the benefits they perceive about tourism, if cost outweighs benefits, opposition happens for a tourism venture and vice versa. Findings of this paper are in line with social exchange theory (SET).

Majority of studies carried out in Casino tourism measured resident attitude but failed to analyze the possibility of predicting the change in perception with variations of demographic factors. With this background, present study tried to find out whether there is any relation exists between demographic factors and residents attitude towards Casino tourism and effect of change in demographic variable will have on resident's attitude and to what extent.

First part of the analysis was carried out on the relationship between various demographic factors and attitude towards casino tourism, and the result showed that age, gender, income, education and length of residence has a significant impact on resident's perception about casino tourism. The difference was found insignificant in case of marital status indicating that opinion about casino tourism do not vary between married or single person.

Second part of the analysis was binary logit which was applied to measure the change in cluster membership with unit increase in demographic factors. Furthermore, this research shows that issues like percentage of local people employed in the tourism sector, number of years of residency within

the community determine a different support towards casino tourism.

This provides an insight on how tourism segmentation can be done for improving the residents support for promoting casino tourism. Based on the level of expertise, more training can be given to the residents who wish to be part of casino tourism industry, there by more benefits will be passed on to the local residents making it fulfilling the social obligation of providing more employment as well as improving the quality of life by providing better infrastructure facilities. Though it sounds promising, it is not possible to achieve this goal in the short run, may take few years to establish the credibility in the minds of residents. As stated in the literature, local support is essential for the creation of an enjoyable tourism product and therefore, this research provides a base for successful tourism policies.

Past research has shown the different impacts of tourism on the local community, and the perceptions and attitudes of residents towards tourism, however no research has shown how and how much these perceptions and attitudes change according to a change in the demographic profile of the local community. This research limits to prediction of only supporter and opposer, further research need to be carried to predict a neutral perspective about casinos. Also finding a core reason for opinion and then applying logit model to predict the change could have a wider application in policy formulation and development of casinos based tourism in Goa.

REFERENCES

- AKIS, S., PERISTIANIS, N.; WARNER, J. Residents attitudes to tourism development: The case Cyprus. *Tourism Management*, 17(7), 481-494., 1996.
- ALFONSO, Vargas. Explaining residents attitudes to tourism: Is a universal model possible? *Annals of Tourism Research*, 38(2), 460-480, 2011.
- AP J.; CROMPTON J. L. Residents' strategies in responding to tourism impacts. *Journal of Travel Research* 17(4): 610-616, 1993.
- AP, J. Residents' perceptions on tourism impacts, *Annals of Tourism Research*. 19(4), 665-690, 1992.
- AP, J. Residents' Perceptions Research on the Social Impacts of Tourism. *Annals of Tourism Research*, 17(4), 610-616, 1990.
- BACK, K; LEE, C. Residents Perceptions of Casino Development in Korea: The Kangwon land Casino Case. *UNLV Gaming Research & Review Journal*. 9/2. 45-53, 2005.
- BRAMMER, N, BEECH, J. Use and abuse of tourism: the Goan experience. *Tourism Culture and Communication*, 5, 23-35, 2004.
- BRAYLEY, R., VAR, T.; SHELDON, P. Perceived influence of tourism on social issues. *Annals of Tourism Research*, 17 (2), 284-289, 1990.
- BROUGHAM, J., AND BUTLER, R. A Segmentation Analysis of Resident Attitudes to Social Impacts of Tourism. *Annals of Tourism Research*, 7 (4), 569-90, 1981.
- BUTLER, R. W. The concept of a tourism area cycle of evolution: Implications for the management of resources. *Canadian Geographer*, 24, 5-121, 1980.
- CANEDAY L, ZEIGER J. The social, economic, and environmental costs of tourism to a gambling community as perceived by its residents. *Journal of Travel Research* 20(2): 45-49, 1991.
- CARMICHAEL, B. A Matrix for Resident Attitudes and Behaviours in a Rapidly Changing Tourist Area. *Tourism Management*, 21(6), 601-611, 2000.
- CARMICHAEL, B. Casinos, Communities and Sustainable Economic Development. In *Tourism Recreation and Sustainability*, edited by S.F. McCool and R.N. Moisey. Wallingford: CABI, 217-231, 2001.
- CARMICHAEL, B.A.; PEPPARD, D.M.; BOUDREAU, F.A. Mega resort on my doorstep: local resident attitudes toward Foxwoods casino and casino gambling on nearby Indian reservation land. *Journal of Travel Research* 3(3): 9-16, 1996
- CAVUS, S; TANRISEVDI, A. Residents' Attitudes Toward Tourism Development: A Case Study in Kusadasi, Turkey. *Tourism Analysis*, 7, 259-269, 2003.
- CHHABRA D; GURSOY D. Perceived Impacts of Gambling: Integration of Two Theories. *UNLV Gaming Research & Review Journal*, 11/1. 27-40, 2007.
- CHHABRA, D. Exploring Casino Impact Perceptions of a Unique Population. *UNLV Gaming Research & Review Journal*, 13/1. 45-54, 2009.
- CHHABRA, D; ANDERECK, K. Proposing Perceptions-based Unique Marketing Strategies for Gamblers. *Journal of Travel & Tourism Marketing*. 26(4), 364-382, 2009.
- CHOI, H-S.; SIRAKAYA, E. Measuring residents' attitude toward sustainable tourism: development of sustainable tourism attitude scale. *Journal of Travel Research*, 43(4), 380-394, 2005.
- DAVIS D; ALLEN J; COSENZA R.M. Segmenting Local Residents by their Attitudes, Interests, and Opinions Toward Tourism. *Journal of Travel Research*. 27(2), 2-8, 1988.
- DIEDRICH, A.; GARCIA-BUADES, E. Local perceptions of tourism as indicators of destination Decline. *Tourism Management*, 30(4), 512-521, 2009.
- DOGAN H.Z. Forms of adjustment: sociocultural impacts of tourism. *Annals of Tourism Research* 16(2): 8-13, 1989.
- DOXEY G.V. A causation theory of visitor resident irritants, methodology, and research inferences. In: Sixth Annual Conference *Proceedings* of the Travel Research Association. Travel and Tourism Research Association: San Diego, CA; 195-198, 1975.
- EADINGTON, WR. Impact of casino gambling on the community: comment on Pizam and Pokela. *Annals of Tourism Research* 13(3): 279-285, 1986.
- FISHER, M. New Casino with Las Vegas Style, *The Navhind Times*, May 28th, 2013.
- GIACOPASSI, D; STITT, B. G. Assessing the Impact of Casino Gambling on Crime in Mississippi. *American Journal of Criminal Justice*, 18(1), 117-131, 1994.
- GN, Aam Admi Party Holds Anti Casino Dharna in City, *Goa News*, March 16th 2014
- GUNN, C. A. *Tourism Planning*. 2nd ed. New York: Taylor and Francis, 1988.
- GURSOY, D; JUROWSKI, C; UYSAL, M. Resident's Attitudes: A Structural Modeling Approach. *Annals of Tourism Research*, 29 (1), 79-105, 2002.
- GURSOY, D; RUTHERFORD, D. Host Attitudes Toward Tourism: An Improved Structural Model. *Annals of Tourism Research*, 31(3), 495-516, 2004.
- HAIR, J. F., Back, W. C., BABIN, B. J., ANDERSON, R. E., and TATHAM, R. L. *Multivariate Data Analysis*. Pearson Printice Hall. Upper Saddle River, 2006.
- HALEY J; SNAITH T; MILLER G. The Social Impacts of Tourism: A Case Study of Bath, UK. *Annals of Tourism Research*, 32(3): 647-668, 2005.
- HAM, S; BROWN, D; JANG, S. Proponents and Opponents of Casino Gambling: A Qualitative Choice Model Approach. *Journal of Hospitality and Tourism Research*, 28(4), 391-407, 2004.
- HANAFIAH, M. H; JAMALUDHIN, M. R; ZULKIFY, M. I. Local Community Attitude and Support towards Tourism Development in Tioman Island, Malaysia. *Procedia: Social and Behavioral Sciences*. 105. 792-800, 2013.

- HARALAMBOPOULOUS, N.; PIZAM, A. Perceived impacts of tourism: The case of Samos. *Annals of Tourism Research*, 23(3), 503-526, 1996.
- IBT (2013), Goa's Casinos Contribute Rs 135 Crore Revenue To State Government", *India Business Times*, April 13th 2013.
- JAFARI, J. The Scientification of Tourism. In *Hosts and Guests Revisited: Tourism Issues of the 21st Century*. (V.L. Smith and M. Brent, eds) pp. 28–41, 2001. Cognizant
- JUROWSKI, C. *The interplay of elements affecting resident community resident attitudes toward tourism: a path analytic approach*. Unpublished Ph.D. dissertation, Department of Hospitality and Tourism Management, Virginia Polytechnic Institute and State University, 1994.
- JUROWSKI, C., UYSAL, M.; WILLIAMS D. R. (), A theoretical analysis of resident community resident reactions to tourism. *Journal of Travel Research*, 36(2), 3-11, 1997
- JUROWSKI, C; GURSOY, D. Distance Effect on Residents' Attitudes Towards Tourism. *Annals of Tourism Research*, 31(2), 296-312, 2004.
- KANG, K; LEE, C; YOON, Y; LONG P. T. Resident Perception of the Impact of Limited-Stakes Community-based Casino Gaming in Mature Gaming Communities. *Tourism Management*. 29. 681-69, 2008.
- LANKFORD, S. V. Attitudes and perceptions toward tourism and rural regional development. *Journal of Travel Research*, 31(3), 35-43. 1994
- LANKFORD, S. V.; HOWARD, D. Developing a tourism impact scale attitude. *Annals of Tourism Research*, 21, 121-139. 1994
- LEE, C. K; BACK, K. J. Pre and Post Casino impact of Residents Perception. *Annals of Tourism Research*, 30(4), 868-885, 2003.
- LEE, C.K; BACK, K.J. Examining Structural Relationships among Perceived Impact, Benefit, and Support for Casino Development based on 4 Year Longitudinal Data. *Tourism Management*, 27(3), 466-480, 2006.
- LONG, P. Early Impacts of Limited Stakes Casino Gambling on Rural Community Life. *Tourism Management*, 17(5), 341-353, 1996.
- LONG, P.T.; PERDUE. R. R.; ALLEN, L. Rural resident tourism perceptions and attitudes by Community level of tourism. *Journal of Travel Research*, 28(3), 27-33, 1990.
- MCCOOL, S; MARTIN, S. Community Attachment and Attitudes toward Tourism Development. *Journal of Travel Research*, 32(3), 29-34, 1994.
- MCGHEE, N; ANDERHECK, K. Factors Predicting Rural Residents' Support for Tourism. *Journal of Travel Research*, 43(2), 131-140, 2004.
- MOWFORTH, M.; MUNT, I, *Tourism and Sustainability*. Development and New Tourism in the Third World, 2nd edition (Routledge, London and New York) 2003.
- MUNROE, T. *As Asia Embraces Casinos*, India Hedges its Bets, Reuters, June 24th 2013.
- NAGVENKAR, M., *Is Goa's Casino Industry Fuelling Gambling Addiction*, BBC News, Goa, India, December 6th 2013.
- OHERALDO. *Parrikar Rolls Dice Against Locals*, Team Herald, OHeraldo, March 26th, 2011.
- PERDUE, R. R; LONG. P. T; ALLEN, L. Rural resident tourism perceptions and attitudes. *Annals of Tourism Research*, 14, 420-429, 1987.
- PERDUE, R.R.; LONG, P.T., KANG, Y.S. Resident support for gambling as a tourism development strategy. *Journal of Travel Research* 34(2): 3–11. 1999.
- PEREIRA, A. *Proposed Ban on Entry of Goans Will Hit Onshore Casinos Most: Casino Officials*, Times News Network, January 11th 2014.
- PETRZELKA, P., KRANNICH, R. S., BREHM, J.; TRENTELMAN, C. K. Rural tourism and gendered nuances. *Annals of Tourism Research*, 32(4), 1121–1137, 2005.
- PIZAM A, POKELA J. The perceived impacts of casino gambling on the community. *Annals of Tourism Research* 12(2): 147–165, 1985.
- PRABHUDESAL, S. *The Great Gamblers!*, goanews.com., 25th April, 2010.
- REBELLO, J. *No Kidding: Goa Casinos come with Creches*, Times News Network, January 4th 2014.
- ROEHL, W. S. Quality of Life issues in a Casino Destination. *Journal of Business Research*, 44(3), 223-229, 1999.
- SATYA, J. *Report Claims New Casino Bill Will Affect 90% Players*, Delta Corp Refutes Claims of Residentile Restrictions, Times of India, October 8th 2012.
- SHARMA B; DYER P. A Longitudinal Study of the Residents Perceptions of Tourism Impacts using data from the Sunshine Coast Australia. *PASOS. Revists de Turismo y Patrimonio Cultural*. 10(2). 37-46, 2012.
- SHARMA, B; DYER P. An Investigation of Differences in Resident's Perceptions on the Sinshine Coast: Tourism Impacts and Demographic Variables. *Tourism Geographies*. 11/2. 187-213, 2009.
- SHELDON, P. J.; ABENOJA, T. Resident attitudes in a mature destination: the case of Waikiki. *Tourism Management*, 22(5), 435-443, 2001.
- SHELDON, P. J.; VAR, T. Resident attitudes to tourism in North Wales. *Tourism Management*, 5, 40-47, 1984.
- SMITH M.D.; KRANNICH, R.S. Tourism dependence and resident attitudes. *Annals of Tourism Research* 25(4), 783–801, 1998.
- STITT, B. G; NICHOLS M; GIACOPASSI D. Does the Presence of Casinos increase Crime ? An Examination of Casino Control Communities. *Crime & Delinquency* 49(2), 253-284, 2003.
- TH. *Aam Admi Party Protests Goa's Casino Tourism*, The Hindu, March 16th 2014.
- TNN. *Casinos Making Goa All about Sin and Sex*, Times News Network, March 7th 2014.

- TNN. *NGO's to Demand Scrapping of All Casinos*, Times News Network, April 30th 2012.
- TNT. *Casinos in Goa Attract a Large Number of Tourists*, The Navhind Times, November 5th 2013.
- TNT. *Ngo's Protest against Casinos in Goa*, The Navhind Times, October 2nd 2008.
- TNT. *No More Offshore Casinos In Goa: Parrikar*, The Navhind Times, August 14th 2013.
- TOMLJENović, I. I.; NINKOVIĆ, M. M., BEK-UZAROV, D., STANKOVIĆ, S. J.; KOVACEVIĆ, M. Water phantom backscatter factors for x-rays in the 60 kV to 300 kV region. *Physics in Medicine and Biology*, 44, 2193–2200, 1999.
- TOMLJENOVIC, R; FAULKNER, B. Tourism and older residents in a Sunbelt resort. *Annals of Tourism Research*, 27 (1), 93-114, 1999.
- TOMLJENOVIC, R; FAULKNER, B. Tourism and Older Residents in a Sunbelt Resort." *Annals of Tourism Research*, 27(1): 93-114, 2000b.
- TOMLJENOVIC, R; FAULKNER, B. Tourism and World Peace: A Conundrum for the Twenty-first Century. In B. Faulkner, G. Moscardo, & E. Laws (Eds.), *Tourism in the Twenty-first Century*. London: Continuum. 2000a.
- TRAVIS, A. S. Managing the environmental and cultural impacts of tourism and leisure development. *International Journal of Tourism Management*, 3(3), 256-262, 1982.
- VONG F, McCARTNEY, G. Mapping resident perceptions of gaming impact. *Journal of Travel Research* 44(2), 177–187, 2005.
- VONG F. Gambling attitudes and gambling behavior of residents in Macao: The Monte Carlo of the Orient. *Journal of Travel Research* 42 (3), 271–278, 2004.
- VONG, F. Changes in residents' gambling attitudes and perceived impacts at the fifth anniversary of Macao's gaming deregulation. *Journal of Travel Research* 47 (3), 388–397, 2009.
- VONG, F. Influence of Personal Factors on Macau Residents Gaming Impact Perceptions. *UNLV Gaming Research & Review Journal*, 12(1), 15-28, 2008.
- VONG, F. Perception of Macao Teachers and Students Regarding Gaming Operators Social Responsibility. *UNLV Gaming Research & Review Journal*, 14/1, 1-13, 2010.
- VONG, T.N. Leisure satisfaction and quality of life in Macao, China. *Leisure Studies* 24 (2), 195–207, 2005.
- WANG, Y. A; PFISTER, R. Resident's Attitudes toward Tourism and Perceived Personal Benefits in a Rural Community. *Journal of Travel Research*, 47 (1), 84-93, 2008.
- WILSON, D. Paradoxes of Tourism in Goa. *Annals of Tourism Research*, 24 (1), pp.52-75, 1997.
- ZUBAIR, A. From Hippy Hang-out to Casino Capital. BBC News, Goa. Wednesday, 7th March 2007. Retrieved from <http://news.bbc.co.uk/go/pr/fr/-/2/hi/south_asia/6405881.stm>

ⁱ Earlier version of the paper "Residents Attitudes Towards Casino Tourism Development in Goa" presented at 64th AIEST Conference on "Advances in Tourism Research – Perspectives of Actors, Institutions and Systems", Plzen, Check Republic, 24th-28th August 2014.

GRUPOS DE RESIDENTES DE PUNTA DEL ESTE (URUGUAY) SEGÚN SU ACTITUD HACIA EL TURISMO

María Dolores Sánchez-Fernández*

Daniel Álvarez Bassi**

José Ramón Cardona***

Resumen: Desde los años setenta se han realizado múltiples estudios sobre las actitudes de los residentes, pero muchos consideran a los residentes como un todo homogéneo. Es lógico y razonable esperar variabilidad entre los residentes en cuanto a sus actitudes. En las últimas décadas, pocos estudios han segmentado a los residentes según sus actitudes. El objetivo de este trabajo es segmentar los residentes de Punta del Este y Maldonado (Uruguay) según sus actitudes hacia el turismo. Punta del Este es el principal destino de sol y playa de Uruguay. Se ha realizado un análisis clúster, mediante la técnica de K-medias, sobre una muestra de 360 residentes. Los grupos obtenidos fueron: Partidarios Entusiastas, Proteccionistas y Partidarios con opinión Matizada. El resultado más destacable de este estudio es que, aunque hay distintas posturas entre los residentes, no hay ningún grupo con una actitud de clara oposición al turismo.

Palabras Clave: Actitudes de Residentes. Turismo. Análisis Clúster. Punta del Este. Uruguay.

GROUPS OF RESIDENTS FROM PUNTA DEL ESTE (URUGUAY) ACCORDING TO THEIR ATTITUDE TOWARDS TOURISM

Abstract: Since the seventies, several studies have been conducted on the residents' attitudes but many of them consider residents as a homogeneous whole. It is logical and reasonable to expect variability among residents about their attitudes. In recent decades, few studies have segmented residents according to their attitudes. The aim of this work is to segment the residents of Punta del Este and Maldonado (Uruguay) according to their attitudes toward tourism. Punta del Este is Uruguay's main sun and sand destination. It has been performed a cluster analysis using the technique of K-means over a sample of 360 residents. The groups obtained were Enthusiastic Supporters, Protectionists and Supporters with Nuanced View. The most remarkable result of this study is that although there are different positions among their attitudes regarding the tourists, there is no group of residents with an attitude of clear opposition to tourism.

Keywords: Residents attitudes. Tourism. Cluster Analysis. Punta del Este and Maldonado. Uruguay.

GRUPOS DE RESIDENTES DE PUNTA DEL ESTE (URUGUAY) SEGUNDO SUAS ATITUDES EM RELAÇÃO AO TURISMO

Resumo: Desde os anos setenta muitos estudos têm sido conduzidos sobre as atitudes dos moradores em relação ao turismo, embora muitos deles as considerem como um todo homogéneo. É lógico e razoável esperar que a variabilidade entre os moradores em suas atitudes. Nas últimas décadas poucos estudos têm segmentado os residentes de acordo com as suas atitudes. O objetivo deste trabalho é segmentar os moradores de Punta del Este e Maldonado (Uruguai), de acordo com as suas atitudes em relação ao turismo, tomando como *lócus* Punta del Este, que é o principal destino de sol e praia do Uruguai. Foi realizada uma análise de agrupamento utilizando a técnica de *K-means* em uma amostra de 360 residentes. Os grupos obtidos foram: entusiastas apoiantes, protecionistas e adeptos com vista matizada. O resultado mais notável deste estudo é que, embora existam diferentes posições entre os residentes, não há nenhum grupo com uma atitude de clara de oposição ao turismo.

Palavras-chave: Atitudes de Residentes. Turismo. Análise de Cluster. Punta del Este. Uruguay.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional.

* Doctora por Universidade da Coruña, Master en PRL (UNIR), Master en Sociedad de la Información y del Conocimiento, Licenciada ADE, Licenciada en Investigación y Técnicas de Mercado, Diplomada CCEE en la UOC, Bachelor's Architecture por Bircham University. Profesora e investigadora del área de Organización de Empresas, Departamento de Análisis Económica e ADE, Facultade de Economía e Empresa, Universidade da Coruña. [msanchezf@udc.es]

** Contador Público (Universidad de la República, Uruguay), Máster en Administración de Empresas con Concentración en Marketing (Universidad Católica del Uruguay) y Doctor en Economía y Dirección de Empresas (Universidad de Deusto, España). Coordinador del Centro de Investigaciones en Marketing y Turismo de la Universidad Católica del Uruguay, Punta del Este, Uruguay. Gerente de Gestión de Clientes del Distrito Este de ANTEL (Empresa de Telecomunicaciones). [dalvarez@ucu.edu.uy]

*** Licenciado en Administración y Dirección de Empresas, Licenciado en Economía y Doctor en Economía de la Empresa por la Universitat de les Illes Balears (España). Investigador Colaborador del Grupo de Investigación Dirección y Gestión de Empresas y Destinos Turísticos de la Universitat de les Illes Balears (España). [jramon.cardona@terra.com]

Avaliação cega por pares / Double blind review process – Editor científico / Scientific editor: PhD Thiago D. Pimentel

Recebido em, 17 de maio de 2016; aceito em 16 de agosto, 2016; publicado online em 26 de setembro, 2016.

Received on May 17, 2016; accepted on August 16, 2016; published online on September 26, 2016.

I INTRODUCCIÓN

El turismo depende en gran medida de la buena voluntad de los residentes y el apoyo de la población local es esencial para el buen desarrollo del sector turístico (BESCUVIDES; LEE; MCCORMICK, 2002; GURSOY; JUROWSKI; UYSAL, 2002; FREDLINE; DEERY; JAGO, 2013; JUROWSKI; GURSOY, 2004; RITCHIE; INKARI, 2006; SHARPLEY, 2014; STYLIDIS; TERZIDOU, 2014; TOVAR; LOCKWOOD, 2008; VARGAS; PLAZA; PORRAS, 2009; ZHANG; INBAKARAN; JACKSON, 2006).

Además se encuentra ampliamente reconocido que los planificadores y emprendedores turísticos deben tener en cuenta a la comunidad residente si quieren un desarrollo sostenible (ALLEN; LONG; PERDUE; KIESELBACH, 1988; AP; CROMPTON, 1998; BELISLE; HOY, 1980; BYRD; BOSLEY; DRONBERGER, 2009; GURSOY; CHI; DYER, 2010; NUNKOO; RAMKISSOON, 2012; SHARPLEY, 2014), ya que la reacción de los residentes es importante (WILLIAMS; LAWSON, 2001) y la investigación de las causas de sus actitudes hacia el turismo es un elemento clave para la correcta planificación. Si se conoce el porqué del apoyo u oposición de los residentes, es posible adecuar el desarrollo para minimizar los impactos negativos y maximizar los impactos positivos (WILLIAMS; LAWSON, 2001).

Un amplio conjunto de investigaciones ha centrado sus trabajos en medir actitudes y en evaluar sus relaciones con los impactos percibidos (AKIS; PERISTIANIS; WARNER, 1996; ALMEIDA; BALBUENA; CORTÉS, 2015; ANDERECK; NYAUPANE, 2011; BRIDA; CHIAPPA; MELEDDU; PULINA, 2014; FAULKNER; TIDESWELL, 1997; FRLETA; 2014; GURSOY; CHI; DYER, 2009; HARALAMBOPOULOS; PIZAM, 1996; JUROWSKI; UYSAL; WILLIAMS, 1997; LINDBERG; JOHNSON, 1997; MURPHY, 1985; NEPAL, 2008; NUNKOO; GURSOY, 2012; SHARMA; DYER, 2009; VARGAS; PORRAS; PLAZA, 2014).

Pero en la mayoría de casos, los estudios realizados no tienen entre sus objetivos analizar la heterogeneidad de la población estudiada. Cabe indicar que es lógico considerar que hay una importante heterogeneidad en las actitudes de los residentes, debido a diversos elementos personales: trabajar o no en el sector, ser de la región o no, nivel educativo y cultural, valores personales, etc.

Los estudios que han buscado segmentar los residentes según sus actitudes hacia el turismo (AGUILÓ; ROSSELLÓ, 2005; ANDRIOTIS; VAUGHAN,

2003; BRIDA; OSTI; BARQUET, 2010; BROUGHAM; BUTLER, 1977, 1981; BROUGHAM, 1978; CANAN; HENNESSY, 1989; DAVIS; ALLEN; COSENZA, 1988; EVANS, 1993; FREDLINE; DEERY; JAGO, 2013; FREDLINE; FAULKNER, 2000; GARAU; DÍAZ; GUTIÉRREZ, 2014; MADRIGAL, 1995; MONTERRUBIO; ANDRIOTIS, 2014; RIBEIRO; VALLE; SILVA, 2013; RYAN; MONTGOMERY, 1994; RYAN; SCOTLAND; MONTGOMERY, 1998; SCHROEDER, 1992; SINCLAIR-MARAGH; GURSOY; VIIEGGE, 2015; THYNE; LAWSON, 2001; VAREIRO; REMOALDO; RIBEIRO, 2013; WEAVER; LAWTON, 2001, 2013; WILLIAMS; LAWSON, 2001) han mostrado esta idea al detectar grupos de residentes muy partidarios del turismo conviviendo con otros grupos menos entusiastas o claramente opuestos al desarrollo de este sector (SHARPLEY, 2014).

El objetivo de este trabajo es, por lo tanto, realizar una segmentación de los residentes de Punta del Este y Maldonado según sus actitudes hacia el turismo. Cabe indicar que Punta del Este forma parte del departamento de Maldonado y es el principal destino turístico de sol y playa de la República Oriental del Uruguay y uno de los principales de Sudamérica, estando enfocado a una demanda procedente en su mayoría de Argentina. Punta del Este es considerado uno de los balnearios más exclusivos de América del Sur.

La segmentación realizada mediante el algoritmo de K medias ha permitido generar tres grupos con perfiles claros. Destaca el hecho de que hay diversas posturas respecto al turismo en Punta del Este pero ninguna es claramente contraria al sector turístico. Predomina una postura general de apoyo al sector aunque con diversos grados de matización.

2 REVISIÓN DE LA LITERATURA

La segmentación de la población en grupos parte de la idea de que las personas y sus percepciones no son homogéneas. El objetivo de la segmentación es describir una población en relación a determinados fenómenos mediante su congregación en grupos homogéneos. En este caso más que analizar las respuestas promedio del conjunto de la población se analizan las respuestas promedio de grupos de población o comunidades con una baja variabilidad interna y una alta variabilidad entre grupos (WILLIAMS; LAWSON,

2001). Para definir los segmentos que forman la sociedad se recurre a diversas variables y las más habituales son las demográficas.

Habitualmente los estudios sobre las actitudes de los residentes consideran a la población local como una masa homogénea y se centran en ver como varía la respuesta media de ésta bajo el efecto de diversas variables consideradas con capacidad para alterar las mismas (ALLEN; LONG; PERDUE; KIESELBACH, 1988; MASON; PERDUE; LONG; ALLEN, 1990; ALLEN; HAFER; LONG; PERDUE, 1993; CHEYNE, 2000; BESCULIDES; LEE; MCCORMICK, 2002; GURSOY; JUROWSKI; UYSAL, 2002; TEYE; SIRAKAYA; SÖNMEZ, 2002; PRESENZA; DEL CHIAPPA; SHEEHAN, 2013; BRIDA; CHIAPPA; MELEDDU; PULINA, 2014; FRLETA, 2014; VARGAS; PORRAS; PLAZA, 2014).

Existen modelos que buscan describir la evolución de las actitudes de los residentes, como el de Doxey (1975) y el de Butler (1980). Pero en estos casos se considera que las actitudes son homogéneas en un momento dado y variables en el tiempo. Al considerar factores como edad, idioma, tiempo de residencia y distancia relativa a las zonas turísticas no sorprende observar diferencias (BELISLE; HOY, 1980). Cabe matizar que los estudios que tratan de forma homogénea a los residentes actúan de esta forma debido a que su objetivo es estudiar las relaciones causa efecto que actúan de forma directa o indirecta en la determinación de las actitudes.

La diversidad de opiniones de la sociedad local debe conocerse para una mejor gestión del destino turístico, aunque diversos autores (UM; CROMPTON, 1987; ALLEN; HAFER; LONG; PERDUE, 1993; LANKFORD; HOWARD, 1994; JUROWSKI; UYSAL; WILLIAMS, 1997) respaldan que el residente está predispuesto positivamente ante modelos turísticos necesarios para el desarrollo económico de una comunidad. La segmentación es una aproximación factible a la verdadera situación ideal, que es el análisis de las actitudes concretas de cada individuo.

En las últimas décadas se han realizado algunos estudios empíricos que buscaban segmentar a los residentes, con la finalidad de detectar grupos distintos según su actitud hacia el turístico. Una de las primeras segmentaciones es un estudio realizado en la península de Sleat (Isla de Skye), en Escocia (BROUGHAM, 1978; BROUGHAM; BUTLER, 1977; 1981), con una muestra de 123 individuos.

En el trabajo de Davis, Allen y Cosenza (1988) en Florida se identifican cinco grupos: los "Lovers" (20%), los "Haters" (16%), los "Cautious Romantics" (20%), los "In-Betweeners" (18%) y los "Lovers for a Reason" (26%). Los autores determinan que las variables sociodemográficas no son estadísticamente significativas a excepción del lugar de nacimiento (nacidos en Florida o no) y el conocimiento sobre los impactos de la industria en Florida.

Canan y Hennessy (1989) encuentran sustanciales diferencias entre los residentes agrupados según su actitud hacia el desarrollo turístico en Moloka'i (Hawái), y Schroeder (1992) detecta tres grupos en su estudio de Flagstaff (Arizona).

En el estudio de Evans (1993), realizado con datos de Nueva Zelanda, se identifican cuatro grupos: los "Lovers" (20%) poseen un alto nivel de renta, están casados, poseen trabajo, pertenecen a los Pakeha (neozelandeses descendientes de europeos) y son de mediana edad; los "Haters" (11%) tienen una amplia proporción de personas viudas, divorciadas o separadas, personas sin empleo o retirados y no-Pakeha (Maorís o grupos étnicos del Pacífico); los "Controlled" (32%) son mayoritariamente casados, retirados o con empleo y Pakeha; los "Selfish" (37%) se caracterizan por ser, mayoritariamente, hombres, jóvenes, solteros, estudiantes y no-Pakeha. En este caso se encuentran diferencias estadísticamente significativas en relación a las variables sociodemográficas de los individuos de los distintos grupos.

El trabajo de Ryan y Montgomery (1994) en Bakewell (Inglaterra) se basa en el de Davis, Allen y Cosenza (1988) en Florida y usa una muestra muy reducida. Tres grupos son identificados: los "Enthusiast" (22%), los "Somewhat Irritated" (24%) y los "Middle-of-the-Roaders" (54%). Los autores determinan que las variables sociodemográficas no son estadísticamente significativas a excepción de la presencia de niños en la familia y el tiempo residiendo en la población.

En el estudio de Madrigal (1995) se comparan dos destinos, uno rural (Sedona), con turismo basado en la naturaleza y la artesanía, con un destino urbano (York). En ambos destinos aparecen los mismos tres grupos: los "Haters" (31%), los "Lovers" (13%) y los "Realists" (56%). Los "Realists" son la "mayoría silenciosa" y no muestran interés en participar en debates sobre la planificación turística. Este estudio encuentra mayores diferencias entre los grupos que entre las ciudades.

Ryan, Scotland, y Montgomery (1998) detectan en Rangitikei (Nueva Zelanda) tres grupos de residentes: los "Moderate Enthusiasts" (42,5%), los "Extreme Enthusiast" (17,5%) y los "Cautious Supporters" (40%).

El estudio de Fredline y Faulkner (2000) hace referencia a un acontecimiento, The Gold Coast Indy Car Race (Australia), y determina cinco grupos de residentes en relación a su actitud hacia el evento: los "Ambivalent Supporter (Cautious Romantics)" (29%) viven fuera de la zona afectada por el evento; los "Haters" (15%) está constituido por residentes de edad avanzada que se oponen a la continuidad del evento y viven en la región desde hace más de 20 años; los "Realists"(24%) trabajan en turismo o en sectores con dependencia del turismo; los "Lovers" (23%) son defensores entusiastas del evento; los "Concerned for a Reason" (9%) muestran preocupación por elementos puntuales. También en Gold Coast, Weaver y Lawton (2013) encontraron cuatro grupos: "Supporters" (15,0%), "Conditional supporters" (33,0%), "Conditional opponents" (33,6%) y "Opponents" (18,4%).

El trabajo de Williams y Lawson (2001) analiza las actitudes de los residentes en diez ciudades de Nueva Zelanda (Auckland, Blenheim, Christchurch, Hokitika, Kaikoura, Napier, Queenstown, Rotorua, Taupo y Whangarei). En su estudio detectan cuatro grupos de residentes según su actitud hacia el turismo: los "Lovers" (45%) son personas casadas, con casa propia y con mayor riqueza que el grupo de los "Cynics"; los "Cynics" (10%) son más viejos, tienen menos renta, una menor proporción de personas casadas y de propietarios de viviendas que el resto de la muestra; los "Taxpayers" (25%) se caracterizan por ser residentes que viven en la población desde hace menos de dos años; los "Innocents" (20%) son personas que viven en zonas con muy poca presencia turística.

Thyne y Lawson (2001) realizan un estudio de Southern Lakes Region, en Nueva Zelanda, con una muestra de 1094 encuestas válidas y obtienen cuatro grupos: Lovers (14%), We Miss Out (40%), Self-Interest Supporters (30%) y Critics (16%).

Tamborine Mountain se puede considerar en la fase de desarrollo del modelo de ciclo de vida descrito por Butler (1980). En el estudio de Weaver y Lawton (2001) se detectan tres grupos: los "Supporters" (27%), los "Opponents" (22%) y los "Neutrals" (51%). Los "Opponents" son de edad más avanzada y residen en la región desde hace más tiempo que el

resto de grupos, además el motivo de su llegada a la región se encuentra vinculado con la búsqueda de un lugar tranquilo, de retiro.

En un estudio realizado en Creta con una muestra de 194 hogares, Andriotis y Vaughan (2003) detectan tres grupos: los "Advocates" (42,5%), los "Socially and Environmentally Concerned" (39,5%) y los "Economic skeptics" (18%).

En el estudio de Aguiló y Rosselló (2005) en Baleares (España) aparecen cinco grupos: los "Development Supporters" (11%) son los que creen con más firmeza que gracias al turismo existen más oportunidades económicas y que el balance global es positivo; los "Prudent Developers" (26%) creen que gracias al turismo existen más oportunidades de trabajo, si bien reconocen que el turismo ha generado un cambio importante en la cultura local; los "Ambivalent and Cautious" (24%) presentan una opinión bastante neutral a la hora de valorar los efectos positivos y negativos del turismo, y aunque otorgan un aprobado al balance general su valoración está por debajo de la media; los "Protectionists" (20%) son los que más énfasis ponen en los aspectos negativos del turismo y creen que el balance global es negativo; los "Alternative Developers" (18%) son partidarios de nuevos proyectos y de la organización de eventos.

Brida, Osti y Barquet (2010) detectaron en su estudio de la pequeña comunidad de Folgaria (Italia) cuatro grupos distintos: los "Environmental Supporters" (40%) están de acuerdo con los impactos positivos económicos y socioculturales, y con los impactos negativos medioambientales; los "Development Supporters" (27%) están de acuerdo con los impactos positivos del turismo y en desacuerdo con los impactos negativos; los "Protectionists" (14%) están de acuerdo con los impactos negativos en el medioambiente y en desacuerdo con los impactos positivos; los "Ambivalents" (18%) tienen una postura ambigua en relación a los impactos socioeconómicos y medioambientales.

El estudio de Fredline, Deery y Jago (2013) analiza en dos momentos distintos la percepción de los residentes hacia el Gran Premio de Australia de Fórmula 1. Encontró cinco grupos de residentes: "Very negative" (7,77% antes y 2,34% después), "Negative" (14,08% antes y 7,31% después), "Unconcerned" (40,29% antes y 60,82% después), "Positive" (26,70% antes y 19,88% después) y "Very positive" (11,17% antes y 9,65% después). Detectó una tendencia hacia la moderación en las actitudes tanto positivas como negativas.

Presenza, Del Chiappa y Sheehan (2013), en su estudio de Termoli (Italia), detectaron cuatro grupos: los "activists" (38,9%) tienen un gran apego a la comunidad, los "disenchanted" (23,6%) son escépticos sobre las virtudes del turismo, los "opposers" (19,7%) se oponen al turismo, y los "favorers" (17,8%) son los más favorables.

En Guimarães (Portugal), Vareiro, Remoaldo y Ribeiro (2013) encontraron tres grupos: los "Sceptics" (19%) están muy preocupados por los impactos negativos, los "Moderately Optimistic" (40%) perciben mucho tanto los impactos negativos como los positivos, y los "Enthusiasts" (42%) perciben los impactos positivos pero no los negativos.

En Cabo Verde, Ribeiro, Valle y Silva (2013) encontraron tres grupos: los "optimistic" (55,6%) son muy positivos, los "rational" (17,6%) reconocen los beneficios y costes y los "Indifferent" (26,8%) tienen valoraciones bajas y no muestran interés por el turismo.

Garau, Díaz y Gutiérrez (2014) comparan Tenerife y Mallorca, dos destinos con gran desarrollo turístico, y a partir de una muestra de 487 residentes de Tenerife y 584 de Mallorca realizan un análisis clúster con tres grupos. Los Positivos (39,7%) ven el turismo como una actividad que fomenta los beneficios y son más numerosos en Tenerife (42,3%) que en Mallorca (37,7%). Los Cautos (27,6%) valoran como poco importantes los beneficios y costes generados, aunque consideran que es una actividad económica necesaria, y son más en Tenerife (31,7%) que en Mallorca (24,3%). Los Críticos (32,5%) consideran que los beneficios son poco importantes y amplifican los costes. Los críticos son más abundantes en Mallorca (38,1%) que en Tenerife (26,0%). Mientras que en Tenerife son muchos más los individuos con percepciones positivas que con percepciones negativas, en Mallorca ambos tipos de percepciones se encuentran en equilibrio.

En el estudio de Monterrubio y Andriotis (2014), realizado en referencia a los spring break en Acapulco (México), encontró tres grupos: los "supporters" (26,1%) tienen una alta valoración de los beneficios, los "ambivalents" (41,4%) no están seguros de los beneficios y costes, y los "realistics" (32,5%) reconocen los costes y beneficios.

Los diversos análisis clúster revisados se caracterizan por usar metodologías ligeramente distintas en destinos distintos. Aún así, se pueden observar algunas similitudes en los resultados

obtenidos (Tabla 1). En los estudios se detecta la presencia de dos grupos: los defensores del turismo y los detractores a ultranza. Ambos grupos aparecen siempre, aunque con proporciones distintas.

Los partidarios representan porcentajes de la población que oscilan entre el 11% en los destinos maduros y masificados y el 45% en las áreas que se encuentran en sus fases iniciales. Son los "Lovers" de Davis, Allen y Cosenza (1988), Evans (1993), Fredline y Faulkner (2000), Madrigal (1995) Thyne y Lawson (2001) y Williams y Lawson (2001), los "Enthusiast" de Ryan y Montgomery, los "Supporters" de Monterrubio y Andriotis (2014), Weaver y Lawton (2001), los "Development Supporters" de Aguiló y Rosselló (2005) y Brida, Osti y Barquet (2010), "Favorers" de Presenza, Del Chiappa y Sheehan (2013), "Optimistic" de Ribeiro, Valle y Silva (2013), etc. Este grupo se caracteriza por dar enorme importancia a los impactos positivos generados por el sector y minimizar los impactos negativos. Además reciben o esperan recibir importantes beneficios del turismo.

Los detractores representan porcentajes que oscilan entre el 11% en los destinos incipientes y el 31% en los destinos maduros y masificados. Son los "Haters" de Davis, Allen y Cosenza (1988), Evans (1993), Fredline y Faulkner (2000), y Madrigal (1995), los "Somewhat Irritated" de Ryan y Montgomery (1994), los "Opponents" de Weaver y Lawton (2001), los "Cynics" de Williams y Lawton (2001), los "Critics" de Thyne y Lawson (2001), los "protectionists" de Aguiló y Rosselló (2005) y Brida, Osti y Barquet (2010), "Opposers" de Presenza, Del Chiappa y Sheehan (2013), etc. Este grupo da enorme importancia a los impactos negativos y no consideran que reciban ningún beneficio del sector pero si costes. En general, preferirían que el desarrollo turístico fuera menor o incluso nulo.

A parte de estos dos grupos, siempre presentes, los diversos estudios detectan entre uno y tres grupos más de difícil equiparación entre sí. Los paralelismos son difíciles de realizar debido a las variaciones en la metodología usada. Por ejemplo, el conjunto de variables usadas en cada estudio difiere bastante (entre ocho y 62 variables), los estadísticos usados son similares pero no iguales, etc. (FREDLINE; FAULKNER, 2000). Además las regiones estudiadas poseen importantes diferencias. Estos grupos intermedios suelen estar caracterizados por poseer una postura hacia el turismo y su desarrollo menos clara que en los

dos grupos anteriores aunque siempre tienden hacia posturas generales positivas.

En los destinos turísticos muy consolidados y masificados los individuos con alta percepción de los impactos tanto positivos como negativos y que reconocen la dependencia que posee la región del sector suelen ser uno de los grupos más importantes en volumen. Son en sí mismos la constatación de que

la población residente es consciente de su dependencia económica. El hecho de que estén altamente de acuerdo con los impactos negativos y positivos planteados ha llevado a algunos autores a denominarlos "Realists" (FREDLINE; FAULKNER, 2000; MADRIGAL, 1995). El estudio de Fredline y Faulkner (2000) encuentra paralelismos entre los grupos Haters, Lovers y Realists de Gold Coast y del estudio de Madrigal (1995).

Tabla 1. Comparativa entre los principales estudios.

	Críticos	Sin Opinión Formada	Partidarios Con Opinión Matizada	Partidarios Interesados	Partidarios Entusiastas
Davis <i>et al.</i> (1988)	Haters (16%)	In-betweeners (18%)	Cautious Romantics (20%)	Love'em for a Reason (26%)	Lovers (20%)
Evans (1993)	Haters (11%)		Controlled (32%)	Selfish (37%)	Lovers (20%)
Ryan y Montgomery (1994)	Somewhat Irritated (24%)	Middle-of-the-Roaders (54%)			Enthusiast (22%)
Madrigal (1995)	Haters (31%)		Realists (56%)		Lovers (13%)
Ryan <i>et al.</i> (1998)			Cautious Supporter (40%)	Moderate Enthusiast (42.5%)	Extreme Enthusiast (17.5%)
Fredline y Faulkner (2000)	Haters (15%)	Ambivalent Supporters (29%)	Realists (24%)	Concerned for a Reason (9%)	Lovers (23%)
Weaver y Lawton (2001)	Opponents (22%)	Neutrals (51%)			Supporters (27%)
Williams y Lawson (2001)	Cynics (10%)	Innocents (20%)		Taxpayers (25%)	Lovers (45%)
Thyne y Lawson (2001)	Critics (16%)	We Miss Out (40%)		Self-Interest Supporters (30%)	Lovers (14%)
Andriotis y Vaughan (2003)			Socially and Environmentally Concerned (40%)	Economic Skeptics (18%)	Advocates (42%)
Aguiló y Rosselló (2005)	Protectionists (20%)	Ambivalent and Cautious (24%)	Prudent Developers (26%)	Alternative Developers (18%)	Development Supporters (11%)
Brida <i>et al.</i> (2010)	Protectionists (14%)	Ambivalent (19%)	Environmental Supporters (40%)		Development Supporters (27%)
Fredline <i>et al.</i> (2013)	Very negative (7,8% y 2,3%) Negative (14,1% y 7,3%)	Unconcerned (40,3% y 60,8%)	Positive (26,7% y 19,9%)		Very positive (11,2% y 9,7%)
Prezenza <i>et al.</i> (2013)	Opposers (19,7%)	Disenchanted (23,6%)	Activists (38,9%)		Favorers (17,8%)
Ribeiro <i>et al.</i> (2013)		Indifferent (26,8%)	Rational (17,6%)		Optimistic (55,6%)
Vareiro <i>et al.</i> (2013)	"Sceptics" (19%)		"Moderately Optimistic" (40%)		"Enthusiasts" (42%)
Monterrubio y Andriotis (2014)		Ambivalents (41,4%)	Realistics (32,5%)		Supporters (26,1%)
Garau <i>et al.</i> (2014)	Critical (32,5%)	Cautious (27,6%)			Positive (39,7%)

Fuente: elaboración propia a partir de la revisión de literatura.

En las regiones con un desarrollo turístico escaso o con amplias zonas exentas de presencia turística se detectan grupos más o menos grandes de personas que muestran respuestas confusas (AGUILÓ; ROSSELLÓ, 2005; BRIDA; OSTI; BARQUET, 2010; DAVIS; ALLEN; COSENZA, 1988; FREDLINE; FAULKNER, 2000; GARAU; DÍAZ; GUTIÉRREZ, 2014; RYAN; MONTGOMERY, 1994; THYNE; LAWSON, 2001; WEAVER; LAWTON, 2001; WILLIAMS; LAWSON, 2001). Estas respuestas confusas ocultan en muchos casos una falta de conocimiento de primera mano del sector debido a la falta de contacto con el mismo.

Finalmente cabe destacar que en algunos estudios se detecta un grupo de individuos que se caracterizan por responder en clave personal y no social como en el resto de grupos. Son personas que valoran el desarrollo turístico en relación a lo que reciben y lo que dan a cambio ellos a nivel individual y no tienen en cuenta los efectos globales sobre la sociedad o la región (DAVIS; ALLEN; COSENZA, 1988; EVANS; 1993; RYAN; SCOTLAND; MONTGOMERY, 1998; FREDLINE; FAULKNER, 2000; THYNE; LAWSON, 2001; WILLIAMS; LAWSON, 2001; ANDRIOTIS; VAUGHAN, 2003; AGUILÓ; ROSSELLÓ, 2005). En muchos casos son personas recién llegadas a la región para trabajar en el sector y con poca integración en la comunidad local.

En base al análisis de la repetición de ciertas pautas en los estudios existentes, Ramón y Serra (2015) propusieron la existencia de cinco grupos de residentes cuyo peso en la sociedad dependerá del destino concreto que se analice:

- Los *Partidarios Entusiastas* (hasta el 45%, normalmente entre el 10% y el 25%). Este grupo son las personas con una opinión más favorable, ya que valoran enormemente los impactos positivos e infravaloran los impactos negativos del turismo. Tienen a perder peso en la sociedad al avanzar el desarrollo en favor de los Partidarios con Opinión Matizada y los Críticos.
- Los *Partidarios con Opinión Matizada* (entre el 20% y el 60%). Este grupo puede no estar presente en los inicios, pero aumenta su presencia con el desarrollo turístico. Las opiniones expresadas por este grupo son positivas pero matizadas por el reconocimiento de los impactos negativos.
- Los *Partidarios Interesados* (entre el 10% y el 35%). En este caso se trata de personas que apoyan el turismo por intereses personales. Suelen ser personas inmigrantes llegadas por motivos económicos a la región que llevan un corto periodo de tiempo residiendo y no tienen apego a la comunidad local.

- Los *Críticos* (hasta el 40%, normalmente entre el 10% y el 25%). Suelen ser personas que no perciben de forma directa los beneficios que aporta el turismo, pero si los costes, y que consideran muy grave el cambio cultural y la pérdida de capacidad de decisión sobre el futuro de la región.
- Las personas *Sin Opinión Formada* (entre 0% y 60%). En el inicio del desarrollo turístico este grupo es el mayoritario, pero con el paso del tiempo va reduciéndose debido a que la población incrementa continuamente su implicación en el sector turístico. En los destinos maduros este grupo es inexistente o insignificante al existir un enorme conocimiento del sector que convierte a estos individuos en Críticos o Partidarios, en sus diversas vertientes.

Aun así, Ramón y Serra (2015) indican que no tienen por qué aparecer los cinco grupos. Podrán encontrarse los Partidarios Entusiastas y los Críticos, pero los otros tres grupos pueden aparecer o no.

3 METODOLOGÍA

Los datos utilizados para el análisis clúster corresponden a una encuesta realizada entre junio de 2013 y diciembre de 2014 mediante un procedimiento de muestreo por conveniencia controlando parámetros demográficos como la ocupación, edad, etc. El trabajo de campo se realizó en la conurbación Maldonado-Punta del Este, situada en el sureste de Uruguay. El cuestionario usado contenía ítems con escalas Likert de cinco puntos como opción de respuesta y un conjunto de preguntas sociodemográficas. Se obtuvieron 360 cuestionarios válidos con el perfil demográfico indicado en la Tabla 2. El margen máximo de error dado un nivel de confianza del 95% es del 5,25%.

El 30,4% de la muestra está formada por residentes de Punta del Este y el 69,6% por residentes de Maldonado. El 44,9% de la muestra lleva toda la vida residiendo en la región, siendo mayoritaria la gente llegada de fuera de la región: el 53,3% de la muestra lleva viviendo en Punta del Este o Maldonado desde hace 14,5 años de media y el 1,7% llevan 5,7 temporadas de media desplazándose a trabajar a Punta del Este durante la temporada turística. Aunque la mayoría de la muestra es originaria de fuera de la región, el 59,7% de los residentes se sienten de Punta del Este y Maldonado y sólo el 31,1% no. Cabe indicar que el 98,3% de la muestra tiene como idioma en el

entorno familiar el castellano, indicando que hay gran homogeneidad cultural en la comunidad local. La importancia del sector turístico para la región se percibe en el hecho de que el 60,4% de la muestra

trabaja en contacto con los turistas y, en caso de crisis en el sector, el 26,9% considera que sus ingresos familiares bajarían mucho y el 37,8% considera que bajarían, pero de forma más moderada.

Tabla 2. Perfil demográfico de la muestra.

VARIABLES DEMOGRÁFICAS	FRECUENCIA	PORCENTAJE
Sexo:		
Hombre.	171	47,5%
Mujer.	189	52,5%
Edad:		
Menos de 25.	73	20,3%
25-34.	79	21,9%
35-44.	63	17,5%
45-54.	62	17,2%
55 o más.	83	23,0%
Estudios:		
Estudios Primarios.	18	5,0%
Estudios Secundarios.	159	44,5%
Estudios Universitarios.	180	50,4%
Lugar de nacimiento:		
Punta del Este.	34	9,5%
Maldonado.	102	28,5%
Fuera de Punta del Este y Maldonado.	222	62,0%
Ocupación:		
Asalariado (Empleado).	118	33,3%
Asalariado (Mandos Intermedios).	30	8,5%
Asalariado (Alto Ejecutivo).	26	7,34%
Trabaja para la Administración.	16	4,5%
Empresario (Propietario Empresa).	48	13,6%
Profesional Liberal.	19	5,4%
Labores de la Casa.	20	5,6%
Estudiante.	42	11,9%
Retirado / Jubilado.	34	9,6%
Otros.	1	0,3%
Renta mensual familiar:		
Menos de \$ 30.000	70	20,3%
De \$ 30001 a 50.000	113	32,7%
De \$ 50.000 a 100.000	104	30,1%
Más de \$ 100.000	58	16,8%

Fuente: elaboración propia a partir de la revisión de literatura.

La segmentación de los residentes ha sido realizada mediante una técnica estadística multivariante consistente en un análisis clúster mediante el algoritmo de K medias, en concreto ha sido utilizado el software estadístico SPSS 20. Los seis índices con los que se ha trabajado en el análisis de K medias son: Valoración General Turismo (VGT), Aumentar Número Turistas (ANT), Beneficios Económicos (BEc), Beneficios Generales (BGe),

Costes Generales (CGe) y Grado Ecocentrismo (GEC). Estas variables son constructos compuestos por ítems del cuestionario utilizado y medidos mediante una escala Likert de cinco puntos, siendo 1 "total desacuerdo", 3 "indiferente" y 5 "total acuerdo".

Valoración General Turismo (VGT) mide lo positiva que es la actitud que tienen los residentes hacia el desarrollo turístico. Aumentar Número

Turistas (ANT) mide el grado de apoyo de los residentes a futuros aumentos en el volumen de llegadas de turistas. Beneficios Económicos (BEc) mide el grado de acuerdo con la existencia de beneficios económicos directos para los residentes, en concreto oportunidades de empleo y de creación de empresas o autoempleo. Beneficios Generales (BGe) mide el grado de acuerdo con diversas mejoras en el entorno urbano de los residentes y en los servicios públicos. Costes Generales (CGe) mide el grado de acuerdo con diversos impactos socioculturales considerados generalmente negativos. Grado Ecocentrismo (GEc) mide el grado de acuerdo con la existencia de impactos negativos sobre el entorno medioambiental e implícitamente el grado de ecocentrismo de los residentes. El “ecocentrismo” es un valor personal que considera que el medioambiente tiene valor en sí mismo (GAGNON-THOMPSON; BARTON, 1994). Los individuos con inclinaciones ecocéntricas prefieren que se prime la protección del medioambiente sobre la mejora de la economía (JUROWSKI; UYSAL; WILLIAMS; NOE, 1995; UYSAL; JUROWSKI; NOE; McDONALD, 1994).

4 GRUPOS DE RESIDENTES OBTENIDOS

Punta del Este y Maldonado tienen un enorme peso del turismo dentro de su actividad económica haciendo difícil no percibir los impactos que genera. Como resultado hay un elevado grado de acuerdo con los Beneficios Económicos (puntuación media de 4,42) y una Valoración General Turismo claramente positiva (puntuación media de 4,09). También hay acuerdo con los Beneficios Generales (media de 3,54) y con Aumentar el Número de Turistas (media de 3,61). Finalmente, no existe una postura clara en relación a la percepción de los Costes Generales planteados (media de 2,89) y el conjunto de la muestra sólo se decanta levemente por considerar que el turismo tiene un impacto negativo en el entorno natural, al mostrar una media de 3,27 en el Grado de Ecocentrismo. Se observa que la postura general de la muestra es claramente partidaria del turismo, mostrando elevado grado de acuerdo con los beneficios del turismo y con potenciar su desarrollo futuro, mientras que los costes e impactos negativos no muestran una postura mayoritaria clara, indicando un posible equilibrio entre los que afirman y los que niegan estos impactos.

En el análisis clúster, mediante el algoritmo de K medias, se han obtenido tres grupos con perfiles claramente definidos y las percepciones medias mostradas en la Tabla 3. Los grupos son los Partidarios Entusiastas (36,4% de la muestra), los Proteccionistas (33,6% de la muestra) y los Partidarios con opinión Matizada (30,0% de la muestra). Los tres grupos muestran posturas diferentes hacia el turismo en Punta del Este pero destaca el hecho de que ninguno de los grupos posee posturas claramente contrarias al sector, algo con pocos antecedentes en estudios previos (ANDRIOTIS; VAUGHAN, 2003; RYAN; SCOTLAND; MONTGOMERY, 1998). El perfil demográfico de estos grupos aparece en la Tabla 4 y, aunque no hay grandes diferencias entre los grupos, puede ayudar a crear una imagen de los individuos que componen cada grupo y determinar el motivo de sus actitudes hacia el sector.

El grupo de los Partidarios Entusiastas (36,4%) se caracteriza por mostrar valoraciones muy elevadas de los impactos positivos, especialmente de los beneficios económicos (BEc = 4,44), un importante apoyo a un aumento del número de turistas llegados al destino (ANT = 3,68) y una valoración general muy positiva (VGT = 4,14). En cuanto a los costes generales fruto del turismo, muestran una clara postura de desacuerdo (CGe = 2,41), siendo el único grupo en desacuerdo con la existencia de estos costes. Este grupo es el único con un claro desacuerdo con la existencia de un efecto negativo del turismo sobre el entorno, indicando que predomina una visión antropocéntrica dentro de este grupo (GEc = 2,16). Las valoraciones de los diversos indicadores son similares a la media de la muestra salvo en los costes generales y el grado de ecocentrismo, en donde este grupo muestra un elevado grado de desacuerdo en comparación con los otros grupos.

Los Partidarios Entusiastas son el grupo con más personas nacidas fuera de Punta del Este y Maldonado (66,9%). Por tanto, también son los que en menor medida consideran que llevan toda la vida en Punta del Este y Maldonado (40,0%). Se trata del grupo de residentes con más individuos llegados desde fuera y que, posiblemente, se trasladaron a la región para trabajar en el sector turístico. Ello conlleva que sólo el 60,7% de este grupo se considera de Punta del Este, siendo el porcentaje más bajo de los tres grupos e indicando que es el grupo menos integrado en la sociedad local.

Tabla 3. Valores medios de las variables utilizadas.

	Partidarios Entusiastas N = 131 (36,4%)	Proteccionistas N = 121 (33,6%)	Partidarios con Opinión Matizada N = 108 (30,0%)
Índice Valoración General Turismo (VGT):	4,14	3,75	4,41
- Estoy orgulloso de que tantos turistas quieran visitar y conocer Punta del Este.	4,39	4,17	4,55
- Los efectos positivos superan a los negativos.	4,08	3,52	4,17
- Gracias al turismo tenemos una calidad de vida más elevada.	3,83	3,44	4,30
- Creo que el turismo genera beneficios para todos.	4,27	3,85	4,60
Índice Aumentar Número Turistas (ANT):	3,68	3,00	4,20
- Para mejorar el nivel de bienestar de los residentes es necesario aumentar el número de turistas.	3,36	2,62	3,94
- El número de turistas debería seguir aumentando.	4,00	3,29	4,38
- A partir de ahora, incrementar el número de turistas hacia Punta del Este contribuirá a mejorar la calidad de vida de los residentes.	3,69	3,08	4,29
Índice Beneficios Económicos (BEc):	4,44	4,22	4,62
- Gracias al turismo las oportunidades de trabajo son más elevadas.	4,54	4,35	4,66
- El turismo estimula que haya más empresas interesadas en invertir en Punta del Este	4,43	4,34	4,58
- El turismo incrementa las oportunidades de negocio para los residentes y para la pequeña empresa.	4,35	3,98	4,61
Índice Beneficios Generales (BGe):	3,65	2,80	4,22
- Gracias al turismo podemos tener más y mejores servicios públicos.	3,73	2,75	4,26
- El turismo ha contribuido a que nuestros pueblos y ciudades estén más cuidados, más limpios y tengan mejor aspecto.	3,79	3,18	4,35
- La calidad de los servicios públicos es mejor gracias al turismo.	3,42	2,47	4,04
Índice Costes Generales (CGe):	2,41	3,25	3,06
- El turismo es la causa de la pérdida de nuestras costumbres y de nuestra identidad.	2,06	2,92	2,73
- Debido al turismo debemos pagar unos impuestos y unas tasas municipales más elevadas	2,96	3,72	3,51
- El turismo ha provocado una inmigración masiva y esto ha producido un conflicto cultural entre inmigrantes y residentes	2,45	3,25	3,19
- El turismo ha generado conflictos por las diferencias culturales entre turistas y residentes.	2,15	3,09	2,82
Índice Grado Ecocentrismo (GEc):	2,16	4,07	3,70
- El turismo ha contribuido a la degradación medioambiental de Punta del Este.	1,94	3,92	3,48
- El turismo ha provocado la saturación de ciertos espacios naturales.	2,38	4,21	3,92

Fuente: elaboración propia a partir de la revisión de literatura.

Tabla 4. Perfil demográfico de los grupos.

	Partidarios Entusiastas N = 131 (36,4%)	Proteccionistas N = 121 (33,6%)	Partidarios con Opinión Matizada N = 108 (30,0%)
Sexo:			
Hombre	51,1%	39,7%	51,9%
Mujer	48,9%	60,3%	48,1%
Nivel de Estudios:			
Estudios primarios	6,2%	6,7%	1,9%
Estudios secundarios	40,8%	44,2%	48,6%
Estudios universitarios	52,3%	49,2%	49,5%
Lugar de nacimiento:			
Punta del Este	8,5%	11,7%	8,3%
Maldonado	24,6%	33,3%	27,8%
Fuera de Punta del Este y Maldonado	66,9%	55,0%	63,9%
Lugar de Residencia:			
Punta del Este	31,2%	29,3%	30,8%
Maldonado	68,8%	70,7%	69,2%
Ocupación Principal:			
Empleado	35,2%	33,3%	31,1%
Empleado (mandos intermedios)	7,0%	10,8%	7,5%
Empleado (Alto ejecutivo)	5,5%	1,7%	16,0%
Empleado público	5,5%	3,3%	4,7%
Empresario (propietario de empresa)	14,1%	8,3%	18,9%
Profesional liberal	7,0%	4,2%	4,7%
Labores de casa	4,7%	10,8%	0,9%
Estudiante	10,9%	16,7%	7,5%
Retirado/jubilado	9,4%	10,8%	8,5%
Otros	0,8%	0,0%	0,0%
Trabaja en contacto con los turistas:			
Sí	61,4%	52,5%	68,2%
No	38,6%	47,5%	30,8%
Ingresos netos familiares mensuales:			
Menos de \$ 30.000	23,6%	20,9%	15,9%
De \$ 30.001 a 50.000	31,7%	30,4%	36,4%
De \$ 50.001 a 100.000	28,5%	33,0%	29,0%
Más de 100.000	16,3%	15,7%	18,7%
Efecto de una crisis en los ingresos familiares:			
Bajarían mucho	25,2%	19,5%	37,0%
Bajarían	36,6%	36,4%	40,7%
No cambiarían	38,2%	44,1%	22,3%

Fuente: elaboración propia a partir de la revisión de literatura.

El grupo de los Proteccionistas (33,6%) se caracteriza por su gran preocupación por el medio

ambiente, siendo los que poseen mayor grado de ecocentrismo ($G_{Ec} = 4,07$), y el grado de acuerdo más

elevado con los costes generales (CGe = 3,25). Son críticos pero no muestran una oposición clara al sector. Reconocen los beneficios económicos (BEc = 4,22), ya que son muy perceptibles, y por tanto tienen una postura general favorable al sector (VGT = 3,75), pero son las valoraciones más bajas de la muestra. Muestran posturas de indiferencia con la posibilidad de aumentar la llegada de turistas (ANT = 3,00) y de ligero desacuerdo con los beneficios generales (BGe = 2,80). Este grupo se caracteriza por las valoraciones más bajas de los impactos positivos, no existiendo acuerdo con los beneficios generales y con la posibilidad de aumentar la llegada de turistas, y posee los grados de acuerdo más elevados con los costes percibidos y con la preocupación por el medioambiente. Los valores de los diversos índices utilizados hacen suponer que la valoración general positiva que tienen los miembros de este grupo se debe casi en su totalidad a los beneficios económicos generados por el turismo: empleo, inversión en la región y oportunidades empresariales.

En cuanto al perfil demográfico, este grupo se caracteriza por una mayor presencia de mujeres y un mayor porcentaje de personas pertenecientes a alguna asociación (9,2%). Es el grupo con más personas nacidas en la región (45,0%) y que consideran que llevan toda la vida viviendo en Punta del Este o Maldonado (52,9%). Ello implica que el 68,8% de este grupo se considere de Punta del Este o Maldonado. Este grupo se caracteriza por una menor presencia de altos ejecutivos (1,7%) y empresarios (8,3%) y una mayor presencia de mandos intermedios (10,8%), amas de casa (10,8%), estudiantes (16,7%) y personas retiradas o jubiladas (10,8%). Es el grupo con menos contacto con los turistas y sólo el 52,5% de sus integrantes trabajan en el sector turístico. Las puntuaciones de este grupo son menos favorables al desarrollo del sector que el resto de la muestra posiblemente por estar compuesto por residentes con menos contacto con los turistas, como las amas de casa, los estudiantes (el 47,5% de los estudiantes encuestados se concentran en este grupo) o los jubilados, y menor dependencia económica del turismo, ya que el 44,1% de la muestra considera que sus ingresos familiares no cambiarían si se produjera una crisis en el sector.

El grupo de los Partidarios con Opinión Matizada (30,0%) posee un elevado contacto con el sector turístico que se traduce en elevados grados de acuerdo con todos los indicadores planteados. Poseen los grados de acuerdo más elevados tanto con los beneficios económicos (BEc = 4,62) como con los

beneficios generales (BGe = 4,22). Ello conlleva que también posean la valoración general del turismo más alta de los tres grupos (VGT = 4,41) y el mayor grado de apoyo a un aumento del número de turistas que llegan al destino (ANT = 4,20). Los elevados grados de acuerdo con los impactos positivos y el desarrollo del sector se ve complementado por una postura que no muestra ni acuerdo ni desacuerdo con los costes (CGe = 3,06) y un nivel de preocupación por los impactos medioambientales cercano al de los proteccionistas (GEC = 3,70). El resultado es un grupo caracterizado por el más elevado grado de acuerdo con los elementos positivos del turismo y con el desarrollo del mismo, completado con una percepción de los impactos negativos similar a la del grupo de los proteccionistas. Es un grupo que algunos denominarían racionales por ser ampliamente conscientes de lo bueno y malo del turismo, pero esta denominación implicaría considerar al resto de los residentes poco racionales por sus valoraciones del sector, cuando en realidad las diversas valoraciones de los residentes se deben a distintas situaciones personales.

En cuanto al perfil demográfico, los Partidarios con Opinión Matizada son el grupo con mayor nivel de estudios formales: el 49,5% posee estudios universitarios, el 48,6% estudios secundarios y sólo el 1,9% estudios primarios. El 68,0% de sus integrantes se consideran de Punta del Este o Maldonado. En cuanto a la ocupación principal: el 65,1% del total de los altos ejecutivos entrevistados pertenecen a este grupo; el 41,7% de los empresarios se ubican en este grupo, y es el grupo con menos amas de casa, estudiantes y jubilados. El 68,2% de los integrantes de este grupo trabajan en el sector turístico. Es el grupo con mayor nivel de ingresos, siendo el grupo con más individuos en el grupo de más de \$ 100.000 (18,7%) y con menos individuos en el de menos de \$ 30.000 (15,9%). A su vez, este grupo es el que considera que se vería más afectado en caso de un fuerte retroceso de la actividad turística: el 77,7% declara que sus ingresos bajarían (40,7%) o bajarían mucho (37,0%) y sólo el 22,3% considera que sus ingresos no cambiarían en caso de crisis en el sector. El perfil demográfico muestra que es el grupo con mayor nivel de estudios, con más ejecutivos y empresarios, con más contacto con el sector turístico y con mayor renta media, la cual está vinculada de forma muy fuerte al turismo.

Aunque no hay diferencias muy grandes entre los tres grupos, parecen abundar en el grupo de los Partidarios Entusiastas las personas llegadas desde fuera del destino para trabajar y vivir en la región, que

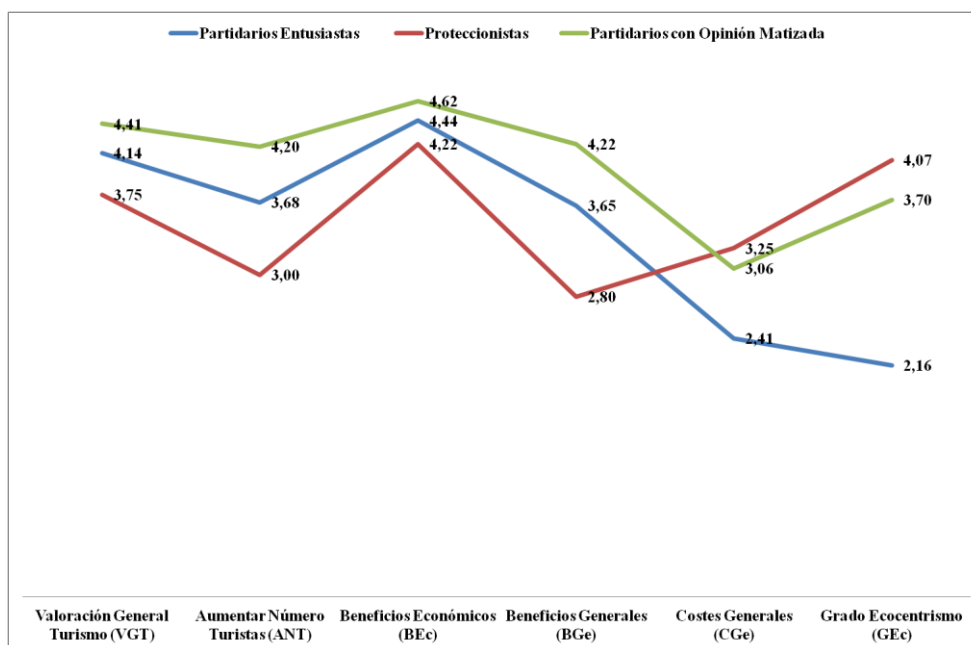
trabajan en contacto con los turistas pero en ocupaciones que les aportan rentas menores a la media. En el grupo de los Proteccionistas destaca la presencia de personas originarias del lugar y con ocupaciones no vinculadas directamente al turismo. Los Partidarios con Opinión Matizada destacan por la mayor presencia de empresarios y ejecutivos vinculados al turismo, con rentas superiores a la media.

5 DISCUSIÓN Y CONCLUSIONES

La valoración global que realizan los residentes de Punta del Este y Maldonado encuestados en esta investigación es positiva. Muestran elevados grados de acuerdo tanto con los beneficios económicos como en la valoración general (medias superiores a 4). También hay acuerdo con los beneficios generales y con aumentar la llegada de turistas (medias superiores a 3,5). En cuanto a los impactos adversos, hay un ligero acuerdo con los de tipo medioambiental pero no con los socioculturales. Posiblemente, la falta de acuerdo con los socioculturales se deba a que el principal destino emisor de turistas hacia Punta del Este es

Argentina, un país con mínimas diferencias sociales y culturales con Uruguay. Esta situación es muy distinta de lo que ocurre en regiones como Europa o Asia, en donde existen importantes diferencias culturales (idioma, tradiciones, gastronomía, etc.) entre los distintos países e incluso entre regiones de un mismo país. Al no existir diferencias culturales significativas entre la población residente, los inmigrantes y los turistas, no se perciben cambios sociales tan importantes por efecto del desarrollo turístico. Por tanto, en el caso de Punta del Este, de los tres principales elementos que pueden generar oposición al sector (masificación, pérdida de cultura y tradiciones, y deterioro del entorno) uno quedaría neutralizado en gran parte gracias a las características del turismo desarrollado. El hecho de que existan importantes apoyos a seguir aumentando el volumen de turistas indica que aún no es importante la sensación de masificación del destino o de lo contrario no existirían dichos apoyos. En cuanto al tercer problema, el entorno medioambiental, entre parte de la población hay la percepción de que ha sufrido impactos negativos, siendo el elemento que puede generar actitudes adversas a más corto plazo.

Figura 1. Perfil de los grupos generados.



Fuente: elaboración propia a partir de la revisión de literatura.

En el análisis clúster se han obtenido tres grupos (Figura 1): los Partidarios Entusiastas reconocen los

elementos positivos del turismo pero no los negativos; los Proteccionistas reconocen los impactos

negativos y los beneficios económicos pero no apoyan un aumento de la llegada de turistas ni la existencia de mejoras en el entorno urbano y los servicios públicos; los Partidarios con Opinión Matizada poseen un elevado reconocimiento tanto de los impactos positivos como de los negativos. Ninguno de los tres grupos posee posturas claramente contrarias al desarrollo turístico, pero cabe indicar que los Proteccionistas poseen valoraciones neutras en algunos elementos positivos y el mayor grado de acuerdo con los elementos negativos.

Al comparar los resultados con el modelo teórico propuesto por Ramón y Serra (2015) parece que los Partidarios Entusiastas de Punta del Este contienen a los posibles Partidarios Interesados que pudieran existir y los Proteccionistas serían un grupo precrítico.

Posiblemente, el hecho de existir pocos impactos socioculturales negativos en la región haya ayudado a que las valoraciones de los Proteccionistas no sean claramente negativas al turismo. Aun así, existe el riesgo de que en el futuro, si aumentan los impactos negativos, parte o la totalidad de este grupo forme un grupo de residentes críticos con el sector e inicien una oposición al turismo y los empresarios.

Por tanto, sería recomendable tomar medidas preventivas para evitar un empeoramiento de las actitudes de los residentes:

- Concretar los impactos negativos en el entorno natural más preocupantes para los residentes y tenerlos en cuenta en la gestión del destino y la futura planificación turística. La finalidad sería reducir al máximo los impactos negativos sobre el medioambiente. Acciones como declarar zonas protegidas, planificar importantes zonas verdes en las zonas urbanas o políticas de reciclaje de agua, eficiencia energética y energías renovables, siempre acordado con los residentes, pueden resultar acciones importantes en este sentido.
- Concretar, en colaboración con los residentes, el máximo de turistas que resultaría asumible por la población. En especial el máximo de personas presentes en la región en un momento dado. El objetivo sería evitar puntas de turistas que generen saturación del entorno y agobio a residentes y turistas. Una vez determinada la capacidad máxima, acciones como limitar las plazas legales y controles para evitar las plazas ilegales o legales pueden permitir aplicar dicho límite de capacidad sin recurrir a políticas que impliquen transmitir la imagen de que los turistas no son bienvenidos.

- Finalmente, es necesario fomentar una continua reinversión en mejoras de la oferta turística para evitar la obsolescencia y que se deterioren los beneficios económicos que aporta el turismo. Mantenimiento de las infraestructuras públicas, y reformas y modernizaciones de hoteles, restaurantes y locales de ocio, son las principales acciones en este sentido, junto a una correcta planificación de las acciones de comunicación.

Cabe indicar que dichas acciones, en el caso de Punta del Este y dados los resultados del estudio, tendrían más una finalidad preventiva que correctiva. Estas acciones buscarían evitar que se repitieran en este destino problemas y polémicas que se dan en otros destinos como en el caso de Baleares (España).

REFERÊNCIAS

- AGUILÓ, E.; ROSSELLÓ, J. Host Community Perceptions. A Cluster Análisis. *Annals of Tourism Research*, 32(4), 925-941, 2005.
- AKIS, S.; PERISTIANIS, N.; WARNER, J. Residents' attitudes to tourism development: the case of Cyprus. *Tourism Management*, 17(7), 481-494, 1996.
- ALLEN, L. R.; HAFER, H. R.; LONG, P. T.; PERDUE, R. R. Rural residents' attitudes toward recreation and tourism development. *Journal of Travel Research*, 32(4), 27-33, 1993.
- ALLEN, L. R.; LONG, P. T.; PERDUE, R. R.; KIESELBACH, S. The impact of tourism development on residents' perceptions of community life. *Journal of Travel Research*, 27(1), 16-21, 1988.
- ALMEIDA, F.; BALBUENA, A.; CORTÉS, R. Resident's attitudes towards the impacts of tourism. *Tourism Management Perspectives*, 13, 33-40, 2015.
- ANDERHECK, K. L.; NYAUPANE, G. Exploring the nature of tourism and quality of life perceptions among residents. *Journal of Travel Research*, 50(3), 248-260, 2011.
- ANDRIOTIS, K.; VAUGHAN, R. D. Urban residents' attitudes toward tourism development: the case of Crete. *Journal of Travel Research*, 42(2), 172-185, 2003.
- AP, J.; CROMPTON, J. L. Developing and testing a tourism impact scale. *Journal of Travel Research*, 37(2), 120-130, 1998.
- BELISLE, F. J.; HOY, D. R. The perceived impact of tourism by residents: A case study in Santa María, Colombia. *Annals of Tourism Research*, 7(1), 83-101, 1980.
- BESCUVIDES, A.; LEE, M.; McCORMICK, P. Resident's perceptions of the cultural benefits of tourism. *Annals of Tourism Research*, 29(2), 303-319, 2002.
- BRIDA, J. G.; CHIAPPA, G. D.; MELEDDU, M.; PULINA, M. A comparison of residents' perceptions in two cruise

- ports in the Mediterranean sea. *International Journal of Tourism Research*, 16(2), 180-190, 2014.
- BRIDA, J. G.; OSTI, L.; BARQUET, A. Segmenting Resident Perceptions towards Tourism - a Cluster Analysis with a Multinomial Logit Model of a Mountain Community. *International Journal of Tourism Research*, 12(5), 591-602, 2010.
- BROUGHAM, J. E.; BUTLER, R. W. *The social and cultural impact of tourism: A case study of Sleat, Isle of Skye*, Edinburgh: Scottish Tourist Board, 1977.
- BROUGHAM, J. E.; BUTLER, R. W. A segmentation analysis of resident attitudes to the social impact of tourism. *Annals of Tourism Research*, 8(4), 569-590, 1981.
- BROUGHAM, J. E. *Resident attitudes towards the impact of tourism in Sleat*, Tesis doctoral, University of Western Ontario (Canada), 1978.
- BUTLER, R. W. The concept of a tourist area cycle of evolution: Implications for the management of resources. *The Canadian Geographer*, 24(1), 5-12, 1980.
- BYRD, E. T.; BOSLEY, H. E.; DRONBERGER, M. G. Comparisons of stakeholder perceptions of tourism impacts in rural eastern North Carolina. *Tourism Management*, 30(5), 693-703, 2009.
- CANAN, P.; HENNESSY, M. The growth machine, tourism and the selling of culture. *Sociological Perspectives*, 32, 227-243, 1989.
- DAVIS, D.; ALLEN, J.; COSENZA, R. M. Segmenting local residents by their attitudes, interests and opinions toward tourism. *Journal of Travel Research*, 27(2), 2-8, 1988.
- DOXEY, G. V. A causation theory of visitor-resident irritants: methodology and research inferences. *Conference Proceedings: Sixth Annual Conference of Travel and Tourism Research Association* (San Diego), 195-198, 1975.
- EVANS, T. R. *Resident's perceptions of tourism in selected New Zealand communities: a segmentation study*, Disertación de Master, Dunedin: Dept. of Commerce, University of Otago, 1993.
- FAULKNER, B.; TIDESWELL, C. A. Framework for monitoring community impacts of tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 5(1), 3-28, 1997.
- FREDLINE, E.; FAULKNER, B. Host community reactions: a cluster analysis. *Annals of Tourism Research*, 27(3), 763-784, 2000.
- FREDLINE, L.; DEERY, M.; JAGO, L. A longitudinal study of the impacts of an annual event on local residents. *Tourism Planning & Development*, 10(4), 416-432, 2013.
- FRLETA, D. S. Island destinations' tourism offer-tourists' vs. residents' attitudes. *Tourism and Hospitality Management*, 20(1), 1-14, 2014.
- GAGNON-THOMPSON, S. C.; BARTON, M. A. Ecocentric and anthropocentric attitudes toward the environment. *Journal of Environmental Psychology*, 14, 149-157, 1994.
- GARAU, J. B.; DÍAZ, R. J.; GUTIÉRREZ, D. Residents' perceptions of tourism impacts on island destinations: A comparative analysis. *International Journal of Tourism Research*, 16(6), 578-585, 2014.
- GURSOY, D.; CHI, C. G.; DYER, P. An examination of locals' attitudes. *Annals of Tourism Research*, 36(4), 715-734, 2009.
- GURSOY, D.; CHI, C. G.; DYER, P. Locals' attitudes toward mass and alternative tourism: The case of Sunshine Coast, Australia. *Journal of Travel Research*, 49(3), 381-394, 2010.
- GURSOY, D.; JUROWSKI, C.; UYSAL, M. Resident attitudes: a structural Modeling Approach. *Annals of Tourism Research*, 29(1), 79-105, 2002.
- HARALAMBOPOULOS, N.; PIZAM, A. Perceived impacts of tourism: the case of Samos. *Annals of Tourism Research*, 23(3), 503-526, 1996.
- JUROWSKI, C.; GURSOY, D. Distance effects on residents' attitudes toward tourism. *Annals of Tourism Research*, 31(2), 296-312, 2004.
- JUROWSKI, C.; UYSAL, M.; WILLIAMS, R. D. A theoretical analysis of host community resident reactions to tourism. *Journal of Travel Research*, 36(2), 3-11, 1997.
- JUROWSKI, C.; UYSAL, M.; WILLIAMS, R. D.; NOE, F. P. An examination of preferences and evaluations of visitors based on environmental attitudes: Biscayne Bay National Park. *Journal of Sustainable Tourism*, 3(2), 73-86, 1995.
- LANKFORD, S. V.; HOWARD, D. R. Developing a tourism impacts attitude scale. *Annals of Tourism Research*, 21(1), 121-139, 1994.
- LINDBERG, K.; JOHNSON, R. L. Modeling residents attitudes toward tourism. *Annals of Tourism Research*, 24(2), 402-424, 1997.
- MADRIGAL, R. Residents' perceptions and the role of government. *Annals of Tourism Research*, 22(1), 86-102, 1995.
- MASON, P.; CHEYNE, J. Resident's attitudes to proposed tourism development. *Annals of Tourism Research*, 27(2), 391-411, 2000.
- MONTEERRUBIO, J. C.; ANDRIOTIS, K. Social representations and community attitudes towards spring breakers. *Tourism Geographies*, 16(2), 288-302, 2014.
- MURPHY, P. E. *Tourism: A community approach*, New York, Routledge, 1985.
- NEPAL, S. Residents' attitudes to tourism in central British Columbia, Canada. *Tourism Geographies*, 10(1), 42-65, 2008.
- NUNKOO, R.; GURSOY, D. Residents' support for tourism: an identity perspective. *Annals of Tourism Research*, 39(1), 243-268, 2012.
- NUNKOO, R.; RAMKISSOON, H. Power, trust, social exchange and community support. *Annals of Tourism Research*, 39(2), 997-1023, 2012.
- PERDUE, R. R.; LONG, P. T.; ALLEN, L. Resident support for tourism development. *Annals of Tourism Research*, 17(4), 586-599, 1990.
- PRESENZA, A.; DEL CHIAPPA, G.; SHEEHAN, L. Residents' engagement and local tourism governance in

- maturing beach destinations: evidence from an Italian case study. *Journal of Destination Marketing and Management*, 2(1), 22-30, 2013.
- RAMÓN, J.; SERRA, A. Segmentando residentes según sus actitudes: Revisión de la literatura. *PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 13(4), 837-848, 2015.
- RIBEIRO, M. A.; VALLE, P. O.; SILVA, J. A. Residents' attitudes towards tourism development in Cape Verde islands. *Tourism Geographies*, 15(4), 654-679, 2013.
- RITCHIE, B. W.; INKARI, M. Host community attitudes toward tourism and cultural tourism development: The case of the Lewes District, Southern England. *International Journal of Tourism Research*, 8(1), 27-44, 2006.
- RYAN, C.; MONTGOMERY, D. The attitudes of Bakewell residents to tourism and numbers in community responsive tourism. *Tourism Management*, 15(5), 358-369, 1994.
- RYAN, C.; SCOTLAND, A.; MONTGOMERY, D. Resident attitudes to tourism development-A comparative study between the Rangitikei, New Zealand and Bakewell, United Kingdom. *Progress in Tourism and Hospitality Research*, 4(2), 115-30, 1998.
- SCHROEDER, T. Host community perceptions of tourism's impacts: A cluster analysis. *Visions in Leisure and Business*, 10(4), 43-48, 1992.
- SHARMA, B.; DYER, P. An investigation of differences in residents' perceptions on the Sunshine Coast: tourism impacts and demographic variables. *Tourism Geographies*, 11(2), 187-213, 2009.
- SHARPLEY, R. Host perceptions of tourism: A review of the research. *Tourism Management*, 42, 37-49, 2014.
- SINCLAIR-MARAGH, G.; GURSOY, D.; VIERGE, M. Residents' perceptions toward tourism development: A factor-cluster approach. *Journal of Destination Marketing and Management*, 4(1), 36-45, 2015.
- STYLIDIS, D.; TERZIDOU, M. Tourism and the economic crisis in Kavala, Greece. *Annals of Tourism Research*, 44, 210-226, 2014.
- TEYE, V.; SIRAKAYA, E.; SÖNMEZ, S. F. Resident's attitudes toward tourism development. *Annals of Tourism Research*, 29(3), 668-688, 2002.
- THYNE, M.; LAWSON, R. Research Note: Addressing tourism public policy issues through attitude segmentation of host communities. *Current Issues in Tourism*, 4(2-4), 392-400, 2001.
- TOVAR, C.; LOCKWOOD, M. Social impacts of tourism: An Australian regional case study. *International Journal of Tourism Research*, 10(4), 365-378, 2008.
- UM, S.; CROMPTON, J. L. Measuring resident's attachment levels in a host community. *Journal of Travel Research*, 26(1), 27-29, 1987.
- UYVAL, M.; JUROWSKI, C.; NOE, F. P.; MCDONALD, C. D. Environmental attitude by trip and visitor characteristics: US Virgins Islands National Park. *Tourism Management*, 15(4), 284-294, 1994.
- VAREIRO, L. M. C.; REMOALDO, P. C.; RIBEIRO, J. A. C. Residents' perceptions of tourism impacts in Guimarães (Portugal): A cluster analysis. *Current Issues in Tourism*, 16(6), 535-551, 2013.
- VARGAS, A.; PLAZA, M. A.; PORRAS, N. Understanding residents' attitudes toward the development of industrial tourism in a former mining community. *Journal of Travel Research*, 47(3), 373-387, 2009.
- VARGAS, A.; PORRAS, N.; PLAZA, M. A. Residents' attitude to tourism and seasonality. *Journal of Travel Research*, 53(5), 581-596, 2014.
- WEAVER, D. B.; LAWTON, L. J. Resident perceptions in the urban-rural fringe. *Annals of Tourism Research*, 28(2), 439-458, 2001.
- WEAVER, D. B.; LAWTON, L. J. Resident perceptions of a contentious tourism event. *Tourism Management*, 37, 165-175, 2013.
- WILLIAMS, J.; LAWSON, R. Community issues and resident opinions of tourism. *Annals of Tourism Research*, 28(2), 269-290, 2001.
- ZHANG, J.; INBAKARAN, R.; JACKSON, M. Understanding community attitudes towards tourism and hostguest interaction in the urban-rural border region. *Tourism Geographies*, 8(2), 182-204, 2006.

CIUDADES AMURALLADAS DEL SIGLO XXI: PRODUCCIÓN DEL ESPACIO Y COLONIALIDAD EN EL TURISMO DE PLAYA INTRAMUROS EN GUANACASTE, COSTA RICA

Esteban Barboza Núñez

Resumen: El artículo propone la existencia de una relación entre el discurso colonial, la matriz colonial de poder, y la concepción y desarrollo espacial en el turismo, específicamente el de sol y playa, en la provincia de Guanacaste, Costa Rica. Se argumenta que la producción del espacio turístico, específicamente a partir del desarrollo inmobiliario que se dio en la región a finales del siglo XX y principios del XXI, tiene paralelismos palpables con la producción de la ciudad y los espacios coloniales, tanto a partir de la colonización española en América, como la de otras potencias europeas en continentes como Asia y África. Se estipula que el espacio se produce a partir de su conceptualización y su representación, tanto en leyes y edictos, como en literatura de viajes, y se compara los modos en que el discurso colonial produjo el espacio con la manera en que el espacio en Guanacaste ha sido ideado y utilizado en la era del turismo. Al mismo tiempo, se señalan los desplazamientos y las exclusiones de poblaciones locales que este tipo de producción espacial ha generado en la provincia, y la importancia de las representaciones a la hora de tratar de generar una industria turística más incluyente y armoniosa.

Palabras claves: Colonialidad. Producción del espacio. Turismo. Costa Rica.

WALLED CITIES OF THE XXI CENTURY: SPACE PRODUCTION AND COLONIALITY IN THE BEACH TOURISM IN GUANACASTE, COSTA RICA

Abstract: The article proposes the existence of a relationship among colonial discourse, colonial matrix of power, and the conception and development of space in tourism, specifically, the one related to sun and beach, in the province of Guanacaste, Costa Rica. The paper argues that there are parallelisms between the production of touristic space at the end of the 20th and the beginning of the 21st century in Guanacaste, and the way space was produced in colonial contexts, both in Spanish colonialism in the Americas, as in that of other colonial powers in continents such as Asia and Africa. The study sustains the idea that space is produced through the way it is conceptualized and represented, and sustains that the representation and conceptualization of space in Guanacaste is similar to the way it has been represented and produced in colonial discourse. Also, the article points out some of the consequences of such ways of producing space, such as social exclusion and deterritorialization of native communities, as well as the importance of stressing the way objects are represented in order to generate more inclusive ways of tourism development.

Keywords: Coloniality. Space production. Tourism. Costa Rica.

CIDADES AMURALHADAS DO SÉCULO XXI: PRODUÇÃO DO ESPAÇO E COLONIALIDADE NO TURISMO DE PRAIA INTRAMUROS EM GUANACASTE, COSTA RICA

Resumo: O artigo propõe a existência de relação entre o discurso colonial, a matriz de poder colonial e a concepção de desenvolvimento do espaço no turismo, especificamente aquele relacionado ao turismo de sole praia, na província de Guanacaste, Costa Rica. Argumenta-se que há uma existência de paralelismos entre a produção do espaço turístico, no final do século XX e início do século XXI em Guanacaste, e o modo como o espaço foi produzido no contexto colonial, em ambos os casos do colonialismo nas Américas, assim como naqueles do poder colonial exercido na Ásia e na África. O estudo sustenta a ideia de que o espaço produzido, através do modo como é representado e conceitualizado, em Guanacaste, é similar ao modo como ele tem sido representando e produzido no discurso colonial. Também, são apontadas no artigo algumas das consequências deste modo de produção do espaço, tais como a exclusão social e a desterritorialização de comunidades nativas, assim como a importância das representações em ordem de se gerar modos de desenvolvimento turístico mais inclusivos.

Palavras-chave: Colonialidade. Produção do espaço. Turismo. Costa Rica.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional.

* Magíster en literatura por la Universidad de Costa Rica, actualmente cursa el Doctorado en Estudios de la Sociedad y la Cultura, en la misma institución. Profesor asociado en la Universidad Nacional (Costa Rica) desde el año 2002. Miembro de la Red de Investigación en Turismo, Sociedad y Ambiente, de la Universidad Nacional; Coordinador de la Cátedra Antonio Maceo, de la misma institución. Sus líneas de investigación abarcan el análisis del turismo desde una perspectiva teórica y epistemológica, los estudios postcoloniales, los estudios culturales, la literatura costarricense, y la historia local.

Avaliação cega por pares / Double blind review process – Editor científico / Scientific editor: PhD Thiago D. Pimentel

Recebido em, 03 de agosto, 2016; aceito em 16 de agosto, 2016; publicado online em 26 de setembro, 2016.

Received on August 03, 2016; accepted on August 16, 2016; published online on September 26, 2016.

I INTRODUCCIÓN

Pensar en ordenamientos territoriales que se asemejan a la producción del espacio de las épocas coloniales en un contexto postcolonial puede sonar un tanto audaz en un contexto contemporáneo. Ya llevamos varias décadas desde que Francis Fukuyama acuñara la célebre y controversial frase “el fin de la historia,” a finales del siglo XX. En un mundo postmoderno en el que la modernidad, de la que surge la colonización europea de territorios de ultramar, supuestamente ha quedado atrás, pareciera que tanto política como culturalmente nos regimos por otros patrones. Sin embargo, así como la idea de Fukuyama, que implica que las luchas ideológicas han terminado y que el futuro es de las democracias liberales, ha sido cuestionada por pensadores de la talla de Jacques Derrida, para quien Fukuyama más bien hace una apología del pensamiento hegemónico occidental (HUGHES, 2012, p. 75), podríamos también suponer que aún nos asolan los resabios de la modernidad y uno de sus derivados, la colonialidad.

Por lo tanto, aún en un contexto como el que aparece en el horizonte de las primeras décadas del siglo XXI, es plausible argumentar que la producción del espacio turístico en Guanacaste, provincia noroccidental de Costa Rica, visto como una producción social, se da según el ordenamiento que plantea el concepto de colonialidad, de Walter Dignolo. Es decir, el orden, el poder, la enunciación lingüística, y la división sistemática entre el centro y la periferia que tipifica y estipula tan concretamente el discurso colonial y la colonialidad, siguen teniendo, a comienzos del siglo XXI, una importante función a la hora de producir las relaciones entre centro y periferia, y que en el escenario turístico y social de Guanacaste, genera un orden intramuros visible y palpable, y una extensión territorial extramuros en la que viven aquellos relegados a la periferia a través de la producción del espacio turístico.

A partir de ejercicios de observación surgen las primeras sospechas acerca del posible papel de la colonialidad en la producción del espacio en la región. Llama poderosamente la atención, al hacer un trabajo de análisis conforme se avanza hacia los polos turísticos de Guanacaste, lo contrastante de sus paisajes, no solamente los naturales, sino, y más específicamente, aquellos en los que la huella humana ha influido enormemente a la luz del desarrollo turístico. Al adentrarse en la provincia a través de la carretera Interamericana norte, viniendo del Valle Central, la

zona donde se encuentran las ciudades más populosas del país, se observan grandes fincas ganaderas y agrícolas, algunas en uso, otras con poca o nula inversión de capital, y que denotan que tuvieron un pasado mejor. Se divisan las típicas casas de orillas de caminos, parecidas en cuanto a arquitectura y nivel social a cualquier otro paisaje rural de carretera de América Latina: casas modestas que parecen haberse infiltrado entre las partes menos codiciadas de los grandes latifundios y la carretera, a la que a menudo se acercan demasiado, generalmente formando caseríos que giran en torno a la vía que pasa.

Las imágenes son elocuentes por sí mismas, denotan la ruralidad típica de América Latina, ese gran continente centralista, demasiado vasto para que los conquistadores pudieran abarcarlo todo, administrativamente hablando. Un continente con territorios percibidos como “inabarcables... como una amenaza fantasmática al orden conseguido... con una ciudad que se convirtió en garantía de que la ocupación del territorio se realizara bajo normas estrictamente emanadas para tal fin” (TIEFFEMBERG, 2003, p. 40), y con una ruralidad periférica a la que el orden parece resistirse a llegar, aún en pleno siglo XXI.

Esto parece indicar ese paisaje de carreteras, caseríos aledaños, y grandes espacios cultivables. Es un paisaje en apariencia acorde con una provincia con un índice de desarrollo humano bastante por debajo del promedio nacional – 36% de hogares pobres ante un 22% del promedio país (Encuesta Nacional de Hogares, 2014) –, en parte como consecuencia del centralismo del Estado de Costa Rica, que al igual que muchos otros países latinoamericanos no se diferencia, en ese sentido, del sistema colonial español, que según aduce la misma Tieffemberg, “organizó sus ciudades alrededor del orden, y los espacios rurales alrededor del caos, aunque con elementos que se oponen, se asimilan o se intersectan” (TIEFFEMBERG, 2003, p. 40).

Al atravesar estos paisajes y acercarnos a los polos turísticos, desarrollados a partir de un fuerte impulso gubernamental, con la aprobación de la Ley 6370, de 1979, (PICÓN, 2006, p. 39), la ruralidad de la carretera, los pueblos y las gasolineras a la vera del camino, y los restaurantes y hoteles de paso desaparecen súbitamente, casi como si se cruzara una frontera o una muralla invisible. De pronto, siguiendo hacia el suroeste de Liberia, la cabecera de provincia, nos encontramos con un aeropuerto internacional, con su hotel Hilton al frente para el viajero ejecutivo, y con centros comerciales y logísticos en las cercanías,

con un objetivo claro de atraer inversionistas y clientes extranjeros. Nos topamos con una sustitución de rótulos en español por rótulos en inglés, dirigidos a un público muy específico, más que a quien pueda entender lo que dicen, y que anuncian ventas de lotes y fincas frente al mar, condominios como segundas residencias, estadias de ensueño en hoteles cinco estrellas todo incluido, servicios varios para el turista de sol y playa, alta gastronomía, y otros tipos de productos que hacen ver que definitivamente algo ha cambiado drásticamente.

Al finalmente desviarnos de la carretera principal que cruza la provincia desde Liberia, al norte, hasta la Península de Nicoya al sur, y adentrarnos en los polos turísticos ideados en 1979 a partir de la aprobación de la Ley 6370 que declara de utilidad pública el Proyecto turístico de Papagayo, y desarrollados a partir de la década de los noventa del siglo XX, definitiva y súbitamente nos encontramos en un lugar que nada tiene que ver con el paisaje que se había encontrado anteriormente.

Los caseríos desaparecen, la ruralidad y las casas modestas dan paso a centros comerciales en donde es menos probable encontrar una leyenda en español. Los condominios amurallados del turismo residencial, con sus alamedas adoquinadas, sus guardas subiendo y bajando agujas para el paso del residente extranjero, y sus piscinas y sus zonas perennemente verdes – en una región donde escasea el agua – eclipsan por completo toda obra arquitectónica y modos de vida de comunidades circundantes. Los restaurantes ofrecen menús en inglés, y muchos de ellos solo tienen precios en dólares, bastante inflados si los comparamos con los costos promedio del resto de la región. Lo mismo sucede con las tiendas de recuerdos o cualquier otro negocio que tenga como meta al público extranjero.

Las torres de apartamentos de turismo residencial o de hoteles cinco estrellas dominan el horizonte en localidades como Flamingo, Tamarindo, Conchal o el Golfo de Papagayo, balnearios ya de fama internacional, y que concentraron hasta el 2007 el índice de inversión inmobiliaria extranjera más alto del país, un 29% del total (CAÑADA, 2011, p. 172).

Las canchas de golf o los espacios que recrean artificialmente para el turista la añeja hacienda ganadera, anterior al advenimiento del turismo, constituyen el punto alto de las zonas verdes, sin que haya entre kilómetros y kilómetros de recorrido, rastro de un paisaje que remita a lo que observábamos antes de adentrarnos en estos balnearios.

Es como si en esos lugares literalmente hubieran trasplantado a los pobladores locales y a sus casas, que alguna vez constituyeron pueblos pesqueros. O bien, perfectamente pareciera que nunca hubieran existido del todo. Es la otra Guanacaste, la que no admite asomo de ruralidad o de pobreza, la que de nuevo se intersecta con la metrópolis, pero ya no es la metrópolis de la capital, San José, sino de lugares más allá, en espacio y tiempo, de los límites geográficos del país.

2 TURISMO, ESPACIO Y COLONIALIDAD

Es evidente que estas observaciones nos conducen a preguntas concretas que, de alguna manera, nos hacen cuestionar el porqué de tan bruscos cambios y el porqué de tan marcada exclusión.

Podríamos buscar respuestas en lugares bastante visitados, y que han sido ya utilizados por estudiosos del turismo tanto en Costa Rica como en otras latitudes. Por citar algunos ejemplos conspicuos, Molina y Rodríguez (1991, p. 33), ya para inicios de la década de los noventa, indicaban que el turismo en América Latina era una manifestación más de las relaciones desiguales entre países desarrollados y países en desarrollo.

Basaban sus conclusiones en la capacidad de acumular ganancias por parte de los primeros, en contraste con los segundos, con recursos naturales pero sin capacidad de explotarlos, situación que sirvió de germen para el establecimiento de enclaves turísticos de inversión extranjera que generaron grandes transformaciones espaciales y desigualdades, como las que existen en Guanacaste, y en otras regiones con potenciales similares en América Latina.

En el caso puntual costarricense, Marc Edelman (1998, p. 4), por ejemplo, señala el surgimiento de la industria turística en la zona como sustitución de las actividades de la agricultura y la ganadería, que datan desde la época colonial, pero que se encontraban en crisis ya después de mediados del siglo XX, y explica a partir de este fenómeno la implantación del modelo de enclave turístico, como sustituto de la unidad de producción de la hacienda ganadera y la agricultura. Una de las características de dicha sustitución, según Edelman, es que el modelo turístico implantado perpetúa el acaparamiento de tierras y recursos en pocas manos, antes acumulados por la hacienda ganadera, y que ahora se traslada al turismo de sol y playa.

Investigaciones más recientes, como las de Morera y Sandoval (2008) o las de Hernández y Picón (2013), apuntan directamente a los conflictos ligados a este modelo de enclave, el cual, señalan, ha generado problemas de ruptura social y territorial, apropiación, usurpación, ejercicio de poder y dominación sobre recursos naturales y territorios, fenómenos que en parte explican la exclusión. Estos estudiosos mencionan procesos históricos, económicos y ambientales trazables no antes del siglo XX, y a pesar de abordar someramente términos como dependencia económica o acumulación por desposesión, no explican tales divisiones territoriales, o tales desigualdades a partir de matrices más profundas y añejas, como por ejemplo, la colonialidad.

Es posible que estas explicaciones, a pesar de ser muy valiosas para entender de manera sincrónica, y hasta cierto punto, diacrónica, lo que ha sucedido en Guanacaste a partir de los década de los noventa del siglo pasado, no sean lo suficientemente abarcadoras para entender la matriz de la organización territorial que ha surgido del desarrollo turístico en la provincia, y que ha generado tantos contrastes y límites tan precisos.

Si en lo que nos vamos a enfocar es en la organización del espacio, y cómo este es producido en el turismo de sol y playa en Guanacaste, entonces, es imprescindible la contribución de Henri Lefebvre, para quien el espacio es un producto social, cuya comprensión requiere romper con la idea altamente difundida de imaginarlo como una realidad material existente en sí misma.

Para Lefebvre, quien acuña el término “producción del espacio”, este está fundamentalmente ligado a las realidades sociales, y nunca debe ser usado como una posición epistemológica, ya que no existe por sí mismo, sino que es producido (SCHMID, 2008, p. 28). Es producido a través de la relación del espacio y el tiempo.

El espacio es simultáneamente, el orden sincrónico de la realidad social, y al mismo tiempo, denota el orden diacrónico, y por lo tanto el proceso histórico de la producción social (SCHMID, 2008, p. 29). Es decir, el espacio es parte integral de la práctica social, y tanto este como el tiempo son el resultado de las precondiciones de las producciones sociales, y no existen universalmente, sino que deben ser entendidos en el contexto de cada sociedad específica.

En el caso de Guanacaste y su espacio producido a partir del fenómeno turístico, y más específicamente

del turismo de sol y playa, es evidente que se ha dado una producción diacrónica de este a partir de fenómenos sociales, económicos y culturales, y que han generado desigualdades cuyo análisis es mucho más complejo que las visiones esencialistas que a menudo abundan en su explicación. La Guanacaste turística actual, como espacio social, por lo tanto, es una creación, una producción, y no un ente físico con estatus ontológico que siempre ha estado allí y que simplemente se cambia o se manipula, como muchos podrían creer, y es producido según el ordenamiento del mismo como lo plantea el concepto de colonialidad, o matriz colonial, de Walter Mignolo (2007, p. 39).

Mignolo, influido por la idea de Aníbal Quijano, quien estipula que “con la conquista de las sociedades y las culturas que habitaban lo que hoy es nombrado como América Latina, comenzó la formación de un orden mundial que culmina, 500 años después, en un poder global que articula todo el planeta” (1992, p. 12), postula el concepto de matriz colonial de poder. Para el semiólogo argentino, la colonialidad como concepto se refiere a la lógica común del colonialismo occidental, que, a su vez, va de la mano de la modernidad. Es decir, para Mignolo “la colonialidad es constitutiva de la modernidad: sin colonialidad no hay modernidad” (2007, p. 39). Ambas se han nutrido simbióticamente y han tejido las relaciones y las nociones de realidad entre centros colonialistas y su periferias a través de los últimos cinco siglos.

Siguiendo esta lógica de pensamiento, podríamos decir que es posible abarcar el estudio de fenómenos en apariencia recientes, como por ejemplo la urbanización de los polos turísticos en Guanacaste a finales del siglo XX y la producción del espacio bajo el razonamiento urbanístico que indica el turismo residencial y de sol y playa, a la luz del concepto de colonialidad y sus efectos discursivos, que moldea los objetos que narra y describe, según los intereses hegemónicos prevalentes.

Esto nos permite comprender más tiempo, en cuestiones analíticas, que el periodo establecido puramente entre los antecedentes, como la aprobación de la ley 6370, de 1979, hasta el desarrollo inmobiliario de finales del siglo XX y principios del siglo XXI; nos permite ir más allá de explicaciones meramente políticas o económicas contemporáneas, o las que derivan en terminologías como la acumulación por desposesión, o en las teorías de la dependencia, utilizadas en análisis anteriores.

2.1 La Concepción del Espacio en el Discurso Colonial y el Desarrollo de la Ciudad Colonial

Michel Foucault establece que un discurso, más que lo que dice acerca de algo, o de un fenómeno específico, es importante en cuanto al efecto que genera en un determinado contexto, y en cuanto a las reglas que rigen su conformación y difusión: en vez de gradualmente reducir el fluctuante significado de la palabra discurso, es conveniente expandir su significado: en ocasiones abarcando el dominio general de todas las afirmaciones, en ocasiones como un grupo individualizable de afirmaciones, y en ocasiones como una práctica regulada que abarca un número de afirmaciones (1994, p. 80).

En el caso del ordenamiento territorial basado en el discurso colonial, es importante entonces ahondar en las afirmaciones acerca del territorio narrado y ordenado por los conquistadores y colonizadores europeos a partir del comienzo de la modernidad. Por otra parte, es fundamental fijarse en los efectos de tales afirmaciones, para llegar, entonces, a determinar los modos en que el espacio es producido, no solo por el narrador de literatura de viajes colonial, sino que en la conformación del espacio mismo, a la hora de ordenar, construir y urbanizar.

En cuanto al análisis de la narrativa colonial, es fundamental echarle un vistazo a las contribuciones de Mary Louise Pratt, en su ya clásico *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*, en el que repasa los modos en los cuales el espacio colonial es representado y narrado por exploradores y conquistadores europeos a partir de la conquista de territorios en América o África. Para Pratt existen tres modos de narrar el espacio, cuyo efecto principal es el de crear valor cuantitativo y cualitativo por parte del narrador, con efectos en quien lee.

Se empieza por estetizar el paisaje, por describirlo ordenadamente, buscando simetrías y oposiciones binarias en donde el placer estético le dé significado y valor. El segundo modo tiene que ver con la búsqueda de densidad y de significado del territorio que se narra. Se presenta el espacio como extremadamente rico en esencia material y semántica, usándose gran cantidad de adjetivos y pocos sustantivos sin modificar. Los adjetivos a menudo vinculan los sustantivos a la cultura de quien narra, por lo tanto, la descripción pasa por un filtro referencial desde la perspectiva cultural del narrador, y que irremediablemente construye el espacio estrictamente bajo su visión de mundo. Finalmente, Pratt indica que se predica una relación de

autoridad, dominación y superioridad de parte de quien mira sobre lo que describe. El narrador juzga, valora y produce el espacio para los demás. Lo que éste ve es lo que existe, y su perspectiva es la única que cuenta a la hora de describir el paisaje. Es decir, el espacio está ordenado con referencia a su punto de vista y es estático (PRATT, 1992, p. 204).

La misma autora también señala mecanismos como el énfasis en la falta de civilización de los pueblos explorados y narrados versus el supuesto progreso europeo, encarnado en quien narra; además de la extracción de los nativos del paisaje a conquistar, y su alejamiento de la economía, la historia y la cultura, como parte de las estrategias utilizadas para representar el espacio (PRATT, 1992, p. 51).

Estos mecanismos hacen más fácil la inserción del narrador en el espacio producido a través de su descripción, pero sobre todo la inserción de procesos de conquista, ocupación y ordenamiento territorial bajo el nombre de procesos civilizatorios y puesta en práctica de proyectos para hacer útil el territorio descrito por parte de los poderes hegemónicos que se imponen desde afuera. En otras palabras, tanto las técnicas retóricas de descripción como las características asignadas a los lugares explorados y los pueblos que allí viven, sirven de justificación ideológica para su ocupación y sometimiento según la producción del espacio en el discurso colonial.

Esta visualización, narración y representación del espacio, consecuentemente, se relaciona también con la ejecución de una serie de estrategias a la hora de planear y construir las ciudades coloniales. La narración en torno al orden como remedio para la falta de civilización, las simetrías y los trazos ordenados en contraste con lo exuberante y lo prístino del paisaje, y la medición del mismo en términos cualitativos y cuantitativos para uso exclusivo de quien narra, o más bien acomodándose a sus expectativas materiales, significaron un diseño y un ordenamiento específico de las ciudades y poblaciones coloniales.

Como apunta Ángel Rama en *La ciudad letrada*, el surgimiento de las ciudades coloniales fue regido por

una razón ordenadora que se revela en un orden social jerárquico transpuesto a un orden distributivo geométrico. No es la sociedad, sino su forma organizada, la que es traspuesta; y no a la ciudad, sino a su forma distributiva... No vincula, pues, sociedad y ciudad, sino sus respectivas formas, las que son percibidas como equivalentes, permitiendo que leamos la

sociedad al leer el plano de una ciudad. Para que esta conversión fuera posible, era indispensable que se transitara a través de un proyecto racional previo... Al mismo tiempo, tal proyecto exige, para su concepción y ejecución, un punto de máxima concentración del poder que pueda pensarlo y realizarlo (1998, p. 19).

Es decir, la razón ordenadora que rige la concepción y el diseño de las ciudades coloniales, y que va a permitir en su formación un mayor control que en el diseño, por ejemplo, que las ciudades medievales europeas, va a implicar una mayor facilidad y premeditación a la hora de concentrar el poder en las mismas, y a la hora del establecimiento de jerarquías devenidas del orden y de la razón, que se imponen sobre el espacio previamente "incivilizado." Al mismo tiempo, su diseño y distribución van a arrojar datos acerca de la conformación social de las mismas, con una élite que rige y ordena, y el resto de la población que se supedita a los que ocupan las posiciones de mayor jerarquía.

A través de ese poder y de esa jerarquización establecida se impulsa la conquista de los territorios que quedan fuera de la ciudad, ordenada y controlada por los conquistadores. Según Rama, estas ciudades eran

para quedarse y por lo tanto focos de progresiva colonización. Por largo tiempo, sin embargo, no pudieron ser otra cosa que fuertes, más defensivos que ofensivos, recintos amurallados dentro de los cuales se destilaba el espíritu de la polis y se ideologizaba sin tasa el superior destino civilizador que se le había asignado (1998, p. 27).

Además de la demarcación territorial entre el espacio racional civilizado y el espacio "vacío" circundante por conquistar, se establece una categorización que le otorga mayor prestigio y superioridad a la ciudad racional, que va a estar más cerca, ideológicamente hablando, de la metrópolis europea, y por consiguiente, va a marcar una exclusión, en algunos casos con murallas reales, en otros imaginadas, entre lo racional y lo incivilizado, lo caótico y lo salvaje del paisaje por conquistar. Entre más europeizado el espacio, más civilizado y racional, y a su vez, tendrá una mayor jerarquía con respecto al resto del territorio, que no calza con los ideales de la razón civilizatoria.

En el caso de colonizaciones más tardías que las que hicieron los españoles en América, como el proceso británico en la India, por ejemplo, y según apunta Amar Farooqui, más que un diseño ordenado

simétricamente y siguiendo patrones que acentuaran la razón y el orden en contraste con el caos, lo que se dio fue la apropiación de las locaciones más favorables por parte de los ingleses, y que a la vez serían convertidas en el núcleo y la razón de ser de las ciudades (1996 p. 2747).

Esto significó una mayor concentración de actividades en áreas urbanas, ya que en estas estaba la infraestructura necesaria, además de la mano de obra requerida. Al mismo tiempo, se incrementaron las contradicciones al surgir también una tendencia a otorgarle la menor cantidad de espacio posible a los pobres, debido no solamente al encarecimiento de la tierra, sino también a la intención de no darles comodidades a estos para así poder disponer más fácilmente de su mano de obra sin que tuvieran mucho margen para negociar mejoramiento alguno de sus condiciones laborales (FAROOQUI, 1996, p. 2751).

Ya para finales del siglo XIX, e incluso a principios del XX, en el caso británico en África occidental, se enfatiza la jerarquización y la incrementación del valor de la tierra por parte de las autoridades coloniales. Al construir los ingleses caminos u hospitales, y al haber mayor circulación de bienes, servicios y mano de obra, se cambió enormemente la noción que los nativos tenían de la tierra, y al incrementarse su valor según los intereses financieros, se intensificó el interés de los locales por vender sus propiedades (LOW, 1996, p. 311). Esto favoreció, ya en un contexto colonial más reciente, la apropiación por desposesión, es decir, el tránsito de bienes, en este caso, territorios, de manos nativas, a inversionistas ingleses, que las pudieran explotar según los requerimientos de la unidad de producción capitalista imperante en el territorio colonial.

Ya para esta época se mezcla de manera casi indistinta el fenómeno colonial con un tipo de capitalismo más sistematizado y complejo que el que emplearon los españoles para explotar los recursos mineros y las plantaciones en América durante su conquista y los primeros tiempos de la colonia.

En el caso de la India, y sobre todo en el caso africano, después de su reparto entre las potencias europeas a finales del siglo XIX, lo que se da son enclaves de explotación de productos como el caucho, el marfil o el opio, que encontrarían su equivalente en el continente americano, en naciones ya independientes, en productos como el caucho mismo, o el banano. Estos modos de explotación generaron enclaves controlados por capital extranjero, que ocasionaron efectos

internos políticos, económicos y culturales en una producción nacional en manos nacionales y otra en poder extranjero que enclavizó la producción nacional (VIALES, 2006 p. 98). De este modo se genera, en el ámbito espacial, en la producción del espacio, una marcada exclusión entre las zonas destinadas a la población local, generalmente de menor valía, y las zonas más exclusivas y con mejores condiciones estructurales, para uso exclusivo residencial y administrativo, del personal extranjero que administra el enclave.

2.2 De la Representación del Espacio y la Ciudad Letrada al Enclave Turístico: la urbanización de Guanacaste

Al igual que sucede en la narrativa de viajes, y posteriormente en el diseño de ciudades coloniales, tanto aquellas desarrolladas por españoles en América, como por otras potencias europeas en otras latitudes, el caso de Guanacaste comienza por la concepción y representación, y posteriormente pasa por la ejecución y el desarrollo inmobiliario.

Existe una correlación entre el modo en que se conceptualiza el espacio y el modo en que este es producido en la provincia. Para que se genere el enorme contraste paisajístico y la enorme exclusión que este enmarca, se requiere de toda una narrativa que sustente dicha exclusión.

Aunque la Ley 6370, de 1979, y que estipula la delimitación de la Bahía Culebra para uso exclusivo del turismo, no es abarcadora de toda la provincia, no deja de ser un claro ejemplo de cómo el proyecto de impulsar las zonas turísticas obedece a procesos ordenados y premeditados, y que buscaron, a través de leyes y normativas, su ordenamiento y su aislamiento del resto del territorio nacional, para uso exclusivo de la industria.

Esa ley estipula, en su Artículo 1, entre otras cosas, que se declaran “de utilidad pública los bienes inmuebles, sean fincas completas, porciones, derechos o intereses patrimoniales legítimos, que por su ubicación sean necesarios para realizar y ejecutar el proyecto turístico en Bahía Culebra, en jurisdicción de la provincia de Guanacaste ubicadas desde Punta Cabuya al Norte, hasta un kilómetro al Sur de Punta Ballena” (LEY 6370, Asamblea Legislativa de Costa Rica, 1979).

Se detallan con pormenores los límites de los territorios que abarcará el proyecto y se autoriza al

Instituto Costarricense de Turismo, en el Artículo 2, a adquirir los mismos prescindiendo de trámites de licitación, y “si no hubiere acuerdo o si el propietario no concurriere al llamado del Instituto Costarricense de Turismo, se dictará de inmediato el Decreto Ejecutivo de expropiación”. Por otra parte, el Artículo 8 señala que “El Estado financiará inmediatamente y adecuadamente la compra y acondicionamiento de terrenos necesarios, su conservación y la dotación de la infraestructura primaria, para ejecutar el proyecto turístico en Bahía Culebra”.

Es claro que se determina el espacio a utilizar de forma que al mismo tiempo lo ordena y lo destina a un uso específico. La enunciación de la palabra a través de la Ley le da al espacio una denominación que anteriormente no poseía y que demarcará su producción futura de un modo específico.

Es palpable el proyecto racional previo del que habla Rama, lo mismo que la concentración de poder que pueda pensarlo y realizarlo, no solo a través de la expropiación obligatoria, sino que también a través del uso de los recursos estatales para proveerlo de la infraestructura necesaria que lo haga operable, y que al igual que en casos como los acaecidos en la India y en África colonial, van a agregarle plusvalía a ciertos terrenos que van a ser adquiridos por inversionistas extranjeros, y van a generar un desplazamiento de poblaciones locales y una confinación a territorios menos apetecibles.

Si bien es cierto, en otras localidades de la provincia, como Flamingo, Tamarindo o la misma ciudad de Liberia, el planeamiento no fue tan ordenado ni tan racional como en el descrito por la Ley 6370, se dieron procesos bastante similares. Por ejemplo, se acondicionó la infraestructura, en forma de mejoramiento y apertura de caminos, construcción de aeropuertos, entre ellos uno internacional, por parte del Estado. Las mejoras en infraestructura y las facilidades de acceso generadas por la inversión pública le dio plusvalía a los terrenos que mejor se amoldaban a los intereses turísticos, lo que generó el desplazamiento de residentes locales que vendieron, al igual que menciona Low en el caso africano (LOW, 1996, p. 311), sus propiedades ante el interés de los inversionistas de hacerse de los terrenos más favorables, y que también los relegó a zonas aledañas de menor valor, como apunta Farooqui que sucedió en la India británica.

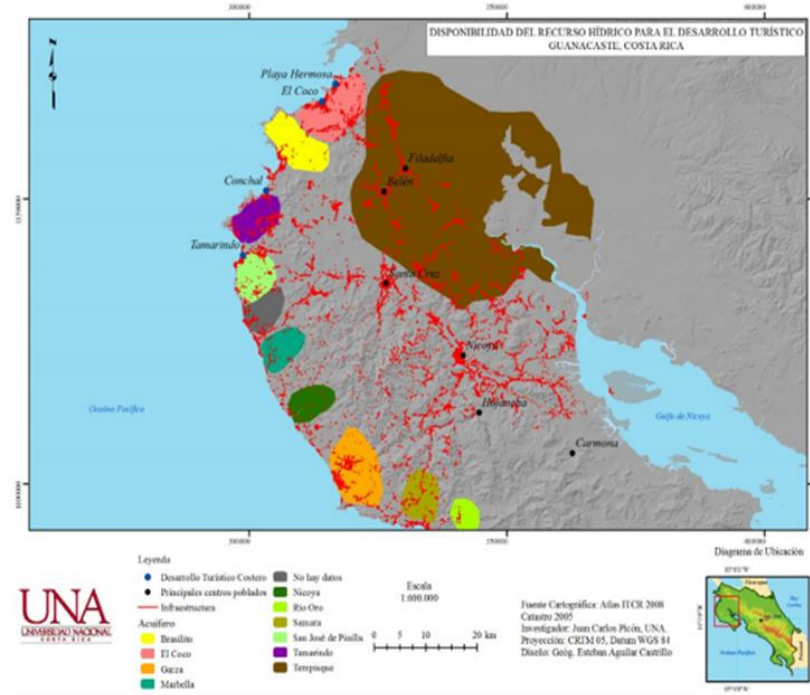
Es decir, en resumidas cuentas, se notan los paralelismos entre el apoderamiento de territorios

por parte de poderes coloniales, y su determinación y uso para fines exclusivos turísticos en Guanacaste.

Además, con la adquisición de los mejores terrenos para el desarrollo de proyectos inmobiliarios a lo largo de la provincia, también se generaron impactos en recursos naturales como el agua, que si bien es cierto no es un recurso turístico en sí, es vital para el desarrollo de grandes proyectos en la

provincia, hasta el punto de coincidir, como apunta la figura 1, la localización de los principales desarrollos inmobiliarios con los principales mantos acuíferos de la zona, lo que no ha dejado de generar conflictos entre los grandes desarrolladores y las poblaciones aledañas que ven comprometido su acceso a suficiente agua, y que al mismo tiempo, deja ver un planeamiento bastante ordenado en cuanto al establecimiento de los enclaves.

Figura 1 - Principales mantos acuíferos y desarrollos turísticos de Guanacaste.



Fuente: Picón (2015, p.45).

En la representación de tal desarrollo, ya sea el existente o el que se proyecta, también es notoria la presencia de la idea de la colonialidad y la producción del paisaje según el discurso colonial.

El espacio que existe en esas representaciones es exclusivamente el que se imagina según el tipo de desarrollo inmobiliario ideado, y que muestra características similares a las que apuntaba Pratt anteriormente en cuanto a la narración del espacio en el discurso colonial.

Las orillas de las carreteras que recorren los principales centros de atracción turística e inmobiliaria están repletas de vallas publicitarias que anuncian condominios, viviendas, lotes y hoteles, y casi siempre el punto de vista que muestra lo que se anuncia domina el paisaje expuesto desde lo alto,

denotando autoridad y exclusión sobre lo que se mira.

El observador es un vigía, un explorador, un colonizador recién llegado al paraíso prístino por ocupar. Los terrenos, los apartamentos y casas, la mayoría en condominios cercados, se imponen sobre un paisaje vacío de rastros humanos o poblaciones locales, que siempre aparecen en segundos o terceros planos. Los únicos humanos son los turistas o los residentes extranjeros que llegan como colonos y observan a la distancia paisajes de verde exuberancia, y más al fondo, casi siempre el mar, hasta llegar a producir una oposición binaria entre estos y el paisaje prístino y vacío.

Las vallas están, en la mayoría de los casos, acompañadas por frases indulgentes dirigidas al

comprador, como por ejemplo, “*the life you deserve*”, “*the pleasure you deserve*”, “*the time you deserve*”, “*your piece of Paradise*”, “*your new life*”, “*your future*”, o “*it’s time to buy a dream*”.

El potencial comprador se conceptualiza como un explorador colonizador que llega de otro lugar a emprender una nueva vida llena de indulgencias en un espacio que promete ser un paraíso y cuya función es estar al servicio del inversionista porque este lo merece.

De ahí las frases complacientes que dotan al paisaje de exuberancia y riqueza semántica exclusivamente destinada a satisfacer las expectativas del posible inversionista.

El posible comprador se merece una porción del Paraíso, puede comprar un sueño, y puede agenciarse un futuro o una nueva vida, como comprador-colono, en un lugar prístino y edénico, amurallado del resto de las realidades de la región, según anuncia la publicidad, y en donde todo es indulgencia y placer.

El ordenamiento, el modo en que se acondicionan los espacios para su uso exclusivo en la industria turística, y el modo en que, a través de la expropiación y luego la especulación, se desplaza a los habitantes locales a otros sitios menos codiciados desemboca en una producción del espacio, usando el término de Lefebvre, con tintes de enclave colonial.

Figura 2 - Las frases indulgentes y que dotan al espacio de riqueza semántica dominan las leyendas de las ilustraciones.



Fuente: archivo personal, fotografía Esteban Barboza.

Ya el espacio, se demuestra, no es una realidad material por sí misma, sino que está ligado a las realidades sociales de la provincia. Esta producción va a evidenciar la fuerte interacción del binomio modernidad/colonialidad, del que habla Quijano, y la derivación, o al menos interacción permanente entre el capitalismo, el enclave y el colonialismo, aunque muchas veces se quiera sacar a este último elemento simplemente por considerar que los fenómenos descolonizadores lo dejaron atrás.

Sin embargo, la realidad no es así, ya que, como se puede ver, en el caso de Guanacaste, el orden diacrónico y los procesos históricos que producen el espacio turístico guardan una estrecha relación con el colonialismo explícito, además del concepto de colonialidad, imbricado en la matriz colonial de poder.

Esa concepción del espacio genera una producción del mismo en el que la exclusión marca la pauta. La delimitación a través de la Ley, y la concepción del espacio por parte de los inversionistas y los desarrolladores deja ver una palpable ejecución de obras que arrojan un resultado no muy lejano al modo en que son ideadas e imaginadas. Los recorridos por los polos turísticos evidencian cuán demarcada está la exclusión. En el caso de Bahía Culebra, y cuyo nombre actual es Polo Turístico Papagayo, a partir de la expropiación que indica la Ley de 1979, desaparece todo rastro de actividad local, y en su lugar se yerguen hoteles cinco estrellas a cuyas playas solamente se puede acceder escoltados por los guardas de seguridad que dejan ver que se está cruzando una frontera de exclusividad que se aparta de las realidades circundantes.

Figura 3: Imágenes desde perspectivas altas que denotan autoridad y dominan el paisaje deshabitado.



Fuente: archivo personal, fotografía Esteban Barboza¹.

En el caso de lugares como Playa Panamá, Playa Hermosa, El Coco, Flamingo o Tamarindo, a pesar de no existir esa línea divisoria extrema y a pesar de que existe un acceso más libre a las playas, el paisaje es dominado por ostentosos residenciales cuyo eslogan más común, uno a uno es el de “*gated community*,” y que definitivamente dejan claro la intención de producir un espacio exclusivo y aparte.

La simetría y el orden parecen imponerse en las colinas circundantes que bordean la costa. De entre lo verde de las mismas emergen los edificios de apartamentos, los condominios cercados y los hoteles haciendo el espacio útil, desarrollándolo y civilizándolo. Una vez que el desarrollo está completo, la razón de ser del espacio va a ser la de

albergar las edificaciones, mientras que todo lo que no concuerde con ese plan civilizador simplemente no tiene lugar. Tal concepción, tal orden y tal ejecución es lo que facilitan la exclusión y la relegación de las poblaciones locales a otros espacios, menos apetecidos, y lo que hace que, al adentrarse en los desarrollos inmobiliarios, o al menos al circular por las calles que los recorren, se tenga esa sensación de haber salido súbitamente de las realidades rurales de la provincia, con su arquitectura y devenir cotidiano, con sus modos de vida y sus unidades de producción, y de repente emerger en un lugar que, al igual que apunta Rama, remite a un ideal metropolitano, en este caso, de turismo residencial y turismo de sol y playa.

¹ Las ilustraciones de arriba muestran imágenes tomadas desde puntos altos, denotando autoridad y que dominan el paisaje, deshabitado, abarcado por la mirada, y acompañado de leyendas con calificativos que le otorgan valor semántico al espacio, representándolo como de uso exclusivo del inversionista-conquistador que lo puede adquirir para sí.

Figura 4: Condominios que producen un espacio que denotan exclusión y ocupación estratégica del espacio.



Fuente: archivo personal, fotografía Esteban Barboza.

Los condominios cercados producen un espacio que denota exclusión con respecto a otros territorios. Por otra parte, las fotos inferiores denotan el orden, la simetría y la ocupación exclusiva y estratégica de las zonas más aptas para construcciones hoteleras y de turismo residencial. Se ha ordenado el territorio.

3 CONCLUSIONES

El capitalismo es uno de los factores determinantes que acompañan el nacimiento y la imposición de la modernidad como elemento determinante de las relaciones y las formas de vida en Europa y los territorios bajo su control desde hace unos cinco siglos. A través de un análisis de la producción y la distribución de la riqueza, el uso de los recursos naturales, y la acumulación por desposesión en Guanacaste, es posible llegar a conclusiones bastante valiosas acerca de la naturaleza de algunos aspectos del turismo de sol y playa, el turismo residencial, y el modelo de enclave que se generan en la región.

Sin embargo, al agregarle el aspecto de la colonialidad, y al reconocer este aspecto como otro

factor inherente de la modernidad, resulta imprescindible ir más allá de los análisis economicistas si queremos entrarle de lleno al estudio de las matrices profundas que ordenan, civilizan y distribuyen los territorios, sus pobladores y sus riquezas, aún bien entrado el siglo XXI.

Como apunta Edward Said, no puede haber un sistema de representación en el cual los hechos hablen por sí mismos sin toda una narrativa socialmente aceptable que los absorba, los sustente y los distribuya (1982, p. 252). Y es esa narrativa, aceptada y dada por sentada por la mayoría, la que oscurece la posibilidad de cuestionarnos lo que en la mayoría de las ocasiones damos por sentado, o que nos lleva a buscar respuestas en lugares comunes, obviando a menudo factores como el peso de la narración, la representación, y sus efectos en la producción del espacio, el establecimiento de jerarquías y la distribución del bienestar y la riqueza.

Al alejarnos del esencialismo, y al ir más allá de enfoques sincrónicos o descriptivos, podemos apreciar de un modo más claro el peso del pensamiento y de las ideas, y los efectos de un discurso en nuestra

percepción de la realidad, y en la ejecución de ciertas prácticas a menudo disfrazadas bajo etiquetas como progreso, desarrollo o civilización. Es así como podemos llegar a la conclusión de que, efectivamente, el espacio en Guanacaste sigue siendo producido, aún en la era del turismo, bajo esquemas implantados en la profundidad de la matriz colonial de poder. Si no somos capaces de cuestionarnos esa matriz y sus efectos, el cuestionamiento de esos esquemas de representación, y esas narrativas socialmente aceptables de las que nos habla Said va a ser totalmente imposible salirse de la matriz, y por lo tanto no podremos esperar mayores cambios.

Recordemos que los conceptos de descolonización y decolonialidad implican una diferencia fundamental. El primero es meramente político, el segundo es mental. Ya en el siglo XIX José Martí advertía en “Nuestra América” que la colonia no podía seguir viviendo en las repúblicas americanas, y argumentaba que “el problema de la independencia no [es] el cambio de forma, sino el cambio de espíritu. Con los oprimidos [hay] que hacer causa común, para afianzar el sistema opuesto a los intereses y hábitos de mando de los opresores (1976, p. 361).

Por lo tanto, hasta no entender la urgencia de ese cambio de forma, no podremos superar esa narrativa socialmente aceptable, de la que habla Said, y que hace ver al discurso colonial y a su modo de recrear, representar y distribuir sujetos como una realidad social, que convierte sujetos en un otro y en objetos totalmente visible, a través de una narrativa en la cual la producción y la circulación de sujetos y símbolos convergen en una totalidad reconocible y reformada, empleando un sistema de representación y un régimen de la verdad estructuralmente similar al realismo (BHABHA 1994, p. 101).

El modo de representación, distribución y producción de espacios en el turismo de sol y playa tal y como se da en Guanacaste genera una unidad de producción que, como se vio anteriormente, no escapa de serios cuestionamientos económicos, ambientales, y sociales. Por lo tanto, existe también la necesidad de replantear algunas prácticas turísticas de la región, y entender que el turismo y lo que sucede a su alrededor no escapa de matices diversos, y que otros tipos de turismo, más incluyentes, en los que el espacio y las poblaciones locales se vean involucradas y no excluidas, deben impulsarse también.

Estas prácticas deben tomar en cuenta la importancia del poder de la enunciación, la narración y

la representación. Deben dejar de lado la doble conciencia, de la que habla W.E.B. Du Bois, y que nos remite a vernos a nosotros mismos a través de los ojos de otros (1992, p. 199). La narración debe ser propia, y la producción y la distribución del espacio no deben seguir reproduciendo patrones que políticamente han sido ya superados, pero cuyos mecanismos de articulación y justificación ideológica son persistentes.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, H. *The Location of Culture*. Londres: Routledge, 1994
- CAÑADA, E. *Conflictividad turística en Centroamérica*. En *Turismo Placebo: Nueva colonización turística* (pp.163-208). E. Cañada y Blázquez M. (Eds.). Managua: EDISA, 2011
- DU BRROIS, W.E.B. “*This Double Consciousness*.” *The Faber Book of America*. C. Ricks (Ed.). Londres: Faber, 1992
- EDELMAN, M. *La lógica del latifundio: Las grandes propiedades del noroeste de Costa Rica desde fines del siglo XIX*. San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1998.
- ENCUESTA NACIONAL DE HOGARES (s.f.). Recuperado en: http://www.inec.go.cr/enaho/aspGen/aspmeto_a_spx. Fecha: 15 de julio de 2014.
- FAROOQUI, A. *Urban Development in a Colonial Situation Early Nineteenth Century Bombay*, 1996.
- FOUCAULT, M. *The Essential Works of Michel Foucault*. Nueva York: The New Press, 1994
- HERNÁNDEZ, A. y Picón, J. *En la frontera del conflicto socio ambiental: el modo de vida rural y el desarrollo del turismo de sol y playa en Guanacaste, Costa Rica*. Ambientales, 31-44, 2012.
- HUGHES, C. *Dialogue between Fukuyama's Account of the End of History and Derrida's*, 2012.
- HAUNTOLOGY. *Journal of Philosophy A Cross Disciplinary Inquiry*. 7 (18).
- MARTÍ, J. “*Nuestra América*.” San José: Departamento de Publicaciones del MINISTERIO de Cultura, Juventud y Deportes, 1976.
- MIGNOLO, W. La colonialidad: la cara oculta de la modernidad. *Cultural Studies*, 21(1-2), 39-50, 2007.
- MOLINA, S. y Rodríguez S. *Planificación integral del turismo: Un enfoque para Latinoamérica*. México: Trillas, 1991.
- MORERA, y Sandoval L. El modelo de desarrollo turístico de Guanacaste, Costa Rica: convivencia y conflicto. En J. Picón, D. Morales, y L. Obando. *Desarrollo sustentable del turismo en Mesoamérica* (127 – 140). Nicoya, Costa Rica: UNA-SRCH, 2008.
- PICÓN, J. *La inserción de la microempresa en el conglomerado empresarial turístico: caso Papagayo en Costa Rica*. Nicoya, Costa Rica: CEMEDE, 2006.

- PICÓN, J. La Huella Hídrica en Tierras Secas: el caso del turismo de sol y playa en Guanacaste, Costa Rica. *Revista Ambientales, Costa Rica*, 45, 2015.
- PRATT, M. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. Nueva York: Routledge, 1992.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú indígena*, 13(29), 11-20, 1992.
- RAMA, A. *La ciudad letrada*. Montevideo: Arca, 1998.
- SAID, E. *The Edward Said Reader*. Nueva York: Vintage. 1982.
- SCHMID, C. Henri Lefebvre's *Theory of the Production of Space: A Three Dimensional*. DIALECTIC. En G, Kanishka. *Space, Difference and Everyday Life: Reading Henri Lefebvre*. Nueva York: Routledge. (28-45), 2008.
- TIEFFEMBERG, S. *Escribir los caminos: La construcción del espacio en la Descripción breve... de Reginaldo de Lizárraga*. *Iberoamericana* (2001-), Nueva época, 3(10), 37-56, 2003.
- VIALES, R. Más allá del enclave en Centroamérica: aportes para una revisión conceptual a partir del caso de la región Caribe costarricense (1870-1950). *Iberoamericana* (2001-), 6 (23), 97-111, 2006.

DIRETRIZES PARA AUTORES

1. PROCESSO GERAL

RLAT usa o Double-blind peer review que é a omissão das identidades de autores e revisores no parecer de originais. Deste modo os autores devem seguir alguns passos para garantir este processo:

Submeter apenas um arquivo de texto (editor Microsoft Word 2003 ou versão mais recente, ou no doc rtf), sem identificação, direta ou indireta, de autoria do manuscrito. Todas as informações pessoais sobre o autor (s) (nomes, afiliação instituição, país, endereço completo, número de telefone, e-mail e um conjunto de dados biográficos do autor (es) não superior a 60 palavras) será inserido no sistema website. Talvez, se houver qualquer necessidade, o autor (s) pode apresentar um documento adicional (Geralmente com informação específica sobre o papel (por exemplo, excel tabelas ou dados SPSS). Sobre como inserir o manuscrito e um documento complementar, por favor, consulte o conteúdo de este link: <https://goo.gl/Jl3hVO>

Para garantir qualquer possível identificação de autoria no manuscrito, deve-se:

- Usar terceira pessoa para referir a trabalhos publicados anteriormente pelos autores do texto. Exemplo: Substituir "como analisamos no estudo" por "como foi analisado no estudo... (Anônimo, 2009).
- Remover qualquer afiliação autoral das figuras.
- Citar artigos publicados pelo autor do texto como segue: "[anônimo, 2009].
- Para blinding na lista de referência insira: "(Anônimo, 2009). Detalhes omitidos por double-blind reviewing".
- Remover agradecimentos
- Remover informações de autoria nas propriedades do documento.

2 MANUSCRITO

Tipografia: O manuscrito deve ser preparado com espaçamento entre linhas simples, fonte Arial Narrow tamanho 11, paginado com margens de 3 cm à esquerda e superior e à 2cm à direita e inferior, em papel A4. As citações diretas deverão utilizar a fonte 10 e as notas devem apresentar o mesmo tipo de letra, no tamanho 9. Não utilizar fontes nem tamanhos distintos no texto. Caso pretenda destacar alguma palavra ou parágrafo utilize a mesma fonte em *cursiva* (itálico).

Resumo: O artigo deve vir acompanhado de um resumo no idioma em que está escrito (150 – 250 palavras) e sua tradução em inglês (resumo e título). Para os artigos escritos em inglês deve se acrescentar um resumo em espanhol.

Palavras chave: o texto deve conter entre 3 e 5 palavras chave sobre o tema principal.

Texto: o texto deve possuir uma extensão entre 5.000 e 9.000 palavras para artigos e de 3.000 a 5.000 tanto para opiniões, pensatas e ensaios como para notas de investigação; e de 2.000 a 3.000 para resenhas de livros e obras acadêmicas.

GUIDELINES FOR AUTHORS

1 GENNERAL PROCESS

RLAT uses the double-blind peer review which is the omission of the identities of authors on the and reviewers on the original paper's process of reviewing. Thus, authors must follow some steps to ensure this process:

Submit ONLY ONE archive of the text (microsoft word editor 2003 or newer version, in rtf or doc) without direct or indirect identification of authorship (manuscript). ALL THE PERSONAL INFORMATION about the author(s) (names, affiliations, affiliated institution's country, complete mailing address, phone number, email and a biographical data of the author(s) not exceeding 60 words) will be inserted in the website system. Maybe, if there is any necessity, the author(s) could submit an additional document (generally with specific information about the paper (e.g. excel tables or SPSS data). About how to insert the manuscript and the supplementary document, please refer to the contents of this link: <https://goo.gl/Jl3hVO>

To ensure any possible identification of authorship in the manuscript, you must:

- Use third person to refer to previously published works by the authors of the text. Example: replace "as we analyzed in the study" by "as was analyzed in the study. (Anonymous, 2009).
- Remove any copyright of affiliation.
- Quoting published articles by the author of the text as follows: "(anonymous, 2009).
- For blinding in the reference list enter "(anonymous, 2009). Details omitted by double-blind reviewing. "
- Remove thanks
- Remove copyright information in the document properties.

2 MANUSCRIPT

Languages: the manuscript can be write in Portuguese or English or Spanish or French.

Typography: The manuscript should be prepared with simple line spacing, font Arial Narrow, size 11, paginated with 3 cm margins on the left and top and 2 cm to the right and bottom, in A4 paper. Direct citations should use the 10 source and notes must have the same font, size 9. Do not use fonts or different sizes in the text. If you want to highlight any word or paragraph, use the same font in *cursive* (italic).

Abstract: The article should come accompanied by an abstract in the original language; write in 150-250 words, always translated to the English and Portuguese whatever would be the original language. abstract in the vernacular language and foreign language (150 to 250 words), the internal divisions that consider necessary (usually, introduction, theoretical framework, methodology, results and discussion, conclusion), acknowledgements (if applicable) and references.

Idiomas: o trabalho deve vir acompanhado de título na língua vernácula e em inglês, dados biográficos do(s) autor(es) (que não ultrapasse 60 palavras), resumo na língua vernácula e em língua estrangeira (150 a 250 palavras), as divisões internas que se julguem necessárias (geralmente, introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussão, conclusão), agradecimentos (se pertinente) e referências. Para os artigos escritos em inglês deve ser enviado um resumo em português ou espanhol, assim como o título; palavras-chave (entre três a seis, separadas por ponto) nas duas línguas dos resumos.

Ilustrações: as ilustrações (quadros, gráficos, esquemas, fluxogramas, organogramas, gravuras, fotografias e outros) e tabelas deverão ser inseridas no texto. Todos devem possuir legendas – título e fonte. As tabelas devem seguir as Normas de Apresentação Tabular do IBGE. Pode se utilizar imagens coloridas, embora se deva avaliar a possibilidade de utilizá-la em formato papel, em branco e preto para que fique legível no caso da edição impressa.

Abreviações e acrônimos: Deverão ser definidos claramente no seu primeiro uso no texto.

Citações e Referência: as referências, assim como as citações, no corpo do texto, devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 6023 (<https://goo.gl/GxCBgZ>) e NBR 10520 (<https://goo.gl/hKumna>).

Notas: as notas explicativas devem utilizadas somente se forem indispensáveis, e deverão vir sempre ao final do texto do artigo, utilizando o mesmo tipo de letra deste (Arial Narrow) no tamanho 9.

Para conhecer os critérios de avaliação consulte:

<https://drive.google.com/file/d/0B9HM4t0EenbiMXl2X2J1T2Fqb2s/view?usp=sharing>

3 CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

Assim, alinhada às melhores práticas de publicação, nacionais e internacionais, RLAT exige o cumprimento dos seguintes critérios para publicação regular* de artigos:

1. O manuscrito submetido deve ser uma contribuição original e inédita amparada por alguma linha temática inserida no escopo da revista. Caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao Editor".
2. O artigo não pode ter sido publicado previamente em nenhum periódico ou livro. Aceitam-se, no entanto, artigos apresentados em anais de congressos.
3. O texto não pode estar em avaliação, simultaneamente, em outro periódico, seja nacional ou internacional.

keywords: the text must contain between three and five keywords on the main theme of the paper and separated themselves by a dot.

Title: should be write in the original language and as well the abstract always translated to the English and Portuguese whatever would be the original language.

Text: the text must possess an extension between 5,000 and 9,000 words to articles; and 3,000 to 5,000 for reflexive opinions (*pensatas*) and essays; and between 2,000 to 3,000 for research notes as well to book reviews.

Illustrations: illustrations (tables, graphs, diagrams, flowcharts, organization charts, engravings, photographs and other) and tables should be inserted in the text. All must have subtitles-title and source. Tables should follow the Tabular Presentation rules of the IBGE. Can use color images, while you should evaluate the possibility of using it in paper format, in black and white so that it is readable in the case of the print edition.

Abbreviations and acronyms: Should be defined clearly in its first use in the text.

Citations and reference: the references, as well as the citations in the body of the text should follow the standards of the Brazilian Association of technical norms NBR 6023 (<https://goo.gl/GxCBgZ>) and NBR 10520 (<https://goo.gl/hKumna>).

Notes: the explanatory notes should be use only if they are essential, and should be at the end of the text of the article, using the same font (Arial Narrow) in size 9.

To meet the evaluation criteria see:

<https://drive.google.com/file/d/0B9HM4t0EenbiMXl2X2J1T2Fqb2s/view?usp=sharing>

3. CONDITIONS FOR SUBMISSION

As part of the submission process, authors are required to check the conformity of the submission for all items listed below. Submissions that are not in accordance with the standards will be returned to the authors.

Thus, aligned with best practices, nationally and internationally, RLAT requires compliance with the following criteria for regular publication of articles:

1. The manuscript submitted should be original and unprecedented contribution bolstered by some thematic line inserted in the scope of the journal. Otherwise, you must justify in "Comments to the Editor."
2. The article may not have been previously published in any journal or book. We accept, however, papers presented at congresses.

4. Os artigos poderão ter, no máximo, 3 (três) coautores, além do autor principal, totalizando assim, no máximo, 4 (quatro) pessoas por manuscrito.
5. RLAT se reserva ao direito de postergar a uma edição ou volume (ano) subsequente um artigo aprovado, caso os autores ou coautores de uma mesma instituição já tenham publicado algum artigo no ano corrente, de forma a não ultrapassar 20% de concentração de origem de instituições, assegurando assim o cumprimento de critérios nacionais (e recomendações internacionais) de avaliação de periódicos.
6. Do mesmo modo, a fim de evitar concentração, RLAT publicará apenas 1 texto de um mesmo autor por ano. Caso o autor tenha outro manuscrito aprovado, o mesmo será postergado para o ano seguinte.
7. RLAT não publicará artigos nos quais o editor chefe e/ou editores associados figurem como autores ou coautores.
8. RLAT poderá publicar manuscritos de autores ou coautores do Conselho Editorial, de membros do Conselho Científico e pessoas da própria Universidade Federal de Juiz de Fora se, e somente se, estes não estejam envolvidos nos processos de avaliação do artigo.
9. A fim de evitar endogenia, artigos da UFJF serão publicados, em no máximo 20% (4,8 artigos ao ano).
10. Mesmo que cumpram os demais requisitos, só serão aceitos em *desk review* para prosseguir no processo editorial os manuscritos que estejam livres de identificação dos autores. A identificação de autoria do trabalho deve ser removida do arquivo através da opção "Propriedades no Word", garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em Assegurando a Avaliação Cega por Pares. **ATENÇÃO!** Esta condição é essencial para que o texto inicie o processo editorial de avaliação. Caso não cumpra este requisito, o manuscrito será imediatamente retornado ao autor.
11. As informações relativas a autoria deverão ser preenchidas diretamente no sistema, na aba metadados.
12. Os arquivos para submissão devem estar em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB). Os artigos que, porventura, ultrapassem este tamanho poderão ser enviados diretamente pelo e-mail da revista: <RLAT.ufjf@gmail.com>.
13. O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 11-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.
3. The text may not be at the same time on review in another journal, whether national or international.
4. Articles can have a maximum of 3 (three) co-authors, besides the main author, totaling so a maximum (and exceptionally) of 4 (four) persons per manuscript.
5. RLAT reserves itself the right to postpone the edition or volume (year) subsequent an article is approved, if the authors or co-authors of the same have already posted some article in the current year, so as not to exceed 20% of the source concentration of institutions, thereby ensuring the fulfillment of national criteria (and international recommendations) periodic assessment.
6. Likewise, in order to avoid concentration, RLAT publish only 1 (one) text from one author per year. If the author has another manuscript approved, it will be postponed to the following year.
7. RLAT does not publish articles in which the editor and/or associated editors list as authors or co-authors.
8. RLAT may publish manuscripts of authors or co-authors of the Editorial Board, members of the Scientific Board and people from the Universidade Federal de Juiz de Fora if, and only if, they are not involved in the process of evaluating the proper (or friend's) article.
9. In order to avoid endogenic concentration UFJF articles will be published, in a maximum of 20% (4.8 items per year).
10. Even if you meet the other requirements, will only be accepted on *desk review* to proceed in the editorial process the manuscripts that are free from identification of the authors. The identification of authorship of the work must be removed from the archive via the option "properties in Word", guaranteeing in this way the confidentiality criteria, if submitted for peer review (e.g. articles), as per available in Ensuring the Blind Peer Review. **ATTENTION!** This condition is essential for the text to start the editorial process of evaluation. If you do not fulfill this requirement, the manuscript will be returned to the author.
11. Information of the authorship must be filled directly in the system, in the metadata tab.
12. The files for submission must be in Microsoft Word, OpenOffice or RTF (as long as you don't exceed 2 MB). Papers which, perhaps, exceed this size can be sent directly via email to the journal: <RLAT.ufjf@gmail.com>.
14. O texto deve utilizar o sistema brasileiro de citações e referências, conforme disposto pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT (norma 6023). O detalhamento completo dos padrões de estilo e requisitos bibliográficos estão descritos em Diretrizes

para Autores, na seção Sobre a Revista. **ATENÇÃO!** Esta condição é essencial para que o texto inicie o processo editorial de avaliação. Caso não cumpra este requisito, o manuscrito será imediatamente retornado ao autor.

15. Todos os endereços "URL" devem estar ativos.
16. Os artigos devem cumprir todos os tramites do processo editorial (cf. Política de Avaliação).

4 DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

Aviso de Direito Autoral Creative Commons Política para Periódicos de Acesso Livre

Autores que publicarem nesta revista devem concordar com os seguintes termos relativos aos Direitos Autorais:

(a) Autores mantém os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Creative Commons Attribution License](#) que permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.

(b) Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

(c) Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja [O Efeito do Acesso Livre](#)).

5 POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

13. The text is single-spaced; uses an 11-point font; italics instead of underlining employs (except in URL addresses); the figures and tables should be included in the text, not at the end of the document, such as attachments.

14. The text should use the Brazilian system of citations and references, as stated by the Brazilian Association of technical standards ABNT (6023 standard). Full details of the style patterns and bibliographic requirements are described in [Guidelines to Authors](#), in the section About the Journal. **ATTENTION!** This condition is essential to start the text editorial process of evaluation. If you do not fulfill this requirement, the manuscript will be returned to the author.

15. All addresses "URL" must be on active status.

16. Articles must meet all the proceedings of the editorial process (cf. Evaluation Policy).

4. COPYRIGHT DECLARATION

Creative Commons Copyright notice and Policy for open Access Journals

Authors who publish in this journal must agree with the following terms relating to copyrights

(a) Authors keep all copyright and grant the journal the right of first publication, with the work simultaneously licensed under the Creative Commons Attribution License that allows job sharing with recognition of authorship of the paper and initial publication in this journal.

(b) Authors are allowed to assume additional contracts separately, for non-exclusive distribution of the version of the work published in this journal (e.g. publish in institutional repository or book chapter), with recognition of authorship and initial publication in this journal.

(c) authors are allowed and are encouraged to publish and distribute their work online (e.g. in institutional repositories or on your personal page) at any point before or during the editorial process, as this can generate productive changes, as well as increase the impact and citation of published work (see the effect of Free Access).

5. PRIVACY POLICY

The names and addresses reported in this journal will be used exclusively for the services rendered by this publication is not available for other purposes or to third parties.